

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS
GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
PROFISSIONAL**

REGINALDO ROSSETTO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO CAMINHO PARA O CONHECIMENTO DA
HISTÓRIA DE BOA VISTA DO SUL**

CAXIAS DO SUL

2019

REGINALDO ROSSETTO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO CAMINHO PARA O CONHECIMENTO DA
HISTÓRIA DE BOA VISTA DO SUL**

Texto de conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade de Caxias do Sul – como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Radünz.

CAXIAS DO SUL

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

S586e Silva, Reginaldo Rossetto da

A educação patrimonial como caminho para o conhecimento da história de Boa Vista do Sul / Reginaldo Rossetto da Silva. – 2019.

204 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2019. Orientação: Roberto Radünz.

1. História - Boa Vista do Sul. 2. Memória coletiva - Boa Vista do Sul. 3. Identidade social - Boa Vista do Sul. 4. Educação - Boa Vista do Sul - História. I. Radünz, Roberto, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 94(816.5BOA VISTA DO SUL)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)

Michele Fernanda Silveira da Silveira - CRB 10/2334

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO CAMINHO PARA O CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DE BOA VISTA DO SUL

Reginaldo Rossetto da Silva

Trabalho de conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Fontes e Acervos na Pesquisa e Docência em História.

Caxias do Sul, 27 de março de 2019.

Banca Examinadora

Dr. Roberto Radünz

Universidade de Caxias do Sul

Dra. Ironita Adenir PolioCarpo Machado

Universidade de Passo Fundo

Dra. Luiza Horn Iorri

Universidade de Caxias do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha esposa Catiane Nicaretta da Silva, que soube ser paciente e me dar apoio e força nos momentos mais difíceis desta caminhada.

A minha filha Alice, que chegou no meio desta dissertação, que alegrou nossos dias e fez com que o tempo disponível se encolhesse de maneira incrível.

Quero agradecer com certa ênfase a todo corpo docente da Escola Marcelino Champagnat, que soube compreender e me ajudar em todos os momentos que precisei me ausentar, e que disponibilizou o tempo para a pesquisa de campo.

Agradeço também a administração municipal pela disponibilidade em fornecer dados, e se colocar à disposição para a divulgação do trabalho.

Agradecer a minha primeira orientadora, professora Luiza Iotti, que me ajudou e me ensinou a ver o mundo com os olhos de um historiador do patrimônio.

Ao meu atual orientador, professor Roberto Radünz, que me acompanhou e me orientou durante a maior parte do trabalho, fazendo com que meus rompantes de ansiedade diminuíssem gradativamente.

Aos meus pais e familiares que me apoiaram a ir em busca deste sonho que agora se tornou realidade.

E finalmente quero agradecer a turma do Terceiro ano do Ensino Médio de 2017 por fazer parte deste trabalho maravilhoso, que contou um pouco da história deste município que é rico em todos os sentidos.

Enfim, a todos que de uma forma ou de outra estiveram comigo nestes anos, meu muito obrigado de coração.

RESUMO

Este trabalho propõe discutir conceitos relacionados à memória, à identidade, à representação, bem como a possibilidade de inserir a Educação Patrimonial no ensino da história como forma de dinamizar e repensar algumas práticas pedagógicas, buscando inovar na busca de novas alternativas de pesquisa e estudos. O objetivo da dissertação em recontar parte da história de Boa Vista do Sul, fazendo uso de práticas relacionadas aos caminhos indicados pelo IPHAN para identificar possíveis bens materiais e imateriais, levantando a maior quantidade possível de dados a respeito. Por fim, fazer com que a comunidade se sinta parte desta história, se reconhecendo como parte integrante destes eventos, buscando aproximar a comunidade da sua própria dinâmica histórico-cultural através de atividades de Educação Patrimonial. A metodologia de seguir as orientações da Cartilha de Educação Patrimonial do IPHAN, e utilizando os modelos de fichas de inventários de Educação Patrimonial foi de grande importância, pois assim foi possível sistematizar e otimizar tanto o tempo, como as informações que eram obtidas de maneira oral ou através da pesquisa em documentos pessoais ou públicos. Revisitar e formalizar parte da história do município, que foi contada por educandos de nível médio da Escola Estadual de Ensino Médio Marcelino Champagnat e também por moradores das comunidades, foi um processo de construção coletivo, dinâmico e que tem a pretensão de servir de embasamento para outras pesquisas que poderão ocorrer no futuro. A necessidade de reconhecimento, conscientização e de preservação de patrimônios arquitetônicos e de práticas imateriais, como benzeduras, rezas ou a fabricação de pomadas e chás, foram alguns dos bens patrimoniais, dentre tantos outros que se manifestam no município, elencados como objetos de estudos para esta dissertação.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Representação. Educação Patrimonial. Preservação. Patrimônio material e imaterial.

ABSTRACT

This work proposes to discuss concepts related to memory, identity and representation, as well as the possibility of inserting Heritage Education in the teaching of history as a way to invigorate and rethink some pedagogical practices, seeking to innovate in the search for new alternatives of research and studies. The objective of the dissertation is to recount part of the history of Boa Vista do Sul, making use of practices related to the ways indicated by IPHAN to identify possible material and immaterial assets, raising as much data as possible. Finally, to make the community feel part of this history, recognizing itself as an integral part of these events, seeking to bring the community closer to its own historical and cultural dynamics through Heritage Education activities. The methodology of following the guidelines of IPHAN's Heritage Education Booklet, and using the inventory records models of Heritage Education was of great importance, since it was thus possible to systematize and optimize both the time and the information that was obtained orally or through research on personal or public documents. Revisiting and formalizing part of the history of the town, which was told by high school students of Marcelino Champagnat State High School and also by residents of the communities, was a process of collective construction, dynamic and that intends to serve as a basis for other researches that may occur in the future. The need of recognition, awareness and preservation of architectural heritage and immaterial practices, such as blessings, prayers or the manufacture of ointments and teas, were some of the patrimonial assets, among many others that were manifested in the town, listed as objects of study for this dissertation.

Keywords: Memory. Identity. Representation. Heritage Education. Preservation. Material and immaterial patrimony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Croqui do município de Boa Vista do Sul	51
Figura 2 – Igreja e capitel de São Roque de Castro.....	64
Figura 3 – Festa em honra a Nossa Senhora de Lurdes.....	67
Figura 4 – Casa Carminatti.....	71
Figura 5 – Igreja da comunidade de 37 da Boa Vista.....	74
Figura 6 – Igreja da Comunidade de Santa Helena	80
Figura 7 – Igreja da Comunidade do 15 da Boa Vista.....	84
Figura 8 – Escola Marcelino Champagnat	90
Figura 9 – Casa Zuchi.....	92
Figura 10 – Comunidade de Linha Carolina Alta.....	98
Figura 11 – Cemitério de “Terra Preta”	101

LISTA DE SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional de História
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CPM	Conselho de Pais e Mestres
FURG	Fundação Universidade do Rio Grande
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacional
PR	Paraná
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SE	Sergipe
SPAHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unicamp	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	BREVE HISTÓRICO DE BOA VISTA DO SUL.....	14
2.1	EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BOA VISTA DO SUL.....	17
3	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DA HISTÓRIA.....	20
3.1	RELAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS DE CULTURA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO.....	20
3.2	A TRAJETÓRIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL.....	24
3.3	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DISCUSSÕES INICIAIS RELATIVAS AO CONCEITO.....	29
3.4	A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, ENSINO DA HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL.....	33
4	INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO IPHAN	47
4.1	ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	49
4.2	AÇÕES DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO REALIZADO COM OS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO	52
4.3	RESULTADOS OBTIDOS.....	62
4.3.1	Comunidade São Roque de Castro e São José de Castro	64
4.3.2	Comunidade de Linha 37 da Boa Vista.....	74
4.3.3	Comunidade de Santa Helena.....	79
4.3.4	Comunidade da Linha 15 da Boa Vista.....	83
4.3.5	Comunidade de São Luiz De Castro	89
4.3.6	Boa Vista do Sul-Sede Administrativa.....	92
4.3.7	Comunidade de Linha Carolina Alta/David Canabarro	97
4.3.8	Cemitério de Terra Preta/ David Canabarro	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXO 01 – CADERNOS DE CAMPO.....	113
	ANEXO 02 – MAPA DE BOA VISTA DO SUL.....	121
	ANEXO 03 – EMANCIPAÇÃO DE BOA VISTA DO SUL.....	119
	ANEXO 04 – FICHAS DE INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS DE BOA VISTA DO SUL.....	120

1 INTRODUÇÃO

A inquietação com a problemática relacionada à preservação e ao registro dos bens culturais materiais e imateriais é um dos fios condutores desta dissertação que visa fazer uma discussão em torno de temas que aludem ao patrimônio, de modo a enfatizar a história local. Desta forma, o presente trabalho aborda o tema “a Educação Patrimonial como caminho para o conhecimento da História de Boa Vista do Sul / RS”. O interesse pelo assunto surgiu em meados de 2014, quando se desenvolveu na Escola Marcelino Champagnat uma série de projetos voltados para o Seminário Integrado, que era uma disciplina do currículo nas escolas estaduais até o ano de 2016. Nestes anos de atuação como coordenador dos projetos foi possível desenvolver uma série de pesquisas relacionadas a alguns temas locais ligados à História do município. Porém, nada que tivesse um aprofundamento mais significativo, ficando apenas no campo da curiosidade.

A partir destas pesquisas, conseguimos notar que havia uma série de informações que ainda podiam ser buscadas e, acima de tudo, que havia a necessidade de se fazer um trabalho mais aprofundado, que pudesse abranger mais as riquezas culturais que a comunidade de Boa Vista do Sul oferece. Dessa maneira, no ano de 2016, ao ingressar no Mestrado, foi possível vislumbrar melhor a possibilidade de usar o tema da Educação Patrimonial como objeto de pesquisa e explorar um pouco mais este universo. Sob a orientação técnica dos professores do curso, conseguimos organizar as atividades e a pesquisa, a fim de que o trabalho começasse a tomar corpo e também para que fosse relevante para a comunidade.

Vale ressaltar que para realizar um trabalho que englobe noções de pertencimento ou de preservação de alguns lugares de memória é imprescindível que a comunidade perceba que estes espaços existem, que devem ser preservados. O envolvimento da escola e dos alunos neste projeto de Educação Patrimonial proporcionou ao objeto de pesquisa uma maior importância histórica prática, já que o projeto visa reconhecer na comunidade estas práticas, orientando que tenha uma continuidade, principalmente através daqueles que serão envolvidos neste projeto.

Outro objetivo importante do trabalho é a configuração de um plano para tentar reaver, através das práticas de Educação Patrimonial, uma participação mais ativa dos alunos e da escola neste processo de reconhecimento, valorização e preservação, treinando seu olhar para a importância destes bens. Um dos problemas observados é exatamente a necessidade de conhecer os espaços disponíveis e estudá-los, para que a comunidade escolar e a sociedade como um todo adquiram a ideia do real valor histórico que estes diversos espaços possuem e que possam levar adiante estes valores.

Este projeto utilizou os inventários participativos do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN) para levantar informações específicas de cada comunidade, sobre seus bens tangíveis e intangíveis. O tema que foi escolhido para o referido trabalho teve por objetivo reconhecer a história do município de Boa Vista do Sul-RS através de trabalhos de Educação Patrimonial realizados com os alunos da terceira série da Escola Estadual de Ensino Médio Marcelino Champagnat, localizada na comunidade de São Luiz de Castro, área rural do município.

A metodologia que foi utilizada consistiu na organização e distribuição dos grupos de alunos de acordo com as comunidades de que eram oriundos, e quais eram mais próximas de seus locais de residência. Realizado este primeiro procedimento, foi proposto aos educandos que procurassem identificar, nos locais pelos quais ficaram responsáveis, possíveis bens culturais ou práticas que pudessem ser catalogadas. A partir disso, eles deveriam iniciar os contatos com as pessoas que seriam envolvidas neste processo. Cabe ressaltar que antes de fazer qualquer movimento em direção ao trabalho de pesquisa de campo, foram estudados os cadernos de orientações do IPHAN, para entender como seria o procedimento de registro dos bens a inventariar.

Em linhas gerais, o trabalho buscou construir uma narrativa da história do município, utilizando entrevistas e relatos individuais. De posse destas informações, procurou complementar com fontes escritas e visuais. Nos trabalhos que foram feitos utilizando a História Oral, se usou como base as orientações de Meihy e Holanda (2017) que direcionam as formas e usos das entrevistas para uso como fonte histórica. Também foram mantidas de forma original as transcrições destas entrevistas feitas pelos educandos nos inventários em anexo, por isso os diferentes formatos de transcrição, como aceitam e sugerem os autores acima. Nessa dissertação será apresentada a trajetória da produção das fichas de inventários nas comunidades e os caminhos que foram percorridos para buscar registrar, bem como conscientizar e preservar os patrimônios locais.

No segundo capítulo é apresentado um breve histórico do município de Boa Vista do Sul, desde a chegada dos primeiros imigrantes, a divisão dos lotes na região, alguns aspectos relacionados à produção agrícola e à organização social em torno das comunidades e dos elementos religiosos. Em seguida será descrito o processo de emancipação política, desde a criação do distrito, na década de 1960, até a emancipação política ocorrida no ano de 1995. Outros elementos que serão apreciados são alguns indicadores socioeconômicos importantes que o município vem apresentando ao longo dos anos e que vem se mantendo de maneira

efetiva. Também são descritos e analisados o atual panorama produtivo e industrial, bem como seus indicadores mais recentes.

No terceiro capítulo vamos trabalhar com a Educação Patrimonial e o ensino da História. Neste capítulo são apresentadas as linhas teóricas nas quais a dissertação se apoia, assim como as discussões a respeito de cultura, identidade e pertencimento. Nesta parte específica do trabalho procuramos dar conta de um de nossos problemas de pesquisa: as carências de referências patrimoniais para a comunidade e a não identificação destes com os seus bens pela comunidade.

Com estes conceitos apresentados, discutimos de maneira sintética a trajetória e os desafios da Educação Patrimonial no Brasil, explicando como este trabalho, que começou durante o governo de Getúlio Vargas, tomou corpo nos anos 80, vem sendo utilizado atualmente como um importante aliado da educação formal e no ensino da História. Nesta etapa do trabalho, apresentamos a legislação em torno da questão patrimonial a nível municipal, estadual e federal, destacando como estas leis possibilitam o atual quadro preservacionista e os trabalhos em busca de salvaguardar os patrimônios locais. O objetivo desta exposição é mostrar como este tema sofreu várias metamorfoses importantes ao longo do tempo, e como ele se confunde com a própria história do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional.

Na sequência é feita a discussão e a problematização das relações entre o Ensino da História, a História Local e a Educação Patrimonial. Neste momento, analisamos as conveniências e a importância da Educação Patrimonial e dos inventários na tentativa de construir e realçar diversos aspectos em torno das questões locais. Também será destacado o papel do ensino da história nesta abrangência, ultrapassando os limites dos muros escolares e fazendo um trabalho de reeducação do olhar sobre o patrimônio e a urgência nas políticas de preservação destes bens. Nesta etapa também se apresentam discussões em torno do conceito de Educação Patrimonial e algumas das suas práticas mais significativas a partir da introdução destes temas na rede escolar de ensino.

O ensino da história tende a se tornar mais dinâmico e significativo, fugindo daquele modelo tradicional e teórico onde a significação dos fatos passa ao largo da aprendizagem. Pode-se dizer que há uma quebra do paradigma tradicional de estudo, levando a crer que a experiência dos alunos é única, pois parte do princípio que eles estão construindo o próprio conhecimento, e se apropriando dele direta e indiretamente.

O quarto capítulo versa sobre as práticas de Educação Patrimonial através dos inventários participativos. Nesta parte do trabalho é feita uma descrição sobre a criação dos modelos de inventários participativos, enfatizando como eles se tornaram uma importante

ferramenta de apoio ao ensino da história no Brasil. Analisaremos a notória participação do IPHAN na elaboração e na disposição destes materiais como elemento de fomento à pesquisa nas escolas das redes públicas e privadas de ensino.

Nesta parte da narrativa é descrito como foram estudadas as fichas de educação patrimonial, as suas cartilhas de orientação para a aplicação prática e a metodologia utilizada para coletar as informações. Este modelo de trabalho preliminar do IPHAN também busca apresentar algumas diretrizes de como fazer os trabalhos de pesquisa, o armazenamento de dados e, principalmente, as entrevistas e as transcrições das mesmas, assim como as orientações e o retorno para os envolvidos nestas entrevistas.

Em seguida é feita uma descrição dos trabalhos práticos realizados com os alunos da terceira série do ensino médio da Escola Marcelino Champagnat. Nesta parte do processo, são relatadas as ações práticas da coleta de dados, desde o lançamento da proposta de trabalho no início do ano de 2016, os estudos preliminares sobre as fichas de inventário, a cartilha de orientações do IPHAN e como se deu a formação das equipes de trabalho e os levantamentos prévios dos bens que seriam inventariados.

Na sequência, apresentamos os relatos das saídas à campo, onde os alunos, juntamente com o professor orientador, narram as diversas visitas às comunidades e aos locais de memória, identificando e fichando todos os bens que haviam sido selecionados previamente. Neste momento é descrito como foram levantadas as informações, imagens e elementos que possibilitaram suprir a carência de informações a respeito dos bens pesquisados.

Na última parte da dissertação, teve como base o uso e análise dos resultados obtidos com as ações dos inventários participativos nas comunidades são analisados. Neste momento, realiza-se uma retomada de todos os trabalhos nas comunidades e é feita uma aproximação com os referenciais teóricos mencionados durante os capítulos anteriores.

Ao aproximar os teóricos que embasaram as principais questões do trabalho, torna-se possível fazer uma ponte com as atividades práticas desenvolvidas, resultando em uma experiência nova para a comunidade, principalmente através dos alunos que tiveram papel de protagonismo no desenvolvimento das pesquisas de campo.

Talvez seja esse um dos propósitos da Educação Patrimonial, despertar nas pessoas o sentimento de fazer parte da história, contando a sua própria história. Como resultado podemos mencionar o envolvimento espontâneo, democrático e ativo com que os alunos realizaram a atividade, fazendo de um momento de pesquisa, também um momento de aprendizagem e contato com histórias de vida que lhes proporcionaram visualizar a própria história e a sua identidade como cidadão de Boa Vista do Sul e do mundo.

2 BREVE HISTÓRICO DE BOA VISTA DO SUL

O município de Boa Vista do Sul (ANEXO 01) tem uma história política muito recente, se comparado a outros municípios da Serra Gaúcha, talvez pelo tamanho inexpressivo de área urbanizada ou talvez por não possuir oficialmente atrativos turísticos mais significativos, tal como os seus vizinhos, mas isso não quer dizer que a história de seu povoamento seja igualmente recente. Sendo parte de uma das três colônias-mãe da imigração italiana do sul do Brasil, isto, é a Colônia de Conde D'Eu, o território foi igualmente ocupado no final do século XIX.

Ao chegar nos territórios da colônia, os imigrantes permaneciam de 10 a 12 dias em Porto Alegre até receberem os seus lotes para trabalhar. Estes lotes eram terras não colonizadas e devolutas, o que mais tarde levou a maioria dos colonos a receberem os títulos definitivos de posse das terras. Estes lotes rurais só teriam estes títulos definitivos se tivessem quitação após 10 anos da concessão do mesmo. Esta era uma forma de garantir não só a permanência, como também a ocupação definitiva destes locais.

No livro *Boa Vista do Sul na ponta do lápis*, o professor Mauro Lucian cita importantes dados sobre os lotes rurais que fizeram parte do município:

Após ter sido designada, a colônia foi dividida em léguas quadradas e cada légua, em LINHAS. A linha era um caminho estreito, com traçado reto, no meio da mata virgem, podendo ligar duas montanhas entre si, um rio a outro rio ou dois sinais quaisquer, tomados como ponto de partida e de chegada. Média de 6 a 7 km de extensão. Para a direita e a esquerda da linha era dividido o terreno em lotes coloniais numerados, com 22 a 25 hectares cada. Mediam de 200 a 250 metros de frente e de 1000 a 1250 metros de profundidade. Os fundos do lote de uma linha tinham como limite os fundos do lote da linha paralela, fazendo uma distância de 2 a 2,5 km entre uma linha e outra. Porém, em alguns casos, a distância era maior. Nem sempre o traçado da linha coincidia com o traçado da estrada, devido às peculiaridades do local. (LUCIAN, 2003, p. 25).

Os primeiros imigrantes italianos que chegaram se instalaram nos lotes que iam do número 14 até o 50, sendo o mais expressivo de todos o de número 27, que se denominou Boa Vista 27 até a emancipação, uma clara referência ao número do lote de origem. Após a emancipação política, o novo município passou a ser designado de Boa Vista do Sul.

Estes primeiros imigrantes basicamente se detiveram na produção agrícola de subsistência, como a produção de milho, uvas e outros gêneros agrícolas, bem como a criação de animais para auxiliar no trabalho e para o consumo. Como as famílias começaram a ficar numerosas, a produção aumentou, ao mesmo tempo em que inúmeros lotes foram divididos novamente.

Um dos pontos fortes destes grupos que se estabeleceram nestes lotes foi a proposta de uma organização que dessa conta de uma das principais características destes imigrantes: a religiosidade. Por isso, logo que se estabeleceram na região, começaram a formar comunidades, que estavam sempre ligadas a algum santo padroeiro, como cita Lucian:

A organização dos moradores em comunidades foi marcante. Logo que conseguiram assentar as famílias, passaram a organizar as comunidades. A construção de igrejas e capiteis em homenagem a um santo padroeiro é a prova concreta da organização comunitária e do espírito religioso que trouxeram consigo da Itália. Como exemplos, podemos citar a Igreja Santo Antônio, da localidade de 15 da Boa Vista, construída no ano de 1891; Igreja de São Roque, construída em 1906, e o Campanário, ambos da localidade de São Roque de Azevedo Castro; o Capitel São Roque, do 15 da Boa Vista. A este grupo deve ser acrescida a Igreja de Santa Helena, na localidade de Santa Helena, Boa Vista 37. Construída por volta do ano de 1902 e restaurada no ano de 1937, ela ganha destaque por sua arte interior, representada pela beleza e originalidades dos altares. O chão é coberto por um assoalho de tábuas. No corredor há um pequeno recorte de madeira. É uma tampa que cobre uma fonte de água cristalina. (LUCIAN, 2003, p. 40).

A maneira de se organizar socialmente em torno de temas religiosos foi uma marca importante para os primeiros imigrantes italianos desta região, tanto que várias edificações que foram feitas neste período estavam atreladas a este fim. Cabe notar também que as comunidades sofreram poucas alterações ao longo do século XX e XXI, salvo em alguns casos onde houve o desmembramento de algumas comunidades para a formação de outras.

Este tema é de grande importância, não só para a história do município de Boa Vista do Sul, mas também para entendermos um pouco mais a respeito do modo de vida que as pessoas ainda mantêm na região. As festas, os costumes e a forma de produzir praticamente não foram alterados por mais de um século de permanências.

No ano de 1960, a Câmara de Vereadores de Garibaldi, município no qual estava incorporada a região de Boa Vista do Sul, aprovou a criação de um novo distrito. Este seria nomeado de o 5º distrito do 27 da Boa Vista. Foi um passo importante para a autonomia e para o retorno dos investimentos no local. Redes de luz e a construção do prédio da atual prefeitura foram algumas das conquistas iniciais. Pode-se acrescentar aí a montagem de um pequeno parque de máquinas, para atender algumas necessidades básicas dos seus habitantes.

No ano de 1988 foi criado o 8º distrito de São José de Castro e em 1991 o 4º Distrito de Barão, no qual estavam inclusas as localidades de Carolina (sede), Carolina Baixa, Nossa Senhora de Fátima, Bom Jardim, Deconti, São José de Linha Trípoli, Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora do Carmo.

Com estes investimentos feitos, ficou claro para os habitantes do distrito a importância que tinha a arrecadação de tributos e como eles iriam beneficiar a todos. Neste sentido, houve um grande avanço no que diz respeito às expectativas econômicas do local. Alguns agricultores iniciaram a criação de frangos de corte, que teve bons resultados iniciais. Seguindo o exemplo destes criadores, outros começaram a seguir os mesmos passos, alternando algumas atividades já praticadas em suas propriedades, como a produção de milho, uva, etc., incluindo, então, a criação de aves. Estas eram comercializadas de forma independente em abatedouros, mercados e restaurantes da região, não estando atreladas a empresas de grande porte, como acontece na atualidade, ficando livres para escolher o melhor preço.

Segundo Lucian (2003), na década de 70, a produção de frango se alastrou ainda mais, chamando a atenção de algumas empresas que passaram a negociar com os agricultores. Coopave e Avipal foram as primeiras a fazerem estas parcerias. No final dos anos 70 e anos 80, outras empresas seguiram a mesma lógica de negócios. Minuano, Frangosul, Frinal, Pena Branca e Nicolini começaram a usar uma nova estratégia de produção. Os pintos, ração e medicamentos eram fornecidos por elas, cabendo ao produtor apenas entrar com a estrutura física e com a mão de obra. Desta forma, barateava os custos para a empresa e os riscos para ambas as partes se tornavam menos expressivos.

Outro cultivo que foi muito importante neste processo de afirmação econômica da região foi a produção de batata inglesa. Começou lentamente nos anos 70 e adquiriu contornos consideráveis nos anos que se seguiram. Na realidade, a produção acompanhava a demanda do produto. Havia casos em que os próprios produtores faziam o escoamento da produção para municípios vizinhos, como Lajeado, Estrela e arredores. Em outros casos havia os produtores e os intermediários de comercialização. Estes compravam direto do produtor e faziam o transporte e a revenda. Esta prática ainda é utilizada em larga escala nos dias atuais, sendo que a principal diferença ocorre em relação com os “lavadores” do produto. Estes construíram galpões e utilizaram máquinas de lavagem, secagem e embalagem. Desta forma, os produtos já saíam do lavador pronto para a comercialização. Uma clara exigência do mercado consumidor em relação à aparência e à higiene do produto, como afirma Lucian (2003) no livro *Boa Vista do Sul na ponta do lápis*.

Atualmente o setor agropecuário representa uma fatia considerável da arrecadação tributária do município, mas o setor industrial também está atingindo um patamar considerável no montante final de arrecadação. Pequenas empresas familiares que conseguiram sobreviver com o tempo, geram emprego e têm uma boa aceitação de seus produtos no mercado. Um exemplo é a fábrica dos irmãos Rissi, que se localiza no centro da cidade e tem como principal

atividade produtiva a construção de cadeiras, do tipo semi-artesanal e colonial. A empresa não tem uma produção em larga escala, conseguindo escoar toda a sua produção sem muitos problemas, como descreve Gabriel Rissi, um dos filhos dos donos da empresa e aluno da Escola Marcelino Champagnat, em conversa realizada nas dependências da escola onde estuda atualmente (Caderno de campo, p. 05).

Outra empresa que apresentou um crescimento considerável foi a Laticínios Steffenon Ltda. Trabalhando com leite e seus derivados, a empresa teve crescimento tanto na sua atuação no mercado, como em sua estrutura física, aumentando sua área produtiva. A empresa compra e produz o leite, além de ter uma expressiva produção de ovos que são comercializados em todo o estado e também em outras regiões brasileiras.

A partir ano de 2008, a empresa familiar Avícola Carrer também fechou acordos com a Prefeitura Municipal para iniciar as suas atividades no ramo de embutidos. Desde então uma produção significativa é realizada em uma das suas filiais as margens da RSC 470, sendo que a maior parte da produção é destinada à exportação. Cabe salientar que muitos dos moradores do município trabalham na empresa, mas também fazem a sua produção agrícola em horários e dias alternativos, complementando as suas rendas.

Outra atividade que merece destaque é o artesanato, principalmente o crochê, que é marca registrada de inúmeras mulheres do município. Na maioria dos casos, esta atividade é destinada ao uso próprio, sendo que há apenas uma expositora destes exemplares na feira do produtor rural que acontece todas as sextas-feiras, ao lado do Posto de Saúde municipal. Eventualmente nas feiras do livro ou outros eventos promovidos pela prefeitura, outras artesãs expõem os seus produtos. Várias outras habilidades artesanais podem ser identificadas, como a fabricação de cestas de vime, a produção de cachaça, vinho e vassouras. Cabe destacar que estas atividades quase sempre estão associadas a pessoas com idade mais avançada, não sendo identificado, segundo as pesquisas do inventário, nenhum caso de alguém jovem que domine as técnicas.

2.1 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BOA VISTA DO SUL

O processo de emancipação do município ocorreu de forma lenta a partir do início dos anos 90. Seguindo o exemplo de municípios como Poço das Antas e Imigrante, que haviam levado a cabo a sua independência administrativa, e que obtiveram um desenvolvimento considerável, alguns líderes da comunidade também buscaram se inteirar dos trâmites legais para uma possível emancipação, conforme aponta Lucian (2003):

Considerando que na década de 1990-2000 houve, no Estado do Rio Grande do Sul, uma verdadeira onda de emancipações, apoiada em uma legislação que facilitava e servia de estímulo para tal e cujos requisitos exigidos era possível atendê-los, como um número mínimo de 5000 habitantes ou de 1800 eleitores, e o número exigido de prédios na sede ser pequeno, entre outros, estas áreas também buscaram sua emancipação (LUCIAN, 2003, p. 64).

No ano de 1991 foi encaminhado o processo dentro dos conformes jurídicos para a Comissão de Constituição e Justiça do Estado que, na pessoa do deputado Glênio Scherer, deu parecer desfavorável ao processo. A justificativa seria que se tratava de uma área urbana, o que entraria em conflito com uma lei municipal de Garibaldi nº 2.135 de 20 de dezembro de 1991 que diz que o perímetro urbano “reinicia numa faixa de 1.500 m do eixo até atingir a divisa de Garibaldi e Barão”, porém esta lei foi revogada no ano de 1994, o que possibilitou a retomada do processo para a emancipação. Desta forma, em 09 de maio de 1995 o parecer foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas o governador Antônio Britto vetou o projeto. Este retornou à Câmara e os deputados derrubaram o veto do governador, restando apenas à consulta popular para a efetivação do processo.

O município foi oficialmente emancipado no dia 22 de outubro de 1995, após uma maioria significativa da população optar no plebiscito pelo “sim”. Ao município foram incorporadas áreas de Garibaldi, 27 da Boa Vista, São José de Azevedo Castro e Carolina, que pertenciam ao então município de Barão (ANEXO 04-Jornal Novo Tempo, 20 de abril de 1993, p. 8).

Atualmente, o município conta com cerca de 700 propriedades rurais e aproximadamente 145 propriedades urbanas. Como descrito anteriormente, a atividade primária está entre os principais aspectos da arrecadação tributária, apesar da indústria e do comércio terem atingido um grau de importância significativa nos últimos anos, segundo dados obtidos da prefeitura municipal.

Entre os anos de 1991 e 2010, a taxa de urbanização passou de 8,50 % para 10,95%, segundo fontes do *Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil*¹. Um crescimento tímido na década de 90, mas que na década seguinte foi impulsionado pela instalação de um frigorífico avícola no município, o que gerou inúmeros novos domicílios, aumentando consideravelmente a taxa de urbanização.

Outro setor que merece destaque nos anos que se seguiram à emancipação política foi o setor educacional. Segundo Lucian (2002), no município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos

¹ Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br> Acesso em: 10 de setembro de 2018.

na escola é de 100%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,21%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 84,38%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 54,25%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 56,28 pontos percentuais, 42,36 pontos percentuais e 37,61 pontos percentuais. 8,13% dos jovens adultos de 18 a 24 anos estavam cursando o ensino superior em 2010. Vale ressaltar que em 2000 eram 7,64% e em 1991 eram 3,63%.

Estes números apontam para um aumento vertiginoso na opção pelo curso superior. Na atualidade, a maioria esmagadora dos jovens opta por um curso superior, em especial as do gênero feminino. Apesar de o município disponibilizar o transporte público para os estudantes de nível superior, é grande o número de jovens que buscam as cidades vizinhas pela facilidade de trabalho e de maiores oportunidades nos estudos, como atesta dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil* (2010), disponível na internet, quando especifica Boa Vista do Sul.

Boa Vista do Sul é o resultado de um processo histórico que envolveu a colonização italiana do século XIX no Rio Grande do Sul e as mudanças políticas mais recentes que levaram à emancipação. Trata-se, portanto, de um recorte de tempo de mais de um século que deixou marcas inquestionáveis nas “memórias locais”. É sobre a relação entre processo histórico e constituição do patrimônio local que trata o capítulo seguinte.

3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DA HISTÓRIA

Podemos dizer que a sociedade contemporânea se caracteriza pela rapidez das informações e, ao mesmo tempo, pelo esquecimento. As constantes novidades em diferentes campos do saber, os avanços da tecnologia, as infinitas possibilidades de comunicação simultânea têm provocado, sobretudo nas novas gerações, uma sensação de que o mundo em que se vive é dotado de uma temporalidade constituída por um tempo que parece ser contínuo.

Analisando a partir desta perspectiva, pode-se incorrer sobre como ocorre a discussão entre a História e a memória. Qual seria a utilidade de preservar e conservar o patrimônio cultural da humanidade, de um país, de uma região ou mesmo de uma localidade? Existe lugar na cultura do consumo e da velocidade, para uma reflexão que leve em consideração a memória e a identidade social dos indivíduos em um mundo que nos restringe a uma sociedade que somente reverencia a experiência de um tempo presente?

Buscando aproximar alguns conceitos-chave e objetivando aproximá-los de maneira que consigam dialogar entre si e com alguns aspectos desta dissertação, aprofundaremos alguns aspectos que são relevantes para o projeto.

3.1 RELAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS DE CULTURA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

A pertinência de alguns termos e conceitos relacionados aos estudos da memória, da identidade e do pertencimento neste campo de conhecimento, torna essencial uma compreensão mais aguda que direcione com bases sólidas este trabalho. Buscando responder algumas destas indagações através desta discussão entre a memória e a as suas funções, Candau afirma:

Finalmente, a terceira memória, chamada de metamemória, constitui-se naquela forma de memória reivindicada a partir de uma filiação ostensiva. Esta última diz respeito à construção identitária. É a representação que fazemos das próprias lembranças, o conhecimento que temos delas. (CANDAU, 2012, p. 303).

Neste sentido, o estudo da memória e como ela se revela é importante para esse trabalho. Ao nos debruçarmos sobre o estudo e o registro de memórias, precisamos buscar o máximo possível de informações nos estudos já realizados. Candau (2012) nos dá uma visão daquilo que vamos precisar para embasar teoricamente nossos estudos relativos à memória: conseguir fazer as distinções entre o que é uma memória individual e o que é uma memória coletiva. Ao

buscar este embasamento, procuramos também entender os conceitos de “memória fraca” e “memória forte”. Segundo o autor, a memória forte é responsável por estruturar grupos humanos, proporcionando um caráter de identificação entre eles, enquanto a memória fraca ou “protomemória” é aquela que pode ser definida pela repetição ou pelos hábitos que possuímos ou ações que praticamos.

A nossa memória está dividida em três esferas de manifestações: a “protomemória”, que corresponde a experiências profundas, a “memória de alto nível”, que diz respeito a uma memória enciclopédica e a manifestação, que seria “a metamemória”. Esta seria a representação que o indivíduo faz da sua própria memória, ou como se relaciona com seu passado através dela. Neste caso, todas as manifestações servem ao indivíduo para comprovar a sua memória ou “memorizar”. Ao pensar estas intervenções, o autor diz:

Nesse caso, essas diferentes noções são perfeitamente adequadas para dar conta de certa realidade vivida por toda pessoa consciente. Andamos de bicicleta sem cair ou saudamos uma pessoa que encontramos na rua adotando uma gestualidade incorporada, da qual nem nos damos conta, devemos isso a protomemória. Em nossa vida cotidiana, mobilizamos regularmente múltiplas lembranças, recentes ou antigas [...] temos aqui duas formas de memória de alto nível. Enfim, cada um de nós tem uma ideia sobre a própria memória e é capaz de discorrer sobre ela [...] aqui se trata então da metamemória. (CANDAUI, 2012 p. 23-24).

Compreender estes conceitos é importante para que tenhamos a clareza de identificar nos Inventários Participativos o que são memórias individuais, experiências pessoais e intransferíveis, bem como o que são memórias que fundamentam e constituem um grupo específico.

Ainda no que diz respeito à relação entre a memória e a História, podemos buscar referências em Nora que afirma:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...]. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1984, p. 09).

A história e a memória proporcionam estes diálogos constantes nas perspectivas teóricas e também se relacionam constantemente. Apesar de o autor celebrar as suas diferenças, elas fazem parte de um mesmo contexto de aproximação, pois a história tem como matéria-prima as memórias das pessoas e dos grupos. As análises e as problematizações que são feitas pela história é que são os elos entre ambas.

Para nos aproximar das indagações referentes aos estudos da memória coletiva, buscaremos nos apropriar de conceitos que nos remetem a Halbwachs, que sugere que

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso. (HALBWACHS, 2006, p. 29).

Desta forma, buscamos trabalhar com o sentido da memória individual e memória coletiva, fazendo distinção entre ambas. Halbwachs menciona que:

É comum que imagens desse tipo, impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora desconhecida. Essas imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, o elemento ou a parcela de lembrança que antes havia em nosso espírito talvez seja uma expressão mais exata do fato - algumas lembranças reais se juntam a uma compacta massa de lembranças fictícias. (HALBWACHS, 2006, p. 32).

Ao realizar um trabalho com educação patrimonial, invariavelmente estaremos buscando na memória matéria-prima para produzir história de um grupo específico. A questão da relação entre a memória e a história é uma das bases do nosso trabalho que está em boa medida sustentada na História Oral (ALBERTI, 2004), visto que as entrevistas são uma das bases de observação e produção (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015). A busca por informações através de entrevistas foi muito importante no trabalho de pesquisa com os inventários, o que implicou em uma definição de métodos com a equipe de pesquisadores. A este respeito, Halbwachs defende que:

Portanto, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento, o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido - o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades. (HALBWACHS, 2006, p.32).

Ao utilizar tais ferramentas de pesquisa, a figura do pesquisador é importante para a condução do processo e para fazer as intervenções possíveis e necessárias. Estas interferências e este elo com a subjetividade podem se tornar uma fonte importante de pesquisa no âmbito histórico.

Além dos estudos sobre a memória coletiva e individual e uma apropriação da história oral também é preciso destacar a importância das noções de representações, já que estaremos trabalhando com signos. Neste sentido, Chartier afirma:

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças a violência simbólica. (CHARTIER, 2011, p. 22).

Certamente, ao selecionarmos no Inventário Participativo alguns objetos de estudos e deixarmos outros de lado, estamos fazendo uso do que o autor acima citado referencia como a noção que temos, ou que descobriremos ter, da importância simbólica para estes grupos específicos.

Ao revisitar estes conceitos, estamos buscando as representações mentais e a construção de mundo que as pessoas fazem. Podemos estabelecer como nosso objeto de pesquisa uma lista de possíveis patrimônios observados, conforme previsto no Inventário Participativo do IPHAN:

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. (EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: inventários participativos, 2016, p. 7).

Ao entender a questão do patrimônio como uma construção coletiva, onde os grupos estão cientes da sua importância no mundo e entendem que estes bens culturais precisam ser preservados, denota-se quase que uma obrigação de fazer com que as futuras gerações também tenham acesso a ele. É neste sentido que a memória ocupa um lugar de destaque, pois é através dela que as lembranças podem ter eco e percorrer o tempo.

O objeto de pesquisa em questão surgiu da necessidade de potencializar, na comunidade, a consciência de preservação de seus bens culturais, e, ao mesmo tempo, visualizar que esta comunidade possui inúmeros lugares de memória que são importantes para reconstruir a sua

história, mas que estão sendo abandonados ou colocados em segundo plano tanto por esses sujeitos ordinários, quanto pelo poder público. Cabe citar que este abandono, por assim dizer, muitas vezes não é proposital e sequer consciente, mas está arraigado a práticas e costumes de que tudo o que é velho deve ser substituído ou abandonado.

Em nível nacional, essa falta de apreço para com os bens culturais tem sua expressão mais cabal no incêndio do Museu Nacional, ocorrido em 2018. A falta de políticas de Estado e não de governo tem feito com que os investimentos e as políticas nesse setor oscilem demasiado. Na sequência desse texto procuraremos sinteticamente resumir essa relação entre Estado e patrimônio.

3.2 A TRAJETÓRIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

A educação para a preservação do patrimônio, ao contrário do que se pensa, não é nova no Brasil. Se considerarmos uso do termo/conceito “Patrimônio Artístico Nacional”, para fins agregadores na educação formal, vamos nos remeter a 1936, com a criação do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPAHN), pelo então escritor Mário de Andrade.

Em artigo para a Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, denominado de “Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”, Dalton Sala atesta que:

A proteção legal efetiva ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inicia-se com a Constituição de 1934, promulgada a 16 de julho. Dela consta um artigo, o de nº 148, segundo o qual “cabe à União, aos Estados e aos Municípios proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, homem de confiança de Getúlio Vargas, tomou a iniciativa dos estudos para a elaboração de um projeto de lei federal que regulamentasse o preceito constitucional; segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, “encarregando de elaborar o respetivo plano o grande escritor Mário de Andrade, então diretor do Departamento de cultura do Município de São Paulo”. (SALA, 1990, p.20).

Evidente que durante o período do governo Vargas algumas questões ainda contrapunham os objetivos culturais que o futuro Estado Novo pretendia, sendo assim, o anteprojeto foi deixado no ostracismo. A questão principal talvez esteja ligada a ideia de um estado forte e centralizado, tendo como sustentação a aliança com os setores conservadores da Igreja Católica, o que ia de encontro as propostas dos irmãos Andrade, que propunham buscar conhecer com profundidade as raízes culturais do Brasil. O ideal de preservação de Mário de Andrade passava pelo conhecimento de hábitos, costumes, credences, cantos lendas e

superstições, possivelmente uma referência ao seu anterior Manifesto Antropofágico de 1928. Talvez tenha sido a primeira vez que, no Brasil, o patrimônio imaterial entrou na pauta de discussão política e a importância que este recebeu no anteprojeto possivelmente tenha sido a causa de a redação ter sido usada apenas parcialmente.

No período que antecedeu o Golpe Militar de 1964 foi aprovada uma única lei que fazia referência ao patrimônio arqueológico (3924/1961), levada adiante pelo paulista Paulo Duarte.

Duarte torna-se assim o principal precursor da preservação dos vestígios arqueológicos no Brasil. Nesse sentido, a observação de suas ideias levantou o interesse quanto às análises das práticas levadas a cabo pelas instituições oficiais de preservação patrimonial, centradas durante muito tempo na figura do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A ideia de uma comparação entre essas duas políticas surge como maneira de entender como os estudos de Paulo Duarte e, portanto, da Arqueologia, se inserem nas práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no Brasil no século passado, as quais foram guiadas principalmente pelo SPHAN. (SANABRIA, 2011, p. 01).

A questão da preservação cultural, no entanto, se mostra mais favorável aos bens imóveis, uma vez que havia uma aproximação importante entre Paulo Duarte e Gilberto Freyre, sendo que este último vinculava a arquitetura à formação nacional. Segundo Mesquita (2018), Freyre foi então convidado a ser funcionário do SPHAN, onde, por sua capacidade técnica e teórica, se manteve no cargo de 1937 até 1955. Contudo, sempre quis manter certo grau de distância do Regime de Vargas, procurando ficar fora do sistema de cooptação do Governo Federal.

Uma das contribuições do SPHAN no período foi o artigo 1º da Lei de Tombamentos, que definia o acervo arquitetônico centrado no acervo de memória ou de herança, o que claramente evidenciava uma preocupação inicial com uma categoria de bens específica. Ficou evidente que os acervos a serem tombados estavam relacionados ao Barroco, à arquitetura civil e ao passado colonial.

No período do Regime Militar, através da Carta Constitucional de 1967, criaram-se novas categorias para classificação de bens a serem preservados, notadamente jazidas e sítios arqueológicos. Cabe citar que estes bens até então eram classificados como locais de valor histórico. No Art. 172 deste documento é possível observar que “o amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único: Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”.

Ainda na década de 70, foi criada a Fundação Pró-Memória, que adquiriu uma conotação mais ampla e com concepções de bens culturais mais significativas. Houve uma reformulação no SPHAN e sua ação patrimonial, buscando introduzir as noções de memória,

civilização e bem cultural. Com estas ações também é criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que tem atuação marcante até os dias atuais.

Nos anos 80, a Lei Sarney (7.505/1986) alavancou a ideia de preservação e de patrimônio, ao mesmo tempo em que promoveu um desenfreado movimento empresarial pelo marketing destes bens preservados. Em 1991, a Lei Rouanet instituiu o Programa de Apoio à Cultura (Pronac), com o intuito de desenvolver projetos culturais com fundos das mais variadas fontes.

No entanto, a Carta Constitucional de 1988 retomou alguns aspectos sugeridos por Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, reafirmando que a ação em prol do patrimônio devia se desenvolver independente da ação de tombamento e devia se basear na referencialidade dos bens (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Desta maneira, outras formas de manifestação popular e cultural também teriam a proteção dos organismos estatais, inclusive estabelecendo datas para as celebrações em questão.

Em seu artigo número 216 a Constituição Federal afirma:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988).

É importante destacar que a legitimação dada pela Carta Constitucional possibilitou a identificação, coleta de dados, tombamentos e preservação da memória de grupos. Tendo esta garantia constitucional, são os poderes a nível local que devem zelar pela preservação e manutenção destes bens.

A legislação do Estado do Rio Grande do Sul vai ao encontro das leis federais, zelando e promovendo a preservação dos bens culturais do Estado.

Art. 220. O Estado estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos bem como o acesso a suas fontes em nível nacional e regional, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais. Parágrafo único. É dever do Estado proteger e estimular as manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade rio-grandense. Art. 221. Constituem direitos culturais garantidos pelo Estado: I - a liberdade de criação e expressão artísticas; II - o acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade, principalmente nos estabelecimentos de ensino, nas escolas de arte, nos centros culturais e espaços de associações de bairros; III - o amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares às eruditas e das regionais às universais; IV - o apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais; V - o acesso ao patrimônio cultural do Estado, entendendo-se como tal o patrimônio natural e os bens de natureza material e imaterial portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade rio-grandense, incluindo-se entre esses bens: a) as formas de expressão; b) os modos de fazer, criar e viver; c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas; d) as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, científico e ecológico. e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, científico e ecológico. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 36, de 12/12/03). (RIO GRANDE DO SUL, 1989, p. 65).

No artigo 220 da Constituição Estadual há uma amostragem de como o Estado entende o processo de preservação e como ele pretende informar os cidadãos sobre a modalidade de tombamentos, catalogação, conservação e fruição. As orientações contidas neste documento também apontam para a importância de observar as normas de conservação e valorização. Tanto o setor público, quanto o privado são contemplados nesta Carta, sempre orientados para a observância destes elementos culturais.

Art. 222. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação. 66 § 1.º Os proprietários de bens de qualquer natureza tombados pelo Estado receberão incentivos para preservá-los e conservá-los, conforme definido em lei. § 2.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 3.º As instituições públicas estaduais ocuparão preferentemente prédios tombados, desde que não haja ofensa a sua preservação. (RIO GRANDE DO SUL, 1989, p. 66).

Se no artigo 221 se apontavam os caminhos para a preservação do patrimônio, em seu artigo 222 as orientações fazem clara referência ao que preservar. Todo o rol de bens materiais e imateriais que fizeram e fazem parte da cultura e do patrimônio gaúcho podem ser observadas

em seus incisos, que atentam para a clara observação e incentivos em que o poder público pode atuar.

Cabe observar também que há uma clara preocupação em manter as tradições folclóricas, musicais e artísticas do estado, ou seja, a preservação material e imaterial está contemplada de forma direta. Essa preocupação reflete aspectos ligados ao tradicionalismo gaúcho, marca registrada do estado mais meridional do Brasil.

É notório que, de maneira indireta, a questão do tratamento dado ao patrimônio imaterial aparece em alguns de seus artigos, evidenciando esta nova mentalidade proposta pelos organismos federais. Inclusive quando faz alusão no Art. 3º sobre os “objetos culturais marcantes da vida pregressa da gente rio-grandense”.

Alguns municípios de maior porte possuem legislações próprias que aludem aos bens a serem preservados, identificando e orientando para tais práticas. No entanto, em municípios menores, como é o caso de Boa Vista do Sul, as leis referentes ao patrimônio são de caráter geral e com maior ênfase à questão do tombamento de bem imóveis. No Art. 128 da Lei Orgânica nº 0/1997 de 04 de dezembro de 1997 é possível observar os direitos culturais garantidos pelo Município:

Art. 128 - Constituem direitos culturais garantidos pelo Município:

I - liberdade na criação e expressão artística;

II - acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade, principalmente nos estabelecimentos de ensino, nas escolas de arte, nos centros e espaços de associações de bairros;

III - o amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares às eruditas e das regionais às universais;

IV - o apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais;

V - o acesso ao Patrimônio Cultural do Município, entendendo-se como tal o patrimônio natural, aos bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade Boavistense, nos quais se incluem:

a) as formas de expressão;

b) os modos de fazer, criar e viver;

c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas;

d) as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais;

e) os conjuntos urbanos e sítios de valores histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, científico e ecológico. (BOA VISTA DO SUL, 1997, p. 36).

Cabe ressaltar que não há caso registrado de bens tombados no município de Boa Vista do Sul, apenas constando reformas em alguns imóveis antigos, onde o município auxiliou na captação de recursos. O tema “Educação Patrimonial” ainda é muito recente no município, que ainda desconhece boa parte dos seus bens imateriais, e até mesmo os materiais, se fundando

apenas na memória oral de seus habitantes mais velhos para manter viva a sua memória histórica.

Como todo município de pequeno porte que conta com um forte apelo rural, Boa Vista do Sul tem um patrimônio material e imaterial praticamente inexplorado, mas que carece de olhares mais técnicos, bem como do seu poder público para manter estas memórias vivas.

A grande questão que permeia os anos finais do século XX e século XXI quando nos referimos à questão do Patrimônio é a espetacularização e a tentativa de fugir da ideia de cenário ou apenas de entretenimento. Associar a um local histórico o valor que tem para a sua comunidade, ou tentar desvincular certos padrões turísticos do real valor histórico tem sido um dos grandes desafios da atualidade. Ao mesmo tempo em que é preciso que os habitantes locais percebam os desafios e a importância de reconhecer no Patrimônio local parte da sua história e a necessidade urgente de políticas públicas de preservação.

A criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial pelo Decreto n.3.551/2000 abriu ainda mais as frentes de tombamento e de preservação do patrimônio nacional brasileiro. Festas, formas de fazer, práticas sociais, religiosidade, mercados, feiras, santuários e praças puderam ser incluídos neste vasto leque de bens a serem inventariados e preservados a partir de então. Foi um salto qualitativo e quantitativo no que concerne à preservação, pois aquelas formas de preservar relegadas a prédios e outros elementos da arquitetura podem ser expandidas a camadas da população que eram desassistidas com estes programas governamentais. Fez-se necessário avançar ainda mais nas discussões de como abranger todos estes aspectos patrimoniais, sugerindo que esta temática deveria estar mais próxima da realidade educacional brasileira.

3.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DISCUSSÕES INICIAIS RELATIVAS AO CONCEITO

Anos antes da publicação deste decreto sobre Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial, já se materializava o trabalho de duas pioneiras no tema. Maria de Lourdes Parreiras Horta e Evelina Grunberg iniciaram, na década de 80, um trabalho para fomentar a inserção de outras modalidades de patrimônio para eventual preservação.

No 1º Seminário sobre “Uso educacional de museus e monumentos”, que ocorreu no Museu Imperial de Petrópolis, em 1983, foram dados os primeiros passos para a inserção da temática sobre Educação Patrimonial em território nacional. Cabe ressaltar que as duas exerciam suas atividades profissionais no Museu Imperial, e as atividades educacionais por elas

propostas, em linhas gerais, tinham o objetivo de desenvolver um trabalho sistemático de educação nas escolas de ensino básico.

Sendo a premissa básica das ações de Educação Patrimonial o uso do bem cultural como fonte primária da aprendizagem, espera-se com este contato o conhecimento crítico e a apropriação consciente pela comunidade do seu patrimônio para a preservação sustentável destes bens e fortalecimento de sentimentos como identidade e cidadania. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2009, p. 06).

Na realidade, o que se pretendia era ter a educação patrimonial como uma fonte primária de estudos, conhecimento e compreensão individual dos processos históricos, fato este que possibilitaria que o ensino da história fosse mais significativo para os estudantes e também para a comunidade onde a escola estava inserida. A ousadia à época do livro *Guia Básico de Educação Patrimonial* pode ser relacionada também com a contemplação assertiva que tiveram os irmãos Andrade ao buscar reaver as raízes históricas e o patrimônio imaterial do povo brasileiro durante o governo Vargas, com a ideia de fortalecer laços identitários pelas museólogas nesta obra publicada.

Neste contexto, as autoras do livro afirmam que:

Concebida como proposta de desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e apropriação dos bens culturais que compõem o patrimônio cultural local, esta metodologia teve seu berço na Inglaterra, sob a denominação *Heritage Education*. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 2009, p. 05).

As novas ênfases e perspectivas em torno da temática educação patrimonial não eram novas no mundo, tendo em vista que a inspiração para que Horta, Grunberg e Monteiro tivessem êxito em sua proposta estava baseada neste modelo inglês, definido pelas autoras como “um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 2004, p.04). O trabalho pioneiro foi sendo proposto em uma série de seminários e introduzido com certa morosidade nos meios acadêmicos e da educação básica. A busca por espaços neste campo de atuação da história ainda continua um ilustre desconhecido de boa parte dos profissionais que lidam com a história e com a preservação do patrimônio.

Ao pensar a educação patrimonial neste momento específico da história do Brasil, podemos observar também o cuidado para que esta nova proposta fosse lida, entendida e

aplicada da forma mais simples possível, possibilitando o maior aproveitamento dos patrimônios estudados.

A metodologia da Educação Patrimonial é desenvolvida em quatro etapas, sendo elas: a observação, o registro, a exploração e a apropriação do bem cultural. Espera-se identificar o objeto, sua função e significado; registrar o conhecimento percebido, através do aprofundamento da observação; desenvolver a análise crítica através da consulta a outras fontes; e a apropriação do conhecimento adquirido por meio da participação criativa. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 2009, p. 11).

A concepção e a apropriação por parte de pessoas da comunidade, de bens que até então estavam esquecidos pelos poderes públicos lançam um novo olhar sobre a história e a sua finalidade. É certo que a disparidade de recursos dispensados para a preservação de bens culturais ainda é muito precária, dada a realidade econômica vivida pela América Latina como um todo, mas o que se entende é que a questão da preservação de bens materiais e imateriais, no estágio em que ela se encontra, tende a ser irreversível.

Numerosos grupos, tais como urbanos, rurais, quilombolas, indígenas, etc. podem e devem ser contemplados com estes recursos e com estes programas de preservação. É a preservação da memória local, da identidade coletiva, de histórias e contos que podem ficar perdidos no tempo e no espaço se não houver uma ação conjunta dos profissionais da educação como um todo, especialmente na área da história, e do poder público, com políticas que possam fomentar estes espaços e estas práticas.

O trabalho referente ao ensino da história no Brasil também vem sofrendo importantes intervenções no que diz respeito tanto a sua metodologia, quanto aos seus objetos de pesquisa. Com a introdução deste novo elemento, que é a educação patrimonial, a história local ganhou um importante aliado não só para o conhecimento de usos e costumes, mas também para a preservação destes bens.

No entanto, alguns questionamentos podem se fazer presentes ao fazer uso desta ferramenta de aprendizagem: Como a população, vinculada a uma certa comunidade, relaciona-se com seu patrimônio histórico e cultural, levando em consideração o fato de que esta comunidade não é única, nem homogênea? Como pensar o patrimônio a partir da perspectiva de que as comunidades não estão livres das tensões e conflitos inerentes à própria concepção de patrimônio? Como manter vivo usos e costumes, a partir de suas transformações e contradições? Buscando entender alguns destes questionamentos é que as propostas de conhecimento da história através da Educação Patrimonial podem adquirir algum sentido prático.

Um dos desafios é possibilitar que as comunidades mantenham vivos os usos e costumes, assim como suas transformações e contradições sociais. Daí a necessidade de, em conjunto com a comunidade, buscar responder mais algumas perguntas, tais como: o que é realmente fundamental, que mereça ser preservado? Como a comunidade se relaciona com um bem preservado? (MAGALHÃES; BRANCO, 2009, p. 58).

Estes questionamentos são importantes para que, ao pensar em uma atividade prática de Educação Patrimonial, os propositores tenham em mente a importância do movimento que estarão prestes a fazer. O conhecimento da história que cerca a comunidade escolar é importante, é desafiador e pode ser imprescindível, pois é a maneira como algumas práticas culturais podem ser perpetuadas em determinado grupo social, mas para isso é necessário estabelecer diálogos com a comunidade e tirar os educandos de seus espaços tradicionais, como afirma Park,

Trata-se, portanto, de levar para dentro da escola suas gentes, seu entorno, seu cotidiano e de tirar os alunos de seu limite espaço-temporal, oferecendo vivências em praças, conversas com pedestres, formando um olhar perscrutador para o dia a dia que movimentam a cidade (PARK, 2004, p. 21).

Buscar novas possibilidades para fazer do ensino da história um momento de diálogo e de discussões é importante para o aluno, pois pode ser uma maneira de ver e sentir os objetos de estudos que estão muito próximos da sua realidade. Inculcar nele uma vivência diferenciada, onde o olhar seja treinado para identificar beleza e história, onde antes poderia parecer apenas mais um local ou uma prática obsoleta ou que às vezes causava vergonha nas novas gerações.

Ao reconhecer todas estas formas de manifestações culturais e incluir novos grupos como sendo parte importante da História nacional, se abriu caminhos mais seguros para o debate e para as novas concepções de ensino da história e da própria ideia de patrimônio a nível nacional. Entendendo a proposta de Educação Patrimonial como sendo um caminho para a transformação, que vai muito além de apenas primar pela curiosidade dos alunos, se transcende a um novo patamar de objetivo educacional: o da transformação da realidade. Compreender a própria realidade e a própria história é essencial para que seja atingido com alguma eficiência este objetivo. Como afirma Moraes,

Partindo da concepção transformadora de educação patrimonial, admite-se a retomada de espaços arquitetônicos, sociais e de memórias, a partir de uma diversidade de possibilidades e de relações com outros elementos, atentando-se para as tensões das vivências e das seleções. Além disso, há a necessidade de identificar outros espaços e manifestações que dê conta das contradições e possibilidades que permeiam o mundo contemporâneo. A educação patrimonial transformadora possui caráter político, visando à formação de pessoas capazes de (re) conhecer sua própria história cultural, deixando de ser espectador, como na proposta tradicional, para tornar-se sujeito,

valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões (MORAES, 2005, p. 03).

Esta é uma nova proposta ou tendência inaugurada com a introdução da Educação Patrimonial nas escolas. Incentivar as novas gerações a conhecerem a sua história e a dos seus antepassados, revisitando e procurando identificar elementos unificadores, que possam identificá-los como cidadãos atuantes onde vivem. A proposta é audaciosa no seu objetivo final, mas é importante para aguçar os sentidos e analisar a própria trajetória pessoal.

Outra ideia importante que foi introduzida com as práticas de Educação Patrimonial é o cuidado com o patrimônio e o próprio conhecimento que as crianças e adolescentes adquirem sobre questões referentes aos bens que estão ao seu entorno. Identificá-los e perceber neles a presença de uma história significativa é uma das principais premissas destes trabalhos, pois só assim podemos, de fato, introduzir a história local e fazer uso dela para entender os processos históricos mais significativos.

3.4 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, ENSINO DA HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL

Para orientar e embasar nosso trabalho empírica e teoricamente, buscamos autores que pudessem ajudar na construção de um referencial para resolver alguns dos nossos anseios. Muita coisa já foi detalhada sobre a questão do Patrimônio Histórico e da Educação Patrimonial no Brasil. Autores diversos, tais como Horta, Grunberg, Monteiro (1999) e Pelegrini (1997) vêm fazendo uso desta temática há alguns anos, com a finalidade de realizar trabalhos de conscientização e também para demonstrar ao poder público a necessidade de um olhar mais atento para esta questão. Aliás, a preservação é vista muitas vezes como um entrave ao desenvolvimento, ao progresso e até mesmo à urbanização.

Inúmeras atividades de pesquisas foram realizadas em diversos sites de universidades, como da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O mesmo foi feito com portais, como o da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). As buscas nestes portais foram importantes para analisar a quantidade de produção acadêmica que está sendo realizada nestes âmbitos, assim como nas linhas de pesquisas em questão. Muitos trabalhos específicos de cada região se aproximam da ideia do trabalho que foi desenvolvido com os Inventários Participativos em Boa Vista do Sul.

Além dos portais das universidades, também foram utilizados como recurso de pesquisa os periódicos e revistas científicas da Associação Nacional de História (ANPUH), que foram essenciais para a seleção dos autores que fazem parte deste trabalho de análise. Cabe ressaltar as pesquisas realizadas no próprio portal de teses, dissertações e monografias da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que mostraram o que está sendo produzido a respeito deste assunto na região. Vários alunos dos programas dessa Instituição já começaram a desenhar um interesse real e a buscar concretizar estes estudos, tendo como base a Educação Patrimonial. Ao fazer as buscas, identificamos trabalhos das mais variadas áreas, tais como História, Arquitetura, Turismo e Economia, que usaram conceitos como “memória”, “identidade”, “história local”.

Nosso primeiro objeto de análise foi a dissertação intitulada *A educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio em São Mateus do Sul-PR* apresentada por Flávia Albertina Pacheco Ledur, da Universidade do Contestado, campus Canoinhas, de Santa Catarina. Neste texto, a autora entende o processo de construção de cultura e de formação para a cidadania como um processo indissolúvel da prática escolar. Ela substancializa a escolha do tema de pesquisa pela sua experiência nas práticas de educação patrimonial e também na necessidade da preservação local destes patrimônios identificados. Ainda pensando a questão da educação e de patrimônio, Ledur (2012, p.45) menciona: “[...] essa prática somente se consolidará se dentro do ambiente escolar houver atividades voltadas para esse fim, práticas que levem os alunos a desenvolverem noções de ética e práticas de cidadania [...]”.

A autora ressalta o problema da cultura e da percepção das regionalidades para entender as práticas educacionais e culturais. Ela busca responder aos apelos dos conceitos de cultura em que o antropólogo Cucho (2002, p. 21) afirma, “[...] cultura é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, ao longo de sua história”. Propondo um refinamento do conceito em questão, ela dialoga com Coelho (2008), que sugere que “a cultura de um lugar não deveria ser vista como a soma de tudo, mas apenas do específico daquele lugar, não o universal, mas o particular”. (Apud Ledur, 2012 p. 26)

O trabalho supracitado busca resolver problemas referentes à questão do imaginário e das representações de grupos. A autora entende que a educação patrimonial é um processo construído e elaborado ao longo dos anos, sendo que a vivência e a convivência com estes elementos identificados são essenciais para esta elaboração. Ledur (2012) considera ainda os conceitos de identidade a partir de Hall, que afirma que:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, contextualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais

somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2003, p. 13, apud LEDUR, 2012, p. 27).

Em um segundo momento da dissertação supracitada, há uma conceituação e análise de termos referentes ao Patrimônio Cultural. Entre outros autores, Ledur (2012) destaca Pelegrini (2009), que propõe que “atualmente, o significado de Patrimônio Cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do pensar, agir e sentir humano - o que no conjunto poderia se definir como meio ambiente artificial” (Apud Ledur, 2012, p.32). O trabalho ainda elenca a origem do termo em questão, fazendo alusão à Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, realizada em 1972. Esta convenção é o ponto inicial para os termos posteriormente usados como base nesta ordem de conceituação. Os saberes e as formas de fazer e agir foram aprovados no Brasil a partir de 1977, quando se inicia um intenso processo de identificação e de políticas públicas para a preservação destes saberes, práticas e formas.

Segundo a autora, existe uma relação dialógica entre Le Goff e a Canclini sobre a importância de o poder público estar em constante diálogo com a comunidade, para identificar o que deve e o que não deve ser considerado e preservado como um bem cultural.

Por fim, Ledur (2012) realizou um estudo das leis sobre Patrimônio nos âmbitos nacional, estadual e municipal, confirmando as ações e as investigações que têm por objetos as práticas de educação patrimonial. A autora apresenta alguns dos princípios da Educação Básica brasileira que são previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que afirma em seu artigo 1º que: “A educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997) citados pela autora contribuem de maneira significativa para o processo de transversalidade, uma vez que introduzem na educação formal novas formas de entender o mundo ao seu redor, através de práticas interdisciplinares.

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles-questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida historicamente, se constitui. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade). [...] Dessa forma, os PCNs sugerem alguns “temas transversais” que correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. (BRASIL, 1997, p. 40)

Outra dissertação que merece destaque nessa revisão tem como título *Sentir para Agir: avaliando uma proposta de educação patrimonial*. O referido trabalho foi escrito por Márcia Conceição Arévalo e foi apresentado para a obtenção do título de mestre em Preservação do Patrimônio Cultural no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2013.

No capítulo 1, a autora faz um breve histórico da trajetória da educação patrimonial no IPHAN, desde a sua criação, ressaltando algumas linhas de continuidade, sem pretender analisar e julgar esta trajetória. Importante destacar o papel destas ações ao longo do tempo, observando quais atores estiveram envolvidos e em que ambientes se desenvolveram, assim como quais são os possíveis resultados e avaliações.

No capítulo 2 é possível observar a descrição de como se construiu a Oficina Sentir para Agir, citando seus objetivos, atividades propostas, diálogos teóricos estabelecidos na construção das dinâmicas propostas. Esta seção também apresenta a história institucional da construção da Casa do IPHAN, em São Cristóvão – SE. Vale lembrar que este capítulo foi redigido no formato de um relato de quem participou da concepção e realização de tais oficinas e pretende expor os desafios e superações resultantes do processo de construção de uma ação educativa em uma cidade com tantas demandas, como é São Cristóvão.

No capítulo 3, a autora destaca os dados levantados no material e nas dinâmicas de avaliação concebidos para a Oficina Sentir para Agir, bem como sua análise e primeira avaliação. Na conclusão, ela faz uma análise sobre os resultados apurados, bem como uma breve avaliação do processo a partir de seus autores.

A terceira dissertação analisada é de Carla Rejane Barz Redmer Schneid, que apresenta o seguinte título: *Educação Patrimonial: projetos de ensino por meio de bens patrimoniais do Município de São Lourenço do Sul (RS)*. O referido trabalho foi apresentado como requisito final ao Programa de Mestrado Profissional em História da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG). Na análise do primeiro capítulo, podemos perceber a abordagem dos pressupostos da Educação Patrimonial e sua utilização para o ensino da História, amparada nos bens patrimoniais destes locais. Para a elucidação do tema, apresenta-se uma reflexão entre os conceitos de cultura, memória, identidade (s) e pertencimento, essenciais para a efetivação da proposta que pretende utilizar os bens culturais como documentos e fontes para o ensino e para a pesquisa.

No segundo capítulo, temos a descrição da coleta de dados e informações que levaram à identificação dos bens patrimoniais do município de São Lourenço do Sul. Neste ponto, as

fontes de pesquisas que foram utilizadas pela autora são indicadas, assim como são expostas a situação dos bens e patrimônios do município.

No último capítulo, com os registros patrimoniais coletados, foi realizada uma classificação dos bens como materiais ou imateriais. Houve também uma série de outras qualificações quanto às suas descrições históricas ou sua importância cultural para a comunidade, que viria a ser a base empírica para a produção do material didático proposto na pesquisa.

Buscamos identificar nestas três dissertações uma aproximação relativa à construção do conhecimento histórico, aos aportes teóricos e ao trabalho de Educação Patrimonial realizado por cada autora. Além de servirem como importantes referências para a elaboração do presente trabalho, analisar estes exemplos de práticas diversas serve para que se tenha uma noção do real alcance deste trabalho. Neste sentido, as três autoras tratam da mesma maneira a questão do ensino da história e das intervenções didáticas propostas através de oficinas de patrimônio histórico. Arévolos problematiza isso:

Como construímos então o conceito de patrimônio? Como uma comunidade elege os bens culturais que deixara como herança/legado para as futuras gerações? Qual o conceito de Patrimônio Cultural que rege a política de preservação do IPHAN? Era importante definir todas estas questões, assumir um discurso, se queríamos pensar uma atividade formativa que esperava do público-alvo a apropriação dos espaços patrimonializados e sua ajuda na conservação dos mesmos, no entanto, poderíamos manter o espaço da oficina aberto para os discursos e apreensões que viriam do público-alvo. (ARÉVOLO, 2013, p.42).

Assim como as outras duas autoras, Ledur (2012) também analisa o papel desempenhado pelo ensino da história e a questão do reconhecimento por parte da população de um bem cultural. Desta forma, ela define que, para conseguir este reconhecimento, é necessário entender a real importância da preservação e do entendimento do conceito:

Assim, a educação, como elemento reconhecedor do patrimônio cultural, fornece dados que possibilitam a percepção do espaço cultural pela população, tornando-se um dos subsídios para o desenvolvimento cultural, ao mesmo tempo em que se constitui numa ação estratégica para contribuir no sentido de valorização das culturas locais e desenvolvimento da sociedade. (LEDUR, 2012, p. 21)

Ao buscarmos fazer este diálogo com as autoras, no que se refere ao patrimônio histórico, não podemos deixar de notar também a importância dispensada ao protagonismo da população local na preservação e no reconhecimento destes elementos identificados como memória e patrimônio. É importante dizer que estes aspectos são destacados nas três

dissertações analisadas. Também cabe ressaltar o papel determinante que estes trabalhos de educação patrimonial desenvolveram em seus ambientes, fazendo com que um número expressivo de pessoas que entraram em contato com os projetos, de uma forma ou de outra, vivenciassem uma nova forma de encarar os bens relatados.

Um dos problemas a serem superados é a falta de informação que a maioria das pessoas da comunidade e a própria escola têm quando se busca o entendimento e a promoção destes eventos. É necessário um trabalho de base, de convencimento, de apropriação, para que algo novo surja, por isso podemos dizer que as oficinas de educação patrimonial citadas neste trabalho possuem por objetivo fazer um processo contrário: o de reconhecimento. Reconhecer no que já está perto, junto à comunidade, algo que é seu, que lhe pertence como história, portanto, é importante resguardá-lo para as gerações vindouras.

Outro ponto comum entre os trabalhos desenvolvidos por essas autoras é a questão do papel do poder público nestas propostas de preservação de lugares e nos modos de fazê-lo. Há um consenso de que na maior parte dos municípios do Brasil, incluindo os casos analisados, há pouco interesse por parte do poder público em dispor de recursos ou de políticas de incentivo para recuperar ou preservar. Os diversos motivos apresentados foram os altos investimentos, a burocracia federal para contemplar as ações de preservação, a voracidade do mercado em modernizar e expandir as fronteiras urbanas para espaços antes preservados, bem como as leis municipais que, muitas vezes, facilitam vários dos dispostos acima, não atendendo aos apelos de fazer um trabalho de preservação de memória que exalte à cultura local, tão rica e importante quanto às demais.

Ao fazermos estas considerações podemos dizer que várias formas de ensinar são possíveis, e necessárias. O ensino da história, como dito anteriormente, é um problema que precisa ser pensado, diagnosticando as suas falhas, de modo que, com alternativas como a educação patrimonial, seja possível realizar intervenções verdadeiramente significativas aos alunos. Toda a produção acadêmica que vem sendo realizada neste sentido tem por objetivo inicial fazer com que a comunidade se perceba como tal, que tenha um engajamento participativo de seus membros e que, ao visualizar as relações possíveis neste processo, as pessoas consigam entender a própria história e a de seus semelhantes.

É notório que podemos apontar muitos empecilhos que podem dificultar o encontro com estes espaços de memória e de preservação, mas nas ações de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural, já se tornou corrente reconhecer que não preservamos memórias, apenas referências culturais. As referências culturais pressupõem comunicação, relação, sentidos. O Inventário Nacional de Referências Culturais (2000) aponta:

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses históricos. Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de “patrimônios culturais”, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder. (INRC, 2000, p. 11-12)

Ao nos indagarmos sobre os avanços ocorridos nas questões referentes à preservação da cultura, podemos perceber claramente que a cultura não é percebida como um bem público que precisa ser cuidado e gerido, de forma a preservar as memórias e as identidades culturais. Percebemos o descaso e a falta de preparo de gestores em lidar com estas situações. Vale ressaltar que por vezes nem se identifica a má vontade, mas um despreparo característico.

Podemos destacar a real necessidade de fazer com que os espaços para discussão e formação de profissionais para trabalhar com este tema sejam cada vez mais constantes, já que a mudança de enfoque no método de ensino também pressupõe o preparo técnico e profissional. Os espaços de nada valem se, no momento em que eles precisarem ser utilizados, o material humano qualificado para a oficina ou trabalho prático estiver debilitado ou for insuficiente.

Ao pensarmos a temática da educação patrimonial estamos buscando novas formas de entender e estudar a história nas escolas. A questão da abordagem a partir deste enfoque procura aproximar o estudo da história com a história vivida no cotidiano pelos membros da comunidade. O desinteresse dos alunos em estudar essa disciplina do currículo escolar é muito visível. As novas propostas que a História Cultural vem propondo, vieram para tentar aproximar ainda mais as pessoas da sua própria história, como forma de se reconhecer como grupo, de pensar de forma espontânea e, às vezes, desvinculada de uma história oficial, ainda refém de documentos, comprovações e personagens exemplares para a nação. Essa postura cria as bases para a aprendizagem significativa.

A educação do século XXI pressupõe uma aprendizagem significativa em sua prática e em todas as suas etapas. Para isso ela deve estar inserida em um processo em que o leve a pensar a si mesmo e a sua volta como parte de um todo.

Para se reconhecer como sujeito atuante em um ambiente, a criança ou o adolescente deve se reconhecer como um sujeito histórico, com uma herança étnica e cultural carregada por

gerações e que agora passa a fazer parte desta sua formação pessoal. Este reconhecimento por parte do aluno nem sempre é fácil e não ocorre de maneira uniforme, podendo às vezes sequer ocorrer. Se ver como um sujeito social, construído através de aportes históricos, muitas vezes requer do próprio professor bastante cuidado no entendimento e na conduta destas visões, não tendendo para fatores que façam o aluno compreender apenas partes significativas deste processo, desdenhando a sua totalidade e deixando de observar um processo que pode ser construído de maneira mais efetiva.

A questão é: o que se deve ensinar na sala de aula? O que vai fazer com que os teus alunos busquem ficar atentos ou façam um estudo de aproximação e/ou complementar para aquilo que o professor propôs em sala de aula? Como atrair a atenção destas crianças e jovens para fazê-los perceber a importância da história em suas vidas? Quais conteúdos/assuntos escolher para que sejam mais significativos na vida dos alunos? Estes questionamentos podem e devem ser feitos por todos os profissionais da educação ligados ao ensino da história, pois cada dia mais os alunos precisam ver e entender “para que serve” o estudo desta disciplina.

A própria palavra história tem em sua etimologia alguns significados que poderiam nos dar uma pista sobre a sua função social e acadêmica, como afirma Le Goff,

A palavra história (em todas as línguas românticas e em inglês) vem do grego antigo *histoire* (...). Esta forma deriva da raiz indo-europeia *wid, weid, "ver"*. Daí o sânscrito *vettas, "testemunha"*, e o grego *hístōr, "testemunha"* no sentido de "aquele que vê". Essa concepção da visão como fonte essencial do conhecimento leva-nos à ideia de que *histor, "aquele que vê"*, é também "aquele que sabe"; *histōrein* em grego antigo é "procurar saber", "informar-se". *Histoire* significa, pois, "procurar" (LE GOFF, 1990, p. 17).

Analisando esta afirmação de Le Goff, podemos observar que o entendimento da história é acima de tudo uma experiência pessoal e intransferível. Como percebemos o mundo, como o vemos e como o entendemos e aplicamos a nossa realidade é uma questão de perspectiva, é uma questão de "ver", como afirma o autor.

Ao nos referirmos ao estudo da história, num sentido mais amplo, não podemos caminhar apenas sobre os trilhos das guerras ou grandes rupturas sociais, econômicas ou político-administrativas. Permear os caminhos do conhecimento histórico é também analisar o seu contexto social, as festas, os significados, a religiosidade e a sua produção artística. Não podemos pontuar categoricamente que este é o único caminho, mas pode ser uma alternativa interessante, se considerarmos o atual cenário, em que a História nacional e os próprios profissionais da área estão inseridos.

Ao professor cabe a escolha dos conteúdos/temas a serem trabalhados, o que também vai aferir a ele a escolha de um determinado enfoque, mas acima de tudo, a problematização destes conteúdos. Corroborando a afirmação, os PCNs sugerem que,

No entanto, e repetindo o que já foi dito ao longo deste documento, os conteúdos programáticos a serem selecionados pelos educadores não devem sinalizar para a não admitida, embora presente, intenção de formar jovens historiadores, geógrafos, filósofos, sociólogos etc., na escola fundamental e/ou média. Para que equívocos como esse não ocorram, devemos ter em conta que são os instrumentais de análise, ou seja, os conceitos e procedimentos próprios de uma dada disciplina que de fato serão a herança intelectual que a escola deixará para os educandos, juntamente com as competências e habilidades a serem desenvolvidas. (BRASIL, 2002, p. 37)

É o professor que vai conduzir este educando a fazer uma reflexão sobre o tema escolhido, provocando nele pensamentos e reflexões, estes sim totalmente concebíveis de maneira privativa. Como cita Hobsbawm, “todo estudo histórico, portanto, implica uma seleção, uma seleção minúscula, de algumas coisas da infinidade de atividades humanas do passado, e daquilo que afetou essas atividades. Mas não há nenhum critério geral aceito para se fazer tal seleção” (HOBSBAWM, 1998, p. 71).

É imperativo afirmar que o livro didático carrega em si uma ideia já predisposta ou que possa sugerir certo tipo de análise, mas existem variáveis importantes que devem ser consideradas no momento do uso deste material. As condições em que ele vai ser utilizado podem variar, como mencionam os autores a seguir:

Ler um livro de História é multiplicar as representações produzidas no interior do processo de criação do autor, é entrar mesmo no processo de significação do texto. Quem lê um texto histórico interpreta e multiplica acontecimentos, entra num jogo de criação e reprodução de representações que as sociedades criam sobre si mesmas e sobre seu passado, suspendendo a imposição de sentido do autor. Um texto didático de História é um campo aberto de significações, ele não estabelece as representações por si só, pois depende do contexto sociocultural no interior do qual é lido, depende ainda dos afetos que um texto sempre é capaz de produzir em diferentes indivíduos situados em contextos diversos e singulares. (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 170-171).

O papel do professor mediador neste contexto é favorecer a discussão em torno do material de que ele dispõe. As sugestões dadas pelos autores podem ser levadas em consideração para a fluidez do debate, mas o seu uso não é obrigatório, como um fim em si mesmo.

Não é de hoje que o livro didático, principalmente o de história, desperta interesse e discussão. Sua escolha e a escolha de seus temas quase nunca são realizadas ao acaso ou pensando nos projetos individuais dos alunos. Como é de praxe, a história é quase ou sempre

contada por que está no poder no período em questão. Então o livro didático pode ser uma ferramenta importante para a profusão de alguns ideais ligados a estes grupos dominantes.

Por outro lado, esta ferramenta de aprendizagem é a principal fonte de pesquisa que os alunos têm contato em suas vidas escolares, em alguns casos, é a única forma de entrar em contato com a história. Desta maneira, cabe ao professor ser este elo de ligação entre as partes, aprofundar e buscar novas alternativas de entendimento. Não que o livro didático tenha problemas sérios e irreparáveis, mas como fonte de estudo e pesquisa, os seus temas são selecionados de acordo com a vontade ou linhas ideológicas governamentais, o que às vezes denota certo parcialismo em seus termos.

O ensino da História tal como tem se apresentado ao longo das últimas décadas carece de um certo olhar de realidade, principalmente por parte dos professores, que apesar do significativo empenho em corresponder às expectativas educacionais, por vezes fica preso a sala de aula e ao livro didático. É necessário envolver os alunos com temas que sejam interlocutores com a realidade, e que sejam mais palpáveis, mas que não deixem de ter conexões com o próprio currículo escolar, a fim de evitar o ensino de uma História distante dos olhos e dos ouvidos, uma História que não possua nenhum tipo de relação convincente com os seus interlocutores.

Este modelo de ensino da História vem sofrendo transformações importantes desde a década de 80, se notabilizando, em especial, a ação de grupos que pretendem dinamizar e tornar mais significativo o ensino da História, como é o caso do IPHAN e de tantos outros historiadores que procuram contribuir com a qualidade do ensino nesta área. As propostas de trabalho neste sentido têm dado bons resultados, oferecendo uma alternativa ao ensino tradicional e conteudista, utilizado na maioria dos casos nas escolas brasileiras. Indo ao encontro disso é que podemos entender que

A representação do passado e do que consideramos importante representar é um processo constante de mudança. Se a memória muda sobre fatos concretos e protagonizados por nós, também muda para fatos mais amplos. A História está envolvida em um fazer orgânico: é viva e mutável. Um livro sobre uma guerra escrito há cem anos continua válido como documento, mas é muito provável que a visão de quem o escreveu esteja superada. Por superação entendemos o que não é mais compartilhado pela maioria (KARNAL, 2004, p. 8).

Proporcionar ao aluno uma reflexão sobre as diversas interlocuções que os grupos humanos realizaram ao longo da história, em nada conflita com as experiências pessoais vividas pelo seu grupo na atualidade. Aliás, é imprescindível que esta maturidade intelectual seja atingida, fazendo com que o aluno se dê conta, como sujeito histórico que é, do seu papel na

sociedade em que vive. Os alunos precisam que o ensino seja apresentado de maneira a lhes chamar a atenção. Não necessariamente com grandes truques ou recursos pedagógicos fascinantes, mas como aponta Schmidt

O professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer bem, lançar os germes do histórico. Ele é responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas em problemáticas. (SCHMIDT, 2002, p. 57).

Neste sentido, o aluno buscará fazer a relação entre o conteúdo estudado em sala de aula com a sua vivência diária, usando estes saberes para buscar o seu lugar na sociedade e se reconhecer como tal. No entanto, uma história que está desconectada do seu ambiente tenderá a ser apenas aprendida a título de curiosidade, em nada acrescentado na vida destes indivíduos. Neste caso, conseguir ver sentido no que está aprendendo é o primeiro passo para uma aprendizagem significativa, mas como despertar o interesse pela História no aluno? Como algumas práticas relacionadas ao ambiente em que o aluno vive podem ser de grande valia para o ensino da história? Qual o papel do professor neste contexto de ensino? Quais são os caminhos que podem ser percorridos pela história a nível local? Como entender a história a partir do conhecimento que o indivíduo possui do seu ambiente?

Cainelli (2004) corrobora tais perspectivas quando afirma que:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. Em segundo lugar, ao propor o ensino de história local como indicador da construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial. (CAINELLI, 2004, p.112).

Buscar relacionar a História Local e inseri-la nos processos históricos globais, procurando identificar o aluno com os objetos e signos que o cercam, a fim de que ele se sinta parte integrante da comunidade, é a problemática deste conceito. As referências que a história trará para a problematização possibilitarão que os educandos visualizem situações reais de pensamento autônomo e talvez de mudança de comportamento frente aos bens observados.

Desde que a história dos Annales buscou contrapor a história positivista, se iniciou um longo caminho de debates e estudos para entender qual seria o real sentido da história, qual o

seu objetivo e a importância da história não oficial. Segundo Martins (2010), ao mencionar algumas questões que são importantes para entender porque se perdeu o interesse ou o foco pela História Local, em detrimento da História Global, uma das hipóteses seria a questão da economia de mercado, em que a Europa gerou forças integradoras e unificadoras. Outra ideia seria a constituição e a consolidação dos Estados Modernos, que de certa maneira sufocou as questões locais, em nome de uma proposta de nação. A última análise remete aos eventos da ilustração, que buscavam a evolução e a uniformização das sociedades, para conquistar a razão.

Ao trazer para a sala de aula autores, lugares comuns e histórias de grupos que podem ser visitados e que estão ao alcance da comunidade escolar para também serem estudados, o professor proporciona uma dinâmica diferente nas relações de aprendizagem. O professor, como um mediador deste processo, pode se aproveitar destes recursos, que a própria comunidade dispõe, para enriquecer o seu trabalho, iniciando seus alunos na atividade de pesquisa.

O uso da História Oral, que também pode ser uma ferramenta importante neste processo de assimilação da História Local, pode dar o teor de cientificidade para este aprendizado, já que normalmente a nível local muita coisa ainda precisa ser desvelada. Entrevistar, coletar dados, fazer trabalhos de campo são atividades que podem ser inesquecíveis para os alunos, tanto como forma de aprendizagem fora do ambiente escolar, como para vivenciar estes eventos com um olhar direcionado para este fim.

Entender a questão local, e evidenciar as suas nuances é um desafio que permeia a pesquisa histórica e sociológica, mas que também torna possível analisar aspectos importantes, como afirma Bourdin:

Os princípios de recorte dos territórios deixam neles um grande espaço ao aleatório, mas um território local deve corresponder ao espaço de vida de uma comunidade por ao menos dois dos três fatores seguintes: fortes interações entre seus membros no cotidiano, proximidade dos modos e/ou estilos de vida, acentuadas referências comuns (identitárias, religiosas, sociais), bem como pela capacidade de exprimir esta proximidade em instituições coletivas. O conteúdo do território local é a sua expressão, através do “viver junto” e dos interesses coletivos. Assim sendo, a questão da relação com os outros territórios não tem resposta claramente estabelecida e não está sujeita a nenhuma regra de estabilidade. (BOURDIN, 2001 p. 199).

Desde 1996, isto é, com os PCNs, se introduziu a discussão de uma história que possa ser entendida primeiro pelo seu ambiente de vivências pessoais e familiares, buscando sempre se apropriar dos elementos que cercam o indivíduo, a coletividade, as permanências e os hábitos e costumes, para ter consciência do seu lugar no mundo.

Os primeiros anos do Ensino Fundamental buscam basicamente focar em duas situações da questão local: a chegada dos primeiros moradores/colonizadores, assim como as práticas e produções culturais relacionadas àquele grupo específico. Nestes novos paradigmas de ensino-aprendizagem, o professor passa a ter um papel decisivo, na medida em que se torna o facilitador da aprendizagem, aliando os conhecimentos de história geral com práticas que aprofundem o conhecimento e a capacidade dos alunos em investigar a história do seu grupo, seja na escola ou na comunidade.

Fazer o uso da história abordada na sala de aula e a relacionar com a história local é um grande desafio para o professor, já que denota estudo por parte deste, uma vez que estes assuntos não são recorrentes em publicações, salvo alguns casos.

Inserir os alunos na história global, através de suas vivências de história local, é um trabalho que requer algum estudo e muito preparo por parte do professor, já que para fazer isso, ele precisa ser um conhecedor da história da comunidade em que está inserido. Se não for um conhecedor profundo, ele necessita ter algumas ferramentas que possibilitem a ele trilhar este caminho com mais segurança. É neste momento que uma série de cartilhas e informativos, principalmente do IPHAN, podem servir de base para que o trabalho adquira um caráter mais formal.

Ao conduzir os educandos nestes contextos educacionais e apresentar a eles a ideia de uma história mais prática, o educador tem em mãos uma tarefa importante, pois estará lidando com a construção de uma identidade, com a construção de uma mentalidade que pressupõe a ação deste indivíduo em comunidade.

O papel da Educação Patrimonial para ensinar história em sala de aula está cada vez mais presente nas escolas, e tem obtido inúmeros aportes teóricos e materiais de divulgação do Governo Federal. Notadamente é um tema que veio para ficar, pois deu um novo olhar à história memória, a história tradicional e livresca.

Esta abordagem histórica é resultado de estudos relacionados às memórias, tanto coletivas quanto individuais, tal como pode ser visto nos estudos em Halbwachs (2006). Também há estudos relacionados à memória, à história e ao esquecimento em Ricœur (2012). Já a questão da memória e da identidade é abordada por Candau (2012). Figueira e Miranda (2012) buscaram enfatizar os estudos destes estudiosos em seu trabalho sobre a *Educação Patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas*. Neste livro, os autores buscam oferecer uma série de subsídios aos educadores ligados à área das ciências humanas que queiram trabalhar com o tema educação patrimonial. Este livro, inclusive, fez parte do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do Professor 2013,

tendo sido oferecido a grande parte das bibliotecas nacionais com o objetivo de atualizar os saberes docentes acerca do tema da Educação Patrimonial.

Como afirmam as autoras do referido livro,

O ensino da história cumpre especial papel na discussão, na realização das atividades e na proposição de projetos voltados para a educação patrimonial. Como componente curricular, deve proporcionar situações didáticas que permitam aos aprendizes conhecer os bens culturais, a fim de poderem compreender e valorizar aquilo que é comum a determinado grupo social. Nesse sentido, é de fundamental importância que a área de história desenvolva na escola propostas interdisciplinares e ações pedagógicas voltadas para a construção de conceito de patrimônio cultural. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p.08).

É preciso dizer que a realização destes projetos também é uma articulação que os educadores precisam fazer dentro do espaço escolar. Articulação que deve envolver a direção da escola para que o trabalho ganhe corpo com ações que dinamizem as atividades, colocando realmente a escola em diálogo com a comunidade. Além disso, pode ser realizado um trabalho conjunto com outros profissionais da educação, para que envolva outros componentes curriculares, para auxiliar em um possível projeto de educação patrimonial. Projetos que façam os educandos pensarem sobre preservação, sobre os bens culturais de sua comunidade são de grande utilidade para a história, pois ela desperta nos indivíduos um sentimento de pertencimento, que podia estar latente até então. Como afirmam as autoras,

A educação patrimonial possibilita ao aluno perceber que o patrimônio cultural faz parte de sua própria história. Tal percepção lhe propicia a oportunidade de conhecer e vivenciar os costumes e a cultura locais, construindo laços de afetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde vive. O acesso ao conhecimento e às vivências relacionadas às diversas manifestações culturais ajuda o professor a explicar a percepção e o entendimento sobre o que vem a ser patrimônio cultural como prática social. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2008, p.08)

Buscar interagir com o conhecimento local é uma maneira didática de conseguir fazer o aluno se relacionar com o ambiente onde vive. Geralmente o local de nascimento e de criação é pouco valorizado, pois as vivências dos pais e avós são, por vezes, vistas como ultrapassadas e não muito úteis às novas gerações. Contudo, a vivência destas práticas pode trazer à tona e explicar sentimentos de pertença e de identificação que estariam escondidos.

Na sequência do trabalho serão explicitadas as discussões anteriores relativos a conceitos de identidade, memória, pertencimento e sua relação com as práticas de Educação Patrimonial envolvidas nessa pesquisa, através dos Inventários Participativos aplicados em Boa Vista do Sul.

4 INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO IPHAN

O inventário cultural também tem por objetivo fazer uma descrição detalhada de um determinado bem, que vai ser pré-determinado por um grupo, como tendo uma significação identitária mais distinta. Ao tomar conhecimento da importância deste elemento, procuramos sistematizar e registrar tais bens, que podem servir como base para consultas, observações futuras e como elemento de identificação de um grupo ou de práticas culturais de uma determinada comunidade.

O inventário pedagógico, que pode ser utilizado para esse tipo de registro, foi o resultado da participação e das contribuições do IPHAN no Programa Mais Educação, do Governo Federal, no ano de 2007. Este programa tinha como um de seus objetivos tornar-se um elemento a mais na educação formal. Segundo o portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC):

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. (BRASIL, 2007, p.7).

Fazendo uso das metodologias já aplicadas neste programa, o IPHAN desenvolveu um modelo de inventário que foi disponibilizado livremente a todos os grupos, pessoas e/ou instituições que desejam fazer uso desta ferramenta para registrar os bens da sua comunidade. Assim,

A presente publicação é de livre acesso, destinada ao público em geral, podendo ser utilizada sem necessidade de licença, autorização ou cessão de direitos. Constitui-se, antes, numa ferramenta de Educação Patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais. (IPHAN, 2013, p.5).

Utilizando estas ferramentas e este modelo de trabalho, o inventário tem por objetivo a construção de um conhecimento que esteja alicerçado no próprio grupo, que dele emane o conhecimento e a curiosidade para que seja relevante à pesquisa. Ao propor um trabalho de Educação Patrimonial, o inventário participativo tem um papel de buscar coletar o máximo de informações possíveis sobre o bem em questão, por isso as fichas que o IPHAN disponibiliza para o público em geral são de grande valia, pois auxiliam e podem otimizar o trabalho de campo.

Neste contexto de pesquisa, os inventários são utilizados como um meio ou uma ferramenta para as atividades de Educação Patrimonial. Eles são responsáveis pela busca de informações e pela produção de conhecimento, sendo os articuladores entre a comunidade, a escola e os bens a serem inventariados. Neste sentido, um novo olhar pode ser lançado sobre as formas de conceber a ideia de patrimônio:

O inventário é uma forma de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nesta atividade, é necessário um olhar ao redor dos espaços da vida, inclusive os que podem estar junto à escola, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural do local. (IPHAN, 2013, p.5).

Fomentar as discussões e buscar informações que sejam relevantes para a comunidade, bem como fazer com que as atuais gerações percebam as mudanças e permanências na história da sua região, podem ser um ponto chave para que esta ideia tome forma e seja introduzida como um elemento que some na educação formal. Neste sentido, conforme sugere o IPHAN, o inventário se enquadra em uma nova maneira de ver e interagir com o Patrimônio, objetivando uma educação que busque as suas próprias referências culturais e dialogue constantemente com ela, inculcando nas novas gerações um sentimento de pertencimento, que se percebe cada vez mais distante não só na juventude, como também das pessoas com idade mais avançada.

As cinco categorias propostas pelos inventários são as celebrações, os saberes, as formas de expressão, os lugares e os objetos. Esta classificação possibilita aos interessados nos projetos levantar uma série de informações, que vão desde uma análise do patrimônio em si, como também um estudo complexo de diversos elementos constitutivos do ambiente em que o bem está inserido. Podemos tomar como exemplo a questão da fauna, da vegetação, da economia, entre tantas outras informações que são anexadas ao inventário.

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário, etc. (MIRANDA, 2008, p.2)

Do ponto de vista dos inventários participativos, os procedimentos são idênticos, sendo que, neste último, todo trabalho é realizado por um monitor, geralmente um orientador ou pesquisador, juntamente com um grupo de alunos e/ou a própria comunidade. Cabe destacar que:

Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (IPHAN, 2016, p.5).

Podemos realçar aqui a importância da comunidade na escolha do que deve ou não ser preservado e na importância de perceber que o trabalho de inventariamento já traz em si a premissa do diálogo e da construção coletiva, uma vez que não é possível dialogar com a história de um grupo sem antes investigar a sua trajetória histórica e cultural, nem ultrapassar os limites impostos pelos próprios interlocutores do processo, ou seja, se busca a autonomia e a colaboração de todos os membros da comunidade, para que a abrangência seja mais significativa.

4.1 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O primeiro passo para o desenvolvimento do projeto foi a escolha da turma que faria o inventário participativo. Na Escola Estadual de Ensino Médio Marcelino Champagnat, de Boa Vista do Sul, o Ensino Médio é relativamente reduzido, contando com cerca de 80 alunos, sendo 32 alunos da terceira série do ensino médio. Este foi um dos motivos da escolha da turma, um número elevado de alunos e a sua representatividade em quase todas as comunidades do município.

Quando o projeto de inventários participativos começou a ser pensado, no ano de 2016, eles já foram convidados a fazer parte deste trabalho, que começava a tomar corpo e que também possuía algumas diretrizes de pesquisas definidas. No entanto, como o ano letivo estava perto do fim, se optou apenas por algumas leituras que pudessem dialogar com as práticas que viriam a ser realizadas.

Logo que a metodologia de trabalho foi definida, começaram os preparativos internos para iniciar as práticas, o que não ocorreu de imediato, devido aos demais trabalhos e ao cronograma de aulas. Porém, no ano de 2017, iniciamos as atividades com um tema de pesquisa e uma ideia de trabalho bem mais consistente. Desta maneira, iniciamos a proposta de trabalho do inventário participativo, juntamente com os alunos do então terceiro ano do Ensino Médio.

Uma das primeiras ações realizadas junto aos alunos foi o estudo das cartilhas de Educação Patrimonial e das orientações do IPHAN, a respeito do que são os inventários

participativos e de como proceder para preencher as fichas anexadas ao documento. Depois da leitura, foram realizadas discussões sobre o que é patrimônio e como deveríamos fazer para identificar dentro da comunidade possíveis bens que poderiam fazer parte dos nossos estudos. Amparados nas leituras prévias, eles foram identificados, conforme o próprio IPHAN menciona:

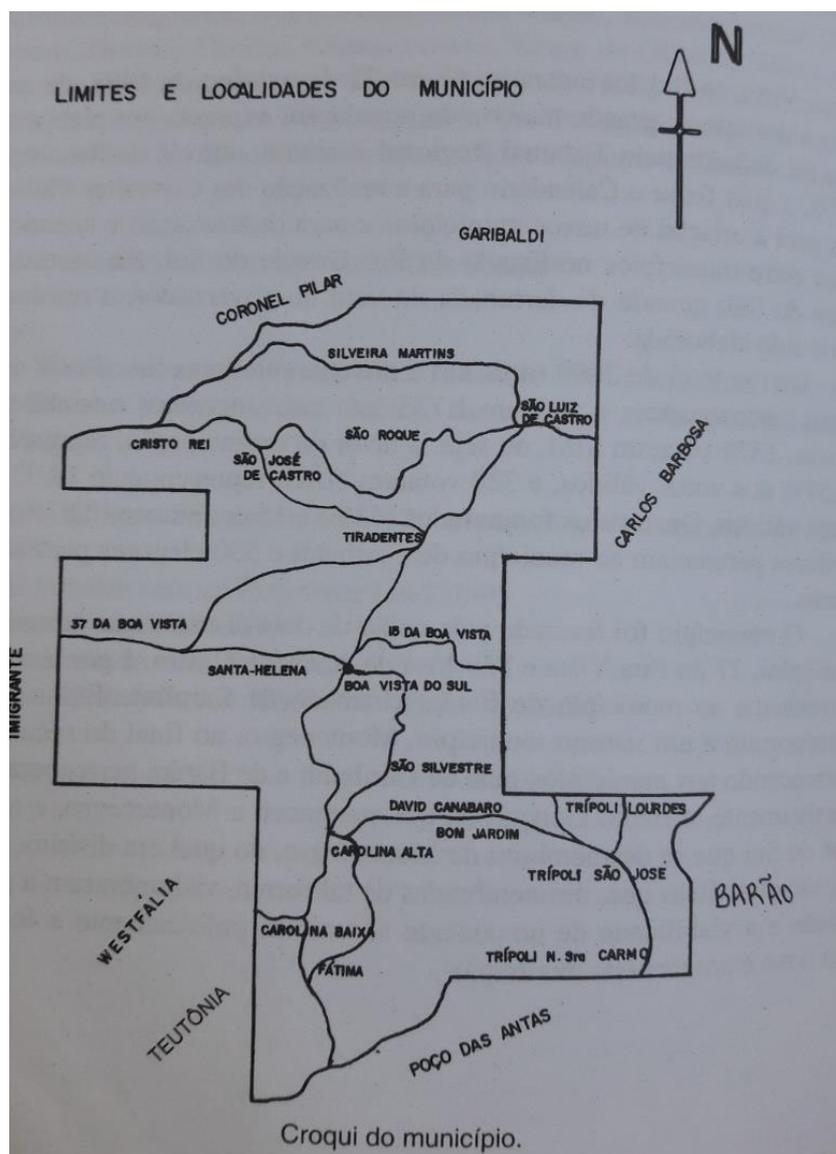
Fazendo o inventário é possível descobrir e registrar os bens culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela está e dos grupos que fazem parte dela. Como fazer isso? Pesquise temas da cultura em livros, revistas, jornais, fotografias e internet. Para isso, visite centros culturais, arquivos, bibliotecas, museus e instituições que trabalhem com cultura. Converse com professores, estudiosos, pessoas que trabalham em instituições de cultura, e, principalmente, com quem produz e conhece os bens culturais pesquisados. (IPHAN, 2016, p. 8).

De imediato, a leitura do documento causou algumas preocupações, por causa da quantidade de informações que ele disponibiliza, assim como a riqueza de informações necessárias para o preenchimento das fichas. Pode-se dizer que, ao mesmo tempo, o grupo ficou curioso para iniciar a produção dos trabalhos de campo, que viria a ser a parte mais dinâmica do projeto.

Depois dos estudos que foram feitos no sentido de entender os objetivos e as práticas de educação patrimonial que foram realizadas no Brasil, bem como os seus impedimentos, discutimos e estudamos o passo a passo para a elaboração das fichas. Houve uma certa lentidão nesta etapa, pois eram muitos detalhes a serem definidos, que exigiam clareza nas informações disponibilizadas. Vários alunos manifestaram indagações que remetiam ao processo de pesquisa e trabalho de campo, preocupados com como seria a formação dos grupos e os critérios que seriam utilizados para tal escolha.

No encontro seguinte, procedemos com a formação das equipes para a pesquisa de campo. Foi o momento mais conturbado e polêmico, pois a disposição dos grupos não pôde ser realizada por sorteio, mas por proximidade das comunidades em que os alunos moram, para facilitar a logística e a aproximação de cada aluno com o seu lugar de origem. Ao formar os grupos, buscamos abranger o maior número possível de comunidades do município, que apesar de ter uma baixa densidade demográfica, possui um território relativamente grande, abrangendo dezenove comunidades. Ficou acordado que os grupos formados por quatro, cinco e seis alunos iriam realizar as pesquisas nas comunidades pré-determinadas que apresentariam uma maior quantidade de bens a serem inventariados. Este critério de seleção foi definido pelos alunos, juntamente com o professor orientador do projeto.

Figura 1 – Croqui do município de Boa Vista do Sul



Fonte: Lucian (2002, p. 71).

Ao estabelecer os grupos, bem como as comunidades a serem inventariadas, os alunos se reuniram e fizeram um levantamento dos bens que seria possível inventariar, observando as reais condições para a efetivação do trabalho. Nesta etapa, as discussões se voltaram para a escolha do que pesquisar. As dúvidas que foram levantadas eram sempre relacionadas à importância das escolhas dos bens para o projeto. Ao final das discussões, os grupos fizeram uma pré-seleção dos bens que gostariam de inventariar, e já começaram a fazer os contatos com as pessoas que pudessem auxiliar no trabalho de pesquisa. Esse processo de pré-seleção foi problematizado com os alunos à luz das orientações do Inventário Participativo.

Uma das maiores preocupações observadas foi em relação às fontes de pesquisa. Inúmeros objetos, saberes e lugares foram selecionados para o inventário, objetivando recolher as informações necessárias para a conclusão das fichas, pois alguns lugares, por exemplo, datam do final do século XIX e praticamente não possuem mais quaisquer tipos de registros históricos com fontes materiais que possam atestar ou fornecer qualquer tipo de informação mais relevante a respeito. No entanto, a proposta de inventariar estes locais não se limita a apenas fontes materiais, uma vez que a complementação das informações se dará por meio de entrevistas, que serão previamente definidas pelos grupos. Seguindo as mesmas orientações de preenchimento das fichas de inventários, o modelo de pesquisa em história oral (entrevistas) também está incluso nestes trabalhos.

Seguindo as orientações do modelo do IPHAN, os alunos começaram as buscas por informações preliminares sobre os objetos de pesquisa definidos em aula. Estas primeiras informações mostraram aos alunos que a pesquisa seria complexa e que seria necessária uma busca bem mais elaborada do que aquela que foi pensada no início de todo o processo. Como já foi dito, grande parte das informações e detalhes dos objetos de pesquisa se perderam no tempo, o que gera certa dificuldade para conseguir explorar ou narrar partes de sua história.

4.2 AÇÕES DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO REALIZADO COM OS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

A principal metodologia empregada para os trabalhos de pesquisa foram as saídas de campo, que basicamente se resumem na visita aos locais pré-determinados pelo grupo e onde foi possível identificar algum bem, material ou imaterial, possível de ser inventariado. Ao realizar as saídas de campo, os educandos buscaram todos os tipos de informações a respeito do local ou do bem a ser identificado. Medidas, história, materiais de construção, formas de transmissão do saber, entre inúmeros outros aspectos foram registrados. Além disso, o registro visual também foi de grande valia, bem como os registros de áudio e vídeos que foram armazenados em um lugar comum para uso do grupo.

Em um segundo momento foi disponibilizado um tempo para que os alunos gerenciassem e organizassem o material e os dados que foram pesquisados nas visitas práticas. De posse dos modelos de fichas do Inventário Nacional de Referências Culturais-INRC, cada grupo fez o preenchimento destes documentos com base nos dados pesquisados. A análise dos dados, bem como a compactação e o arquivamento foram realizados sob a tutela do professor orientador.

O primeiro local da saída a campo dos alunos foi a comunidade de Linha São Roque de Castro, que possui uma das igrejas mais antigas do município. O primeiro roteiro de pesquisa que foi programado ocorreu no dia 08 de maio de 2017, saindo da escola Marcelino Champagnat por volta das 14h e 40 minutos. Ao chegar ao local, podemos identificar que a igreja teve partes do seu teto restaurado, tendo por uma das causas a infiltração da água da chuva. Esta e outras informações foram possíveis graças a conversas com os moradores locais e da posse do documento que foi enviado a Associação de Turismo da Serra (ATUASSERRA)² no ano de 2012, contendo os objetivos de restauro da atual igreja.

O projeto realizado também contemplou a total restauração do campanário que se localiza imediatamente ao lado da igreja, que foi todo construído em madeira, portando um conjunto de sinos de cordas (Torre dos Sinos), também centenários, que fazem parte do conjunto de bens que foram inventariados. A equipe responsável pelo trabalho de campo desta comunidade fez a visitação interna, analisou e identificou detalhes da construção, tais como material utilizado, livros e bíblias armazenados, as imagens dos santos, bem como os arredores da construção, onde foram feitos registros fotográficos e de vídeo. Além disso, a equipe discutiu vários detalhes arquitetônicos e examinou detalhes das madeiras do chão, que foram mantidas originais, por isso mantêm uma grande quantidade de imperfeições causadas por cupins.

Em seguida, o grupo se dirigiu até a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, que está localizada a cerca de 150 metros de distância da igreja da comunidade. Nesta gruta é realizada uma missa anual, onde os fiéis saem em procissão da igreja até o referido local. Como não dispúnhamos de qualquer instrumento métrico, foi feita uma medida aproximada utilizando a passada de um dos alunos. Após um curto momento de parada para apreciar a paisagem e o silêncio que o local proporcionava, apenas quebrado pelo barulho da pequena cascata que desce sobre a gruta, encerramos a visita. Cabe salientar que a festa anual em homenagem a Nossa senhora de Lurdes é um dos símbolos de fé mais importantes da comunidade e do município, trazendo ao local pessoas de todas as partes do município, além de parentes e antigos moradores da região.

Como última atividade da tarde da nossa saída de campo, nos dirigimos até um centro religioso, provavelmente de candomblé (não foi possível identificar claramente se era candomblé, umbanda ou outra manifestação de origem afro), que também está localizado nas proximidades da igreja e da gruta. Não conseguimos maiores informações sobre as práticas e sobre o local, pois não havia ninguém que pudesse nos orientar ou informar. Mesmo assim

² O dossiê está disponível no arquivo da comunidade de São Roque de Castro. Trata-se de um inventário contendo entrevistas, fotos e relatos históricos de 30 páginas.

fizemos uma visita externa, observando uma oferenda religiosa na entrada do portão principal, que continha elementos como orixás, soldados de metal portando tridentes, uma garrafa de aguardente e outros objetos. Também observamos um poço de água potável com uma grande serpente em gesso que ficava sob a borda de concreto.

O local, por ser estranho às práticas religiosas locais, causou grande perplexidade no grupo, sendo possível constatar diversos comentários e expressões de medo e de preocupação em continuar naquele ambiente. Na sequência, seguimos por cerca de 100 metros, onde identificamos mais duas casas, com vários símbolos e imagens que remetiam ao primeiro ambiente, porém não encontramos nenhum morador ou pessoas que pudessem nos dar qualquer informação das práticas do local. Deste modo, apenas foi feito registro fotográfico da parte externa do ambiente, permanecendo o desejo de conhecer mais sobre este local tão intrigante.

No dia 15 de maio de 2017, o nosso destino foi a comunidade de 37 da Boa Vista, que se localiza a cerca de 10 minutos da sede administrativa do município. Localizada nas proximidades da comunidade de Linha Tiradentes, tendo como limite Daltro Filho, que pertence ao município de Imigrante. A equipe, juntamente com o professor orientador, saiu da Escola Marcelino Champagnat por volta das 14h40 minutos, chegando ao local por volta das 15h. Um dos alunos e integrante da equipe, que também é residente na comunidade, já estava a nossa espera no local, depois de ter combinado com os moradores sobre o que era necessário para a realização da nossa visita, mencionando os seus objetivos e as propostas para levantar informações sobre os bens a serem estudados.

Ao chegar a igreja, fizemos um breve registro fotográfico do cemitério e da igreja. A igreja comunitária foi inaugurada no ano de 2017 e apresenta uma arquitetura bem moderna, suplantando a antiga igreja. Obviamente, foram tecidas inúmeras críticas por membros da comunidade e pessoas ligadas à preservação de locais sacros, que estão registrados no Caderno de Campo, por não haver qualquer ideia de preservação ou manutenção da igreja centenária que lá estava e que foi totalmente destruída para a nova construção. A inauguração foi um evento considerável, a missa foi celebrada por dois bispos, algo inédito para uma comunidade do interior.

O primeiro local que visitamos foi a propriedade de Mário Pozzebon, que se localiza imediatamente ao lado da igreja e do salão da comunidade. Nesta propriedade está construída uma casa de pedra bastante curiosa que, segundo informações dos proprietários, remetem aos seus avós, que também não sabiam quem havia construído. Segundo o morador, a casa pode ter cerca de 150 anos, aproximadamente. Neste local, fizemos vários registros fotográficos, medidas da espessura de paredes, assim como da casa em geral.

Em seguida, nos dirigimos até a propriedade do senhor Roque Pozzebon, que está localizada nas proximidades da casa visitada anteriormente. Foi uma bela experiência, pois encontramos uma infinidade de objetos que podem cooperar com a narrativa desta pesquisa. Na verdade, o objetivo inicial da visita era por causa da produção de cachaça artesanal que é produzida lá, que era para ser o carro chefe da nossa pesquisa, mas antes de nós conhecermos o alambique, encontramos outros objetos tão interessantes quanto ele. Um dos que merecem destaque é uma máquina de fabricar vassouras, que foi comprada pelo pai de Roque Pozzebon do proprietário da Tramontina, há cerca de 60 anos atrás, quando já apresentava sinais de uso. A máquina foi adquirida, porém, era preciso pagar uma espécie de franquia anual ao vendedor.

Além da máquina de fazer vassouras, tinha uma prensa, que era necessária para fazer a costura, e outra para tirar as sementes. Ao conhecer e ouvir todo o processo de fabricação de vassouras, fizemos registros fotográficos e, no mesmo local, experimentamos um caldo de cana fresquinho. Com a degustação do caldo de cana ouvimos a explicação do processo de fabricação da cachaça. Pozzebon nos contou brevemente sobre o processo, desde a seleção da cana-de-açúcar, a moagem, a fermentação, a destilação e o envelhecimento do líquido. Um processo curioso e totalmente artesanal, já que só utiliza mão de obra familiar. Ao finalizar a visita, combinamos que no mês seguinte faríamos uma nova visita, agora para testemunhar e registrar o processo sendo realizado, pois os pés de cana-de-açúcar ainda não estavam prontos para serem colhidos no momento da nossa visita.

No dia 22 de maio de 2017, a equipe responsável pelo inventário da comunidade de São Luiz de Castro fez a sua saída de campo. Como a escola está localizada nesta mesma comunidade, não foi preciso utilizar transporte, já que fizemos todo o trajeto caminhando, pois, o nosso primeiro objeto de estudo era um vizinho da escola que é um dos moradores mais antigos do local. A conversa que foi feita foi importante pelas informações em torno da história da Escola Marcelino Champagnat. Como ele já era morador local no período da construção da escola, foi possível obter detalhes que não estavam registrados até então em outros lugares, como é o caso do envolvimento da comunidade de São Luís de Castro na luta por ter a instituição de ensino neste local.

A equipe a ser designada para fazer o inventário da sede administrativa do município de Boa Vista do Sul se deslocou até o local para fazer os registros e as análises possíveis. Como já era de praxe no trabalho de campo a ser realizado, houve um combinado prévio com os proprietários dos lugares que visitamos, bem como com os entrevistados. Saímos de carro da Escola Marcelino Champagnat às 15h do dia 22 de maio, levando cerca de 10 minutos para percorrer todo o caminho da escola até a sede administrativa. O primeiro local que visitamos

foi a propriedade de Aurélio Zuchi, localizada na saída para as comunidades de Linha 37 da Boa Vista, Linha Tiradentes e Santa Helena.

Fomos recebidos pelo morador e por sua esposa que, em um primeiro momento, nos relataram um pouco da sua história familiar, assim como a história da casa que tínhamos interesse em inventariar. Eles nos contaram sobre alguns aspectos históricos, as características físicas e as mudanças de donos entre os familiares no decorrer dos anos. Também mencionaram a respeito das percepções individuais sobre a construção e a recente restauração, que teria sido finalizada por volta do ano de 2012. Ao findar a conversa, nos dirigimos para a área externa, a fim de começar a fazer imagens e realizar as medidas. Analisamos o porão, todo construído em pedra, com medidas que chegaram a 60 cm de espessura e cerca de 2,5 m de altura. Toda a casa foi reformada, havendo mudanças nas cores originais, na introdução de novos materiais, novas divisórias, entre outros aspectos que diferem da arquitetura original.

Da propriedade de Aurélio Zuchi nos dirigimos até a casa de Ladis Loss Foppa, que foi incluída para fazer parte da nossa pesquisa pelo fato da proprietária do imóvel ser benzedeira. Sendo tia de uns dos integrantes da equipe de pesquisa, também já havia um combinado prévio para que a visita fosse realizada. Realizamos a conversa na varanda de sua casa, que também é muito antiga, toda em madeira, apresentando estar muito bem conservada. Segundo a proprietária, a casa era de seus avós, e nunca foi restaurada ou modificada, apenas sendo construída uma área externa, na qual conversamos. Tivemos uma conversa bem informal, onde conseguimos registrar todos os detalhes que gostaríamos. Ela nos relatou como foi o processo de conhecimento desta prática e como adquiriu estes saberes. Segundo ela, a prática da benzedura já “está” com ela há cerca de 20 anos, quando “herdou” de seu pai a primeira forma de benzer. Ela nos contou que benze para três tipos de problemas, usando objetos ou materiais para cada tipo de situação.

No dia 05 de junho de 2017, foi realizada a visita a comunidade da Linha 15 da Boa Vista, que se localiza a cerca de 4 quilômetros da rodovia Rota do Sol. Começamos a nossa visita na Igreja de Santo Antônio, considerada a mais antiga da paróquia de Carlos Barbosa. Realizamos uma série de fotografias e encontramos uma imagem do santo padroeiro com uma data gravada de 1892. Segundo informações de um sócio e morador da comunidade, esta imagem teria sido trazida da Itália pelos primeiros habitantes do local. Toda talhada em madeira, aparentando um ótimo estado de conservação, a imagem está no altar principal da igreja centenária.

Após realizar registros da parte interna da igreja, nos dirigimos até a parte externa, onde começamos a fotografar e a fazer as medidas da igreja e do campanário. Ao que tudo indica,

esta igreja teve seu pedido de construção enviado à diocese por volta de 1888 e teve a construção iniciada no ano seguinte. Segundo Valdemar Frübel (73 anos), o campanário teve sua construção iniciada por volta de 1914, sendo que ele participou, quando tinha cerca de 12 anos de idade, da sua reconstrução, pois o campanário original era todo em madeira e foi substituído por um de concreto para abrigar os antigos sinos. Ele nos contou que foi ele que fez o molde e o concreto para fazer a cruz que está posta sobre o campanário, medindo cerca de 1,25 metros.

Na realidade, a conversa que tivemos com o Sr. Frübel não estava em nosso roteiro, pois não o tínhamos citado para entrevista, mas conseguimos uma série de informações relevantes a respeito da igreja, do campanário e da comunidade ao conversar com ele. Após os registros da igreja e a conversa com o Sr. Frübel, nos dirigimos até a residência dos Lazzari, a cerca de 500 metros da igreja e do salão da comunidade. Em uma conversa bastante proveitosa, a senhora Lígia Lazzari nos contou como iniciou os seus estudos e seu interesse sobre a medicina da terra, como ela designa os chás e outras técnicas naturais que ela nos apresentou. Fez uma narrativa bastante detalhada, que chegou a impressionar pela riqueza de detalhes e da memória dos eventos compartilhados.

Ela nos relatou sobre o seu contato com um padre, que foi onde tudo começou, e sua trajetória de cursos e oficinas que frequentou ao longo de quase 25 anos de experiências. Apresentou uma série de combinações de ervas e seus derivados, bem como vários livros que são as suas referências para a sua prática. Lazzari ainda nos contou sobre a procura que existe para com as suas ervas e chás, mencionando as pessoas que vem de diversos lugares da região, em busca de uma medicina mais alternativa. Interessante notar que, apesar de ser uma mulher com grande vivência na religião católica, ela foi bem objetiva ao falar sobre o seu método de fabricação e aplicação dos chás, evidenciando apenas o caráter benéfico das plantas para a saúde das pessoas.

No dia 12 de junho de 2017, outro grupo de educandos se dirigiu até a comunidade de Bom Jardim e também de Linha Carolina, para fazer os registros da saída de campo. Como sempre, tivemos uma turma muito otimista e ansiosa para chegar logo ao primeiro local, que foi um cemitério. A primeira dificuldade que encontramos foi para acessar o local onde o cemitério está situado. De difícil acesso, ele está localizado no alto de um morro, na comunidade de Bom Jardim, rodeado por um lote de propriedade particular do senhor Rodinei Flores. Da estrada principal, tivemos que percorrer caminhando cerca de 2 quilômetros, para acessar o local. O cemitério está bem preservado, com muros de pedra bem alinhados e com boa parte das suas construções sem ocorrência de desgaste ou danos materiais significativos.

Os educandos estavam um pouco receosos para entrar no local, que aparentemente está sem uso, embora sejam feitas manutenções periódicas de limpeza. Este cemitério possui uma área de 20 a 30 metros e conta com cerca de 65 sepulturas, que ainda têm cruzeiros de identificação. Somente uma das sepulturas é de cimento, as demais são covas rasas, sinalizadas com terra e uma cruz.

Conseguimos levantar algumas informações com um dos vizinhos, que é uma das pessoas responsáveis pela manutenção do local. Segundo ele, o cemitério foi um dos primeiros do município, e nele jazem pessoas que não eram sócias de nenhuma comunidade ou não praticavam a religião católica. Segundo a fonte, os túmulos estão sobrepostos a outros que já existiam, pois o espaço é reduzido e não há a menor chance de expansão, por motivos diversos, entre eles a falta de acordo com o proprietário da terra onde está localizado o cemitério.

Seguindo o nosso roteiro inicial, nos dirigimos até a família Folle, que reside na mesma comunidade. A matriarca da família possui conhecimentos para fazer pomadas medicinais e faz orações e benzeduras para um público significativo da vizinhança e do município. Durante cerca de 50 minutos, Antônia Folle nos contou sobre os primórdios da sua prática, que ocorreu quando ainda era criança, no município gaúcho de Liberato Salzano, quando, por força de sua fé, teria descoberto seu dom. Mais tarde, teria sido batizada em uma igreja evangélica, por acreditar na força de um milagre de um familiar. Ela ressalta que na atualidade frequenta a igreja católica, e afirma que não há qualquer problema em participar de cultos em mais de uma igreja.

Após nos relatar um pouco das suas práticas religiosas e das origens de como tudo começou, Folle nos contou sobre as pomadas que faz. Detalhou vários aspectos da elaboração, desde a forma como as ervas devem ser colhidas, bem como a sua fritura em manteiga, misturando diversos tipos de produtos. Depois de fazer o preparo, as pomadas são armazenadas em potes e distribuídas para as pessoas que a procuram.

Ao ser questionada sobre a força e a eficácia da cura, a entrevistada nos afirmou que isso passa por uma questão de fé de quem a procura, pois o resultado do tratamento é relativo e subjetivo. Quando perguntamos se há alguma cobrança ou taxa sobre os produtos, ela nos contou que são contribuições livres, apenas para cobrir os gastos com a produção das pomadas e a compra da manteiga, que deve ser totalmente natural.

Finalizando as nossas saídas de campo, fomos até a comunidade da Linha Santa Helena, no dia 19 de junho de 2017. Contamos nesta oportunidade com uma equipe muito curiosa e animada para a realização da atividade, sendo que apenas dois dos integrantes são moradores do local. Esta comunidade faz divisa com Boa Vista (sede), Tiradentes e a comunidade da Linha 37. Curiosamente, hoje é uma das menores comunidades do município em número de

associados, mas já foi uma das maiores e mais movimentadas da região. Hoje a maior parte dos residentes fixos é composta por pessoas em idade avançada e / ou já aposentadas.

Nossa primeira parada foi na residência de Balduino Zuchi, 73 anos, que reside na comunidade há muitos anos, juntamente com a sua esposa. Eles nos contaram detalhes riquíssimos da história da comunidade. Detalhes estes que foram lembrados pelos alunos, que ficaram impressionados com o poder de lembrança e a sintonia dos dois ao recordar eventos que, segundo eles, nunca mais haviam falado a respeito. Os relatos principais giraram em torno da igreja centenária da comunidade, uma das mais famosas e mais antigas do município, não só por sua conservação, mas também pelo apreço e o valor histórico que ela possui.

A construção da igreja data de 1902. Esta data foi mencionada tanto pelo casal Zuchi, quanto por Helena Rissi, nossa outra entrevistada, que será apresentada adiante. Além disso, os registros históricos também confirmaram esta data. O que mais nos deixou curioso foi o relato de Balduino sobre outra igreja que existia em outro local, tendo sido construída muito antes, pelos primeiros moradores da comunidade. Esta igreja é uma lembrança pessoal do casal, pois ela ainda existia quando os dois eram crianças, sendo que eles, inclusive, fizeram a catequese naquele local. Ela se chamava São Crucifixo. As únicas lembranças físicas que restaram deste local é um grande crucifixo de metal que é exibido no interior da atual igreja e um capitel, que ainda permanece no mesmo local, e será abordado em nosso inventário.

Segundo os relatos, eram feitas festas comunitárias de grande porte, sendo colocado para assar cerca de 900 kg de carne. Como não havia salão ou churrasqueiras, a carne era toda assada em uma grande vala no chão, e as pessoas compravam os espetos de carne. Após a compra da carne, cada família fixava os espetos no chão, se sentava ao redor e fazia a sua refeição neste ambiente.

Os padres que vinham até a comunidade para rezar as missas partiam de Bento Gonçalves e faziam todo o trajeto, isto é, cerca de 45 km, cavalgando. As missas celebradas por eles tinham intervalos de tempo bastante longos, chegando a ser de cerca de um ano. Quando os padres de Bento Gonçalves deixaram de vir, os freis franciscanos de Daltro Filho passaram a fazer o atendimento à comunidade. Balduino ainda nos relatou que um destes freis franciscanos era temido por todos os seus fiéis, sendo que, nos sermões, ele chegava a dar socos em cima do altar, para evidenciar a sua fala.

A atual igreja tem uma data gravada na sua parte frontal que registra o ano de 1938. Esta data remete a uma das reformas realizadas pelos moradores. Todo o material utilizado para a construção da igreja teria sido trazido das propriedades vizinhas e de alguns moradores da atual comunidade de Linha Tiradentes. Geralmente, as igrejas eram construídas com pedra talhada,

mas a peculiaridade que mais chamou a atenção nesta narrativa foi que toda a parede, que hoje mede cerca de 50 cm, foi construída com cascalho. Em outras palavras, foram utilizadas pedras, mas estas pedras eram irregulares, então elas foram encaixadas de maneira a se ajustarem para formarem uma parede lisa. Após a instalação das pedras, a parede era revestida com uma massa, sem a utilização de cimento, apenas cal e outros ingredientes.

Para finalizar, eles nos falaram sobre como, ao longo do tempo, outras comunidades foram surgindo e se desmembrando de Santa Helena. Os relatos dão conta de que houve uma série de divisões, até por causa da comodidade e das grandes distâncias percorridas pelas pessoas que moravam mais longe.

Nossa segunda parada foi na residência de uma professora já aposentada, Helena Rissi, que trabalhou com as séries iniciais na escola da própria comunidade por muitos anos. Ela nos narrou, com certa nostalgia, a respeito dos tempos em que tinha cerca de 60 alunos, em uma escola multisseriada, com poucos recursos, onde desempenhava várias funções, desde professora, diretora, merendeira, etc. Também relatou sobre as reuniões mensais que ocorriam na cidade de Garibaldi, para fazer os planejamentos e apresentar todos os cadernos de registros escolares.

Helena nos contou sobre a data da construção da atual igreja da comunidade, confirmando os relatos obtidos nas entrevistas anteriores, bem como a data encontrada nos registros. Além da igreja, ela nos contou um pouco sobre o cemitério da comunidade, que se localiza na vizinhança da sua propriedade. Ela mencionou como algumas identificações de túmulos foram retiradas, diminuindo o espaço de utilização, mas as ossadas continuam no mesmo local, incluindo de uma irmã sua, que havia morrido prematuramente. Em uma área considerável do cemitério há uma plantação de milho de um dos moradores, que faz a manutenção do local.

Paralelo às saídas de campo e seus respectivos registros, os trabalhos de construção das fichas de educação patrimonial continuaram a ser realizados pelos alunos e pelo professor orientador durante todo o mês de setembro de dois mil e dezessete. Diversas aulas foram disponibilizadas para que os alunos focassem na organização dos materiais coletados e na elaboração do trabalho escrito. Alguns grupos iniciaram a transcrição das entrevistas que foram feitas nos meses anteriores e ordenaram os audiovisuais e as fotos. Enquanto isso, os grupos que já haviam terminado o trabalho de preenchimento das fichas começaram a pensar na elaboração de um material que traduzisse um pouco do objetivo do projeto em si, que é a de preservação do patrimônio no município.

Este espaço de estudo e de trabalho coletivo foi importante para que alguns grupos percebessem que várias ações realizadas, como as entrevistas e mesmo as fotos, necessitariam ser retomadas e algumas até mesmo refeitas. Então foi necessário rever o nosso cronograma de trabalho e acrescentar mais algumas saídas para complementar o referido trabalho.

No dia nove de outubro de dois mil e dezessete, os alunos responsáveis pela comunidade de Linha 15 da Boa Vista e Trípoli, Nossa Senhora de Lourdes fizeram uma segunda saída para conhecer uma moradora que, segundo o grupo de pesquisa, possui habilidades de benzedeira ou rezadeira. Ao chegarmos ao local, já havia um carro com pessoas aguardando o horário para o atendimento. Em seguida chegaram outros, totalizando cerca de seis automóveis no momento da nossa saída. Vale salientar que todos os veículos possuíam placas registradas fora do município, como Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa e Viamão. De imediato os alunos se deram conta de que a atividade ali desenvolvida extrapolava os limites territoriais do município de Boa Vista do Sul.

Depois de cerca de uma hora de espera, nós fomos chamados para conversar com Lurdes Accadrolli Pagliarini (68 anos). Nós nos apresentamos e explanamos o motivo da nossa visita à sua casa. Enquanto nos apresentávamos, ela interpelava cada um dos alunos, tentando identificar suas famílias e seus locais de nascimento. Lourdes é uma figura bastante conhecida no município de Boa Vista do Sul e também dos municípios vizinhos pela sua atividade. Todos os dias, um grande fluxo de pessoas vem ter esse contato com ela, pelos mais diferentes motivos.

Ao iniciarmos a nossa conversa, Lourdes nos detalhou como tudo começou, isto é, quando teria visto uma espécie de luz que teria percorrido os cômodos de sua casa. Segundo ela, estas luzes significavam que algum ente querido teria falecido, mas não foi o que aconteceu. Esta luz significou a presença de uma das três divindades católicas: o Espírito Santo. A partir deste dia, ela começou a ter “visões” e desenvolveu um dom para ajudar pessoas com as mais diferentes enfermidades e males.

Por diversas vezes, ela reafirmou que não é curandeira e tão pouco benzedeira, mas apenas uma pessoa com um dom especial para ajudar as pessoas com problemas. O que ela afirma fazer é rezar pelas pessoas que a procuram. Tudo começou há cerca de 29 ou 30 anos (ela não soube precisar o intervalo de tempo). Depois de ter acontecido esta “manifestação da luz”, várias pessoas começaram a procurá-la, para pedir ajuda para conseguir namorados/as e maridos / esposas. A partir deste momento os conselhos prestados começaram a ser vistos como algo que dava certo e que tinham um resultado significativo.

Ela basicamente utiliza a Bíblia Sagrada e outros objetos sacros ligados à crença católica. Segundo ela, apenas com os dados (nome e idade) das pessoas ela consegue identificar

qual é a enfermidade acometida e já consegue identificar uma provável cura. A “bênção da cura” e a “bênção da limpeza” são algumas das especialidades que atraem uma quantidade significativa de pessoas para o local. Segundo dona Lurdes, não há nenhum tipo de contraindicação sobre os atendimentos que ela realiza. É uma forma de aliviar algumas dores, que podem ser físicas, ou emocionais, aparentemente sem explicação racional ou médica. As pessoas se sentem bem ao ouvir os conselhos e as recomendações que ajudam a neutralizar ou a diminuir os seus problemas.

De outubro a novembro, os grupos continuaram a realizar as pesquisas e a fazer o preenchimento das fichas. Alguns detalhes como fotos e mapas tiveram que ser reavaliados, para ser possível anexar, devido a qualidade ou mesmo por critérios de ângulo ou visualização. Na sequência dos trabalhos também houve preocupação com a transcrição de algumas entrevistas que foram gravadas, cabendo aos grupos a inserção destes dados nas pesquisas realizadas. Neste momento específico do trabalho houve um pequeno estudo da tradição da história oral, e como são feitos os seus usos dentro da história.

Como elemento final dos trabalhos realizados em grupo, foram realizadas revisões nos textos produzidos até então. Também foi realizada a inserção de elementos visuais para a identificação dos lugares e personagens, fazendo uma relação de fotos extras que foram feitas, identificando, segundo o modelo disposto pelo IPHAN, as devidas fontes e os créditos das imagens.

4.3 RESULTADOS OBTIDOS

A análise e a busca de fontes que pudessem contribuir para a pesquisa e, conseqüentemente, para o trabalho sobre Educação Patrimonial tinha por objetivo aprofundar um pouco mais os sentidos do grupo envolvido (alunos) e das pessoas que foram abrangidas pela proposta e que de alguma maneira participaram das atividades desenvolvidas. A pesquisa foi fundamental para coletar dados sobre um número específico e programado de bens que foram previamente selecionados pelos alunos, mediante pesquisa e informações relevantes da comunidade, seguindo as orientações do Inventário Participativo do IPHAN.

Quando foi iniciado o trabalho de pesquisa de campo e de entrevistas, que seriam as bases para o tema Educação Patrimonial em Boa Vista do Sul, já de início ficou evidente a deficiência de fontes escritas para o projeto. As fontes visuais que inicialmente seriam uma das alternativas para solucionar parte dos problemas também se apresentaram como outro limitador em nossas pesquisas.

Analisando especificamente as comunidades rurais e as suas igrejas, podemos perceber dois fatores que contribuíram para que a história destes locais tivesse pouca ou quase nenhum registro anterior. O primeiro fator está relacionado ao fato de que as comunidades do município faziam parte de paróquias distintas, de modo que quando houve o processo de emancipação municipal, não houve um cuidado ou não pareceu ter necessidade de registrar estes dados ou ao menos fazer cópias deles, caso existissem. A segunda questão pode estar relacionada à rotatividade de lideranças nas comunidades. Os líderes ficam apenas um ano no cargo, que tem por finalidade administrar e promover eventos religiosos e festas ligadas ao padroeiro (a).

Como podemos perceber, não havia um órgão público ou nem mesmo uma lei que dessa conta dos bens materiais do município recém-emancipado. Os poucos registros encontrados que continham algumas informações históricas das capelas são do livro do “Círculo Trentino de Garibaldi”.

As obtenções de fontes escritas foram escassas, já que não houve até então qualquer tipo de estudo ou levantamento de dados sobre a história do lugar, no que diz respeito à questão patrimonial. Foi possível encontrar apenas um registro da história do município, o livro do professor Mauro Lucian, escrito no ano de 2003, que conta a história da chegada dos primeiros habitantes, faz levantamentos socioeconômicos e analisa a questão da emancipação política. De fato, este livro foi uma importante base para a nossa contextualização histórica e para fazer o comparativo socioeconômico desde a emancipação do município até os dias atuais.

A valorização e o estudo dos aspectos culturais locais fazem com que haja uma troca significativa entre o pesquisador e seus interlocutores. A satisfação por registrar bens importantes para a história local, que valorizam e trazem à tona elementos que contêm partes da história do lugar, também contribui para fazer com que estas pessoas se sintam parte integrante e importante de uma história.

Ao sugerirmos uma atividade que buscasse recontar partes da história através de ações de Educação Patrimonial, trilhamos caminhos já percorridos por outros pesquisadores e historiadores que se ocuparam do mesmo tema e que se utilizaram de uma metodologia já consolidada nos meios educacionais. Maria de Lourdes Horta propõe que,

A metodologia da educação patrimonial de ser um processo permanente e sistemático, podendo ser aplicado a qualquer evidência material ou imaterial, aos bens tangíveis e intangíveis, seja no exame direto de um único objeto, seja na análise de um conjunto de bens culturais: uma paisagem, um sítio arqueológico, um parque, uma área de proteção ambiental, uma manifestação da cultura, processos de trabalho artesanal ou industrial, saberes e fazeres da cultura popular e quaisquer outras expressões decorrentes da relação de trabalho humano-ambiente. A abordagem da evidência material ou imaterial

escolhida deve ser feita de forma direta, como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2009, p. 6).

Seguindo esta metodologia, buscamos elencar algumas referências culturais e saberes que tivessem alguma representatividade dentro da comunidade. Em um primeiro momento, fizemos a observação, que consistiu em contatar os referidos bens, fazer contato visual, realizar os registros e os procedimentos da história oral. Nesta etapa do projeto, as pesquisas de campo e diversas anotações foram feitas para o andamento do projeto.

O segundo passo desta metodologia são os registros. Nesta etapa se realiza a descrição dos objetos e saberes, fazendo a descrição verbal, vídeos e a transcrição das entrevistas. Através desta ação se tem como objetivo entender o valor patrimonial do bem pesquisado.

O terceiro momento da metodologia de educação patrimonial é a exploração. Esta é a fase em que as evidências e fontes coletadas passam a ser interpretadas e é possível levantar hipóteses e discussões acerca do tema. Outras fontes e acervos podem ser consultados para que as relações de temas sejam mais significativas.

O último passo é a apropriação do bem cultural. Nesta etapa é possível proporcionar que os educandos, juntamente com a comunidade, sejam os agentes do processo e tenham certo envolvimento emocional com os bens, participando de forma ativa e criativa tanto das releituras, como da preservação e conservação. Este é, de fato, o momento da conscientização da comunidade e dos educandos, de modo que os engajamentos de todos mantenham vivas as suas memórias. Na sequência do trabalho será analisada essas relações de identidade de Boa Vista do Sul e suas respectivas comunidades.

4.3.1 Comunidade São Roque de Castro e São José de Castro

O trabalho de pesquisa sobre educação patrimonial no município de Boa Vista do Sul teve início pela comunidade de São Roque de Castro, localizada a cerca de 8 km da sede administrativa do município.

Figura 2 – Igreja e capitel de São Roque de Castro



Fonte: Inventários Participativos de Boa Vista do Sul.

Lucian (2002) menciona que em 1873 a colônia de Conde D'Eu foi dividida em léguas quadradas, e cada légua foi dividida em linhas. Cada légua tinha lotes numerados. Originários das províncias de Bergamo, Trento, Venezia, entre outros, os imigrantes, orientados por Conde D'Eu e Dona Isabel, migraram para os arredores do lote 27. Isso aconteceu entre os anos de 1880-1890. Vivendo de suas atividades agrícolas, Giosue Valmorbida e Giuseppe Sbrussi foram os primeiros habitantes de São Roque de Azevedo Castro, ocuparam respectivamente os lotes 58 e 59. Os dois acabaram por ceder terras para a construção da igreja e para o salão da comunidade.

Giuseppe Carminatti, um dos primeiros moradores da atual comunidade de São José de Castro, estabeleceu-se no lote 70. Trazendo na bagagem as práticas da agricultura, construiu sua casa, que passou de geração em geração e perdura até hoje.

As duas comunidades são pequenas, em número de habitantes, contando com cerca de 15 famílias. São José e São Roque de Castro se destacam pela prática de avicultura e agricultura. A criação de frango, bem como a produção de milho, batata, entre outros alimentos também são importantes fontes de renda nas comunidades. Quanto à saúde e à educação, os moradores se deslocam a outros polos, sendo eles a sede administrativa e a comunidade de São Luiz de Castro. Estando situados num município pequeno e no interior, com poucos recursos na área da saúde, os moradores destas comunidades tendem a se deslocar às cidades vizinhas em busca de atendimento que demandem algumas especialidades. No que tange à educação, a maioria das famílias não teve a possibilidade de cursar o ensino médio e o ensino superior, sendo que grande

parte delas não concluiu o fundamental. Alguns integrantes das comunidades são analfabetos ou cursaram até a quarta série do ensino fundamental. Este fato se deve as poucas oportunidades que havia na época.

Nestas comunidades de baixa densidade demográfica, porém com riquezas culturais importantes para a comunidade e para a região, destacam-se a Igreja da comunidade de São Roque de Castro. Construída no ano de 1906, com pedras de basalto e cal, apresenta traços robustos e uma construção artesanal. Todas as pedras usadas para a construção foram trazidas de locais próximos, com a ajuda de animais de carga. A areia era transportada em lombos de burros desde a localidade de Daltro Filho, cerca de 10 km de distância, por caminhos abertos no meio da mata nativa.

As tábuas que ainda povoam o interior da igreja foram todas cortadas, aplainadas e colocadas pelos próprios moradores da comunidade. Um trabalho conjunto, que carecia de muita habilidade, especialmente se considerarmos as ferramentas de que se tinha acesso na época. Medindo 5.4 m de comprimento por 30 cm de largura, esta madeira ainda permanece no chão da igreja, mantendo a sua completa originalidade. Uma das poucas coisas da obra em que houve alteração mais significativa foi o telhado. Originalmente, o telhado era de “scándole”³, mas em 1938 ele foi substituído por telhas de barro, tendo permanecido assim até o ano de 1996, quando foi novamente revitalizado.

A construção é uma referência de preservação do patrimônio material do município, também pelo trabalho desenvolvido por membros da comunidade, na tentativa de restauração e tombamento. No mês de junho de 2013 se iniciou um projeto para conseguir arrecadar fundos para o restauro da atual igreja, junto a Associação de Turismo da Serra (ATUASERRA), com sede em Bento Gonçalves-RS. A comunidade, no entanto, segue em busca de parceiros para que o projeto ainda seja concretizado, buscando soluções para bancar os trabalhos necessários tanto no poder público, quanto na iniciativa privada.

Do lado esquerdo da igreja centenária foi construído um campanário para abrigar três sinos, fabricados pelos irmãos Bellini, de Garibaldi. Esta construção foi realizada no ano de 1920, toda em madeira talhada e aplainada manualmente. No ano de 2012 houve um processo de restauro que revitalizou toda a construção, e a deixou em perfeito estado de conservação. Medindo aproximadamente 7m de altura e 4m x 4m de base, o atual campanário teve a sua base de pedra trocada por concreto. O telhado original era de madeira, depois de telhas de barro que

³ Palavra de origem italiana que designa pequenas tábuas de madeira medindo cerca de 12 cm x 40 cm que eram aplainadas manualmente e usadas para cobrir as casas e galpões. Conforme apodreciam, elas eram trocadas separadamente. Foram utilizadas tanto por italianos, como por poloneses no início da colonização.

recentemente foram trocadas por zinco. O campanário possui uma porta principal e 8 janelas superiores, duas de cada lado da construção.

A festa anual tem grande importância para as comunidades rurais tanto para a manutenção e renovação da fé, como economicamente. Atualmente, essas comunidades dependem das arrecadações de fundos realizadas através destes eventos e festejos para se manterem. No caso específico destas duas comunidades, o número de famílias que são membros permanentes da comunidade não ultrapassa a casa de quinze. No entanto, com as festas em honra aos padroeiros, os números avultam muito, atingindo números expressivos, principalmente com a presença de antigos moradores e amigos que vêm de várias cidades vizinhas.

A principal festa da comunidade de São Roque de Castro é em homenagem a Nossa Senhora de Lurdes. Ela acontece anualmente, em um ambiente natural, isto é, a gruta que leva o mesmo nome da padroeira. A festa reúne várias centenas de fiéis que fazem uma procissão que parte de cerca de 400m da igreja e desloca-se até o referido local, onde posteriormente é feita uma celebração ao ar livre.

Figura 3 – Festa em honra a Nossa Senhora de Lurdes



Fonte: ficha de Inventário Participativo de Boa Vista do Sul.

Esta festa em homenagem à padroeira é considerada uma das maiores festas do município, tanto pela tradição da celebração, quanto pelo sentimento de fé dos seus participantes. Juntamente com a igreja, a gruta tem sua imagem constantemente utilizada para a propaganda da imagem do município em jornais e na internet.

A igreja e a gruta são símbolos de orgulho e de identidade não só para os moradores locais, como também para os boa-vistenses. Pode-se dizer que este é um local bastante conhecido e requisitado como um lugar de memória. Vale lembrar que Nora (1984) nos apresenta a ideia de que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção” (NORA, 1984, p. 12).

Nesse sentido, é essencial que o trabalho em questão contribua com estes esforços já realizados, isto é, que ambos evoquem as lembranças e traduzam os sentimentos de pertença dos moradores. Que contribuam para a preservação da memória local, material e imaterial, e, fundamentalmente, para a ideia de pertencimento a um grupo social específico, que possui características distintas, mas que tem pontos de congruência em conjunto. Figueira e Miranda concordam que:

Quanto à escolha da temática patrimonial que será desenvolvida como projeto de trabalho na escola, é recomendável que o professor leve em consideração as manifestações culturais e os **lugares de memória** que cercam os alunos; dessa maneira, eles poderão reconhecer no objeto de estudo escolhido suas identidades individual e coletiva. Tal procedimento ajudará a despertar no aluno a afetividade em relação ao que se pretende estudar, o que fará com que o professor, por sua vez, tenha mais possibilidades de estimular o aluno a empreender o estudo proposto. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 84).

A incitação inicial para que os alunos buscassem reconhecer estes lugares de memória nas próprias comunidades foi o primeiro passo para a realização do projeto. Definir o que era e o que não era possível realizar dentro da proposta foi um desafio importante para eles, já que a ideia de ter algum bem cultural perto de onde vivem era algo novo e que carecia também de um novo enfoque, como descrito pelos próprios alunos em um de seus registros de caderno de campo⁴:

No dia oito de maio, à meia tarde, os alunos integrantes do grupo, juntamente com o professor orientador, fizeram a primeira saída a campo. Visitando os locais que se encontravam na comunidade de São Roque de Azevedo Castro. A primeira parada se deu na igreja local, onde foram feitos registros fotográficos e audiovisuais. O prédio centenário foi analisado e foram adquiridas as informações necessárias do local. Partindo dali para o campanário, que sofreu o mesmo processo e em seguida seguiu-se para a gruta que existe na localidade. Denominada “Gruta de Nossa Senhora de Lurdes”, a gruta transmitia uma sensação de tranquilidade, já que se encontra totalmente envolta em mata. O próximo passo foi visitar, na mesma comunidade, o centro religioso que agrega as religiões do Candomblé, Umbanda e Quimbanda. Na localidade que exalava um mix de sensações, que iam desde o medo extremo até a curiosidade mais ávida, ninguém recebeu a equipe. O território foi examinado com certo receio e, na falta de um acompanhante no local, o espaço não foi totalmente explorado. (CADERNO DE CAMPO, 08 de maio de 2018).

A busca por evidências, relatos e fontes que ajudassem a preencher as lacunas de informações necessárias para as fichas do projeto foram alguns dos desafios enfrentados, bem como a questão da carência dos mesmos. Buscamos suprir estas demandas com fontes variadas, o que levou o grupo a investigar e a usar as entrevistas. O contato dos alunos com as fontes a serem pesquisadas proporcionou essa troca ampla de conhecimento e descobertas, já que a maior parte dos integrantes da equipe também são moradores da comunidade, mas frequentavam os locais com outras finalidades.

⁴ Segundo Montysuma (2006, p. 17), o caderno de campo é “um instrumento que muitos pesquisadores adotam, além do material relativo à gravação em si [...]. Nele são anotados todos os dados que envolvem as circunstâncias da entrevista, distinguindo particularmente a pessoa que relata. As atenções do entrevistador são voltadas para perceber e registrar informações relativas às expressões faciais e corporais apresentadas pelas pessoas quando se manifestam. Daí a importância de conduzir o caderno de campo, que reside no fato de se buscar resgatar aspectos circunscritos às posturas dos sujeitos, quando externam suas respostas em relação a determinados conteúdos que lhes foram requisitados.

Observar as construções, reaver e registrar memórias de moradores locais e, acima de tudo, usar isso como uma fonte primária de pesquisa foi desafiador e ao mesmo tempo inovador, tendo em vista que as noções de fontes históricas ainda estão bastante arraigadas à questão da oficialidade dos documentos e objetos. Desta forma, contar uma história com base nestes novos personagens e nestas novas fontes requer muito estudo e muita investigação.

A ótica de preservar aquilo que está perto, e de buscar contar a história do local também foi outro ponto importante a ser considerado como resultado deste trabalho. A maioria da comunidade desconhece a questão legal da preservação patrimonial, salvo aqueles responsáveis pelos projetos de restauro da igreja e do campanário. Ao fazer o contato com os membros da comunidade, o grande questionamento era: para que serve fazer os inventários de patrimônio com coisas velhas? Por que é necessário fazer projetos para restauração? Foram questionamentos pertinentes, mas que se tornaram mais frequentes quando a questão era a imaterialidade.

A procissão até a gruta de Nossa Senhora de Lurdes e a celebração eram vistas, tanto pela comunidade, quanto pelos próprios alunos, como eventos banais, não elevando esta tradição à questão histórica preservacionista, já que ela nem ao menos era vista como uma manifestação cultural.

Estas manifestações puderam vir à tona quando foi identificado o envolvimento da comunidade na programação, na ornamentação, na organização dos símbolos litúrgicos, bem como da procissão. A partir disso, foi possível vislumbrar que se trata de uma celebração em um local de fé que tem um histórico de tradição e contempla uma gama de fiéis que buscam participar e atribuir um valor simbólico a este evento.

A reunião para a festa e para a procissão contribuem com o fortalecimento dos vínculos familiares e de comunidade, uma vez que se celebra a exaltação de um padroeiro local, mas que contagia outras comunidades a fazerem parte da celebração como fiéis e como espectadores. Além disso, a comunidade deve perceber que ela é a detentora do bem cultural, consequentemente que o papel de preservação passa pela conscientização e pelo trabalho de passar estes valores adiante para as gerações futuras. O envolvimento de todos os membros da comunidade para elaborar os projetos de restauro e mesmo com o projeto de tombamento da igreja passa pela união e pela identidade que o grupo possui em torno da preservação dos bens culturais em questão.

Além dos três locais já citados, isto é, a igreja, o campanário e a celebração na gruta de Nossa Senhora de Lourdes, São Roque de Castro também possui outro bem cultural que remonta às origens da imigração italiana na região da Serra Gaúcha: a Casa Carmitatti. Essa

construção em madeira foi feita no final do século XIX, para abrigar os antepassados que buscavam uma alternativa na nova terra que os acolhia. Utilizando-se de materiais disponíveis na região, a família construiu seu lar. Ele permanece conservado até os dias atuais, depois de quatro gerações de proprietários da mesma família.

Os Carminatti são uma família da região do Bergamo italiano, que veio para o Brasil junto com outros imigrantes que tinham a intenção de produzir uvas. O patriarca, Giuseppe Carminatti, e sua esposa Rosa Scabrini embarcaram em um navio que chegou a terras brasileiras entre 1875 e 1895, conforme cita Lucian (2002). Com a chegada dos imigrantes à propriedade, a casa foi construída. As pedras esculpidas a mão e marreta foram ligadas por barro, já as tábuas foram pregadas, a fim de montar o andar superior.

O poço, que até hoje abastece a casa, foi escavado e o um parreiral, que gerava o sustento da família, passou a ser cultivado nas terras anexas. Com a morte do patriarca, a casa passou para seu filho Ferdinando, que também morou na casa até sua morte. Seu filho Ermelindo, herdeiro da casa, destruiu o parreiral quando a cooperativa Vinícola Garibaldi decretou falência. Ermelindo Carminatti morreu aos 50 anos, deixando a casa para sua esposa, Maria Carniel Carminatti. Quando ela faleceu, no ano de 2010, a casa passou para a custódia de sua filha Neli Carminatti Alliatti, que é a proprietária do imóvel atualmente.

Atualmente, esta residência serve como local de descanso esporádico e sazonal para os proprietários, que residem em outro local. No entanto, ela permanece bem conservada, apresentando pintura recente, fruto de reformas e reparos pontuais para manter a atual estrutura em bom estado.

Figura 4 – Casa Carminatti



Fonte: Inventários Participativos de Boa Vista do Sul

Alguns itens foram acrescentados à construção original, como é o caso da varanda, da cozinha e do banheiro, que só foram incorporados na década de 1970. Também na década de 70, mais precisamente no ano de 1978, a rede de energia elétrica chegou à região, de modo que a casa em questão também foi contemplada com o serviço. No ano de 2013 o telhado de barro foi substituído por telhado de zinco, por causa das inúmeras infiltrações de água das chuvas, que acabavam deteriorando a estrutura interna da construção. Na ocasião foi introduzido um forro de PVC no teto, substituindo o original, que estava danificado.

Como descrito na ficha de Inventário Participativo, a casa foi construída toda de maneira artesanal, sendo utilizado basicamente ferramentas manuais de corte e a força de tração animal. Foi um trabalho demorado, que contou, provavelmente, com a ajuda de vizinhos e amigos, como era de praxe na época. As pedras utilizadas na construção da parte inferior (porão) foram todas talhadas e assentadas com uma liga de barro, não deixando nenhuma fissura entre elas. Já a parte superior foi construída toda em madeira, e tem uma proporção de 12x8m. Originalmente foi pintada de cal com adição de corantes para ter a tonalidade desejada.

Este bem cultural em questão possui uma série de elementos que podem ajudar a contar parte da história do município de Boa Vista do Sul, através da saga destes pioneiros na região. Os objetos deixados e conservados pela família, as fotos e a própria edificação nos mostram um pedaço dessa história. Esta propriedade passou por gerações de uma mesma família, cujos membros ainda são detentores legais do imóvel, e tem um elemento unificador e identitário que

os une, tornando-os capazes de perceber a sua própria história sendo contada e recontada através da construção. Candau (2016, p. 63) afirma que “as falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção são sempre vinculadas a uma consciência que age no presente”.

As lembranças e as memórias que são evocadas a cada reencontro de família, até mesmo o poço de água que foi cavado na época da construção da casa, podem ser elementos importantes para recuperar os sentidos de preservação e manutenção deste local. Considerar estes elementos somente no âmbito histórico ou das ciências sociais seria ignorar os acontecimentos individuais, as vivências pessoais e os sentimentos e sensações que cada membro deste grupo envolvido com este bem cultural presenciou. Neste sentido, podemos novamente citar Candau (2016), que aprofunda os conceitos relacionados à memória para corroborar tais análises.

Além do mais, ainda permanecem no interior da residência uma cristaleira de madeira que foi posse da primeira geração da família, assim como as camas e alguns armários que remontam ao mesmo período. Além disso, outros inúmeros objetos ajudam a contar um pouco mais da história da casa, da família e da própria comunidade de Boa Vista do Sul.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que recuperar alguns aspectos destas memórias relacionadas a uma casa familiar é importante, pois constitui uma forma de transitar por aspectos culturais, tradições e lembranças que permearam toda uma vida de relações familiares intensas. As memórias individuais que puderam ser evocadas, por um momento demonstraram a riqueza de detalhes de vida em um dado período de tempo e do espaço, e o mais importante, sinalizaram como estas pessoas percebiam o mundo ao seu redor, tal como sugerido por Candau (2016).

A Casa Carminatti pode revelar inúmeras faces de uma história que estava a ser desvelada, registrada de fato. A vida cotidiana e as práticas sociais construídas ao longo do tempo são elementos constitutivos do ser humano que podem alargar as compreensões do ser social. Desta forma, pode-se dizer que é “nos movimentos mais simples da vida cotidiana, na empiria mais imediata, que se situa o ponto de partida para se compreender o ser sosica em seu sentido ontológico” (MORAES; MULLER, 2003, p.331).

A busca pelo passado, realizada através do uso das memórias e da história, deve ser um ponto de partida para que os indivíduos consigam identificar nestes elementos partes significativas da sua constituição como agente histórico. Contudo, o momento vivido, com toda a sua carga emocional e comportamental seria vazio, se os significados pretendidos pela sua história pessoal não dessem conta de situá-lo como um ser social, provido de manifestações, aflições, incertezas e significados que o deixem mais confortável em seu tempo.

O empenho em recuperar partes da história de um grupo, no caso a família Carminatti, através de um trabalho de educação patrimonial, tem como finalidade incutir nos próprios educandos, bem como nos envolvidos com o bem cultural em questão, a necessidade de preservar não somente a memória histórica do local, mas também todo o contexto em que esteve envolto estes acontecimentos, desde a construção da residência, a criação dos filhos, os ensinamentos e as tradições que foram cultivados ao longo de mais de 100 anos de história.

Tudo isso pode adquirir um caráter mais fidedigno ao se fazer uso da memória individual e coletiva para reconstruir historicamente certos espaços de memória que sejam significativos e que sejam recontados de maneira a ilustrar, parcial ou totalmente, os fatos e eventos que ali ocorreram. Desta maneira, o uso simbólico e das representações encontra em Chartier (1988) o apoio teórico que defende que o bem cultural pode conter diversas menções, inclusive a sua importância histórica imortalizada na memória de seus antigos ocupantes.

4.3.2 Comunidade de Linha 37 da Boa Vista

A comunidade de Linha 37 da Boa Vista se localiza na divisa com a comunidade de Daltro Filho, que pertence ao município de Imigrante. Além disso, faz divisa com a Linha Tiradentes e a Linha Santa Helena, ambas do município de Boa Vista do Sul.

Segundo relatos da professora Sandra Spellmeier Zuchi, em anexo no Inventário Participativo, 37 da Boa é uma localidade atravessada pela linha divisória desde que pertencia a estes dois municípios. No ano de 1988 foi realizado um plebiscito para a criação do município de Imigrante. Toda a localidade foi incluída no processo e teve a oportunidade de se expressar a favor ou contra a emancipação. A área da localidade pertencente ao município de Estrela optou por participar do novo município, votando, em sua grande maioria de eleitores, pelo SIM. Desta forma, adotaram o nome de Boa Vista 37. Já a área pertencente ao município de Garibaldi optou em continuar no mesmo município, votando pelo NÃO. Manteve o nome de 37 da Boa Vista.

Figura 5 – Igreja da comunidade de 37 da Boa Vista



Fonte: Inventários Participativos de Boa Vista do Sul.

A Comunidade Santo Antônio (Comunidade-Igreja) continuou unida, não sendo interferida pelas decisões políticas na localidade, reforçando o espírito de religiosidade da cultura e da tradição italiana. Um fato que prova isso foi a construção da nova Igreja da Comunidade, recentemente concluída. Coordenada por um grupo de 4 pessoas, a Comunidade se mobilizou e em um ano a obra estava concluída. Os recursos foram obtidos praticamente só através de doações. Voltando às questões da localidade, cabe destacar que ela representa a divisa geográfica entre a Serra Gaúcha e o Vale do Taquari. Porém, neste caso a palavra divisa não deve ser interpretada como sinônimo de divisão. Por questões locais, há alunos que estudam no município vizinho ao seu.

Todavia, é importante destacar os estudos que foram direcionados para obter dados sobre aspectos da cultura local, que possibilitaram uma pesquisa em torno de elementos da Cultura Popular Imaterial e de saberes e práticas que, notadamente, estão em vias de serem esquecidas. Podemos citar como objetos de pesquisas a fabricação de vassouras e a produção artesanal de aguardente, além de uma tradicional casa de pedra de estilo colonial italiano. Segundo o IPHAN, o Patrimônio Imaterial assim se define:

São representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2013, p.7).

Procurar entender o que é a cultura imaterial e onde ele se encaixa nos novos rumos da história, caminhos estes que inseriram de forma gradual o uso dos patrimônios locais nos estudos da História Regional, foi o primeiro desafio a ser empreendido. O segundo desafio foi a necessidade de conscientização a respeito do fato de que alguns bens imateriais da comunidade podem estar se perdendo, justamente por causa da falta de continuidade e de aprendizagem destas formas de fazer. Ao envolver um sistema artesanal ou semi-artesanal, estes processos de fabricação rudimentares carecem de conhecimento de todas as etapas, para garantir a qualidade do produto.

No que se refere à ideia de cultura imaterial,

Cumprir, ainda, para o fato de que o patrimônio intangível é algo transmitido de geração em geração, e continuamente recriado pelas comunidades e grupos em função tanto de sua própria história, como de um contexto social mais amplo, que contempla as relações entre o global e o local, assim como com o meio natural. Isso permite que os indivíduos desenvolvam o sentimento de identidade e de pertencimento, contribuindo assim para promover o respeito e a diversidade cultural, a pluralidade das visões de mundo e a criatividade das sociedades humanas. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 135).

A ideia de preservação do patrimônio imaterial ainda é bastante nova no Brasil, não tendo uma consciência coletiva destes processos. Neste sentido, várias ações governamentais e não governamentais, especialmente estas últimas, têm orientado e alertado para a necessidade da salvaguarda destes bens. O mais importante é que a própria comunidade reconheça estes bens imateriais, que ela tenha ações de valorização e que também tenha políticas de preservação.

Ao buscarmos rememorar alguns conceitos da cultura imaterial, também é conveniente destacar os usos da história oral, para que a busca e a coleta de informações de campo na comunidade da Linha 37 da Boa Vista fosse possível. Lançando mão de entrevistas e conversas, foi possível reconstruir partes da história da produção da cachaça e das vassouras, como também da casa de pedras. Como afirma Delgado,

Portanto, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento- o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido- o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador, na qual se cruzam subjetividades. (DELGADO, 2010, p.16).

Buscando fazer uma análise com critérios variados e utilizando fontes de pesquisas diversas, também foram produzidos vários audiovisuais, principalmente vídeos, para corroborar

as entrevistas e o passo a passo da produção dos itens já mencionados. Para realizar os inventários, foi necessário lançar mão de diversos meios para coletar informações, uma vez que não havia qualquer tipo de documento escrito ou visual, apenas as máquinas, que são instrumentos para o modo de fazer.

No caso específico da família Pozzebon a história da produção da cachaça remonta ao bisavô do atual produtor, Roque Pozzebon. No passado, a produção era tida como simples, sem o uso de máquinas sofisticadas, nem uso de medidor de temperatura ou de teor alcoólico. Apesar de possuir alguns instrumentos modernos, Roque ainda mantém as configurações iniciais da produção que foram aprendidas com os seus antepassados, usando uma técnica apurada, demonstrando conhecimento de todas as etapas da produção, bem como uma sensibilidade afinada para que não haja improvisos e situações que comprometam a produção.

Também podemos observar que para a produção da cachaça não basta apenas dominar o funcionamento correto dos equipamentos que são utilizados, mas também ser conhecedor de processos químicos. No caso da cachaça, a matéria-prima de boa qualidade é indispensável, pois será ela que fará com que o produto final seja agradável ao paladar.

Com certeza, a fermentação é o mais importante para a qualidade, ocorrendo por causa da ação de leveduras, principalmente a *Saccharomyces cerevisiae*, um organismo unicelular que pertence ao reino dos Fungos e que acelera o processo de transformação da glicose em etanol. Este processo dura mais ou menos 24h, sendo que é importante ter cuidados com contaminações bacterianas que podem resultar na alteração do sabor final. Na sequência da fermentação se inicia o processo de destilação que é feito no alambique de cobre, para que os açúcares sejam transformados, de modo que o produto adquira uma aparência mais incolor. O processo final é o armazenamento, que tradicionalmente se faz em barris de carvalho, mas no caso em questão, a família Pozzebon usa pipas, similares as que são armazenadas os vinhos, que podem ser de pinus ou de grápia.

Outra técnica que a família mantém diz respeito à fabricação de vassouras artesanais. Obtiveram a máquina de produzir vassouras na década de 1960, em um período em que a empresa Tramontina consignava a máquina, e cobrava *royalties* anuais pelo uso do equipamento. Nas décadas seguintes, estas taxas cobradas desapareceram e o equipamento se tornou posse definitiva da família, que produzia as vassouras e as vendia nos mercados e para famílias da região. Atualmente, o senhor João Pozzebon ainda faz alguns trabalhos como amostragem, sem comercializá-los. Seu filho Roque Pozzebon também domina o ofício da produção. Apesar dos equipamentos estarem em estados de conservação bastante precários, eles ainda funcionam, contando um pedaço da história da família.

O processo quase que totalmente manual foi aprendido por João Pozzebon na época e se mantém da mesma forma até hoje, sendo que é a mesma pessoa que manipula o equipamento. A produção e o cultivo das plantas de vassourinhas eram feitas pela própria família e também por vizinhos, que vendiam a produção para a família. Era uma forma complementar de renda para a família, que também trabalhava em outras atividades agrícolas como fonte principal de renda. Hoje em dia ele não faz com a mesma frequência, pois já está com uma idade avançada e não consegue manter o mesmo ritmo.

Buscar reconhecer nestas práticas culturais um bem patrimonial que é conhecido por toda a vizinhança e seus arredores é valorizar a história destes grupos e tentar fazer com que estes conhecimentos não se percam no tempo ou mesmo que estes aprendizados consigam sobreviver as novas tecnologias que vêm se apresentando cada vez mais convenientes para as novas gerações. A produção de vassouras é uma arte que não carece de muitas ferramentas e nem de materiais sofisticados, mas demanda tempo e aptidão para que o produto tenha uma qualidade e aparência boa. No caso da cachaça, os conhecimentos tendem a ser mais exclusivos, uma vez que é necessário ser conhecedor de todo o processo, saber manipular corretamente os equipamentos, e ainda ter algumas aptidões que envolvam a alquimia, pois fazer um produto tão complexo e que tenha um sabor marcante demanda realizar os procedimentos de maneira similar em todas as vezes.

O último inventário que foi realizado refere-se à casa de pedra que hoje pertence à família Pozzebon (Delvino Pozzebon, Mario Pozzebon, Mercedes Pozzebon), também localizada nas proximidades da comunidade da Linha 37 da Boa Vista.

Os primeiros registros que temos da casa de Pedra são de 1888, da família Gandolf, que também não sabia da origem da casa, pois quando eles adquiriram o terreno a casa já havia sido construída. A família Gandolf vendeu o terreno para a família Massoti. Eles moraram na casa por alguns anos (o atual morador não sabe dizer quantos anos). Os pais da senhora Mercedes Pozzebon compraram o terreno há quase um século, mas especificamente sobre a história da casa eles sabem pouco. Há algumas questões curiosas envolvendo alguns símbolos, como é o caso de uma flecha esculpida em uma das pedras da casa.

Segundo relatos do atual proprietário, algumas pessoas que estavam levantando informações para contar a história do local e da região em livros estiveram visitando a casa, inclusive tentando explicar o desenho na pedra. Várias histórias foram contadas sobre a casa, inclusive que ela era parte de uma rota de indígenas no passado, antes da colonização, ou que ela preserva algumas características e informações que poderiam levar a um eventual tesouro. Atualmente a casa de pedra não serve como moradia, ela é usada para guardar alguns objetos

que pertencem à família Pozzebon. A casa está bem cuidada, mas como ela é muito antiga, em algumas partes existem algumas reformas que ainda precisam ser feitas. Em uma das janelas as pedras se deslocaram, fazendo com que houvesse uma pequena ruptura na estrutura geral. As partes que carecem de mais cuidados são o telhado, o forro e a parte de janelas e portas que são de madeira.

4.3.3 Comunidade de Santa Helena

Um dos bens culturais mais estimados do município é a igreja centenária da comunidade de Santa Helena. A identificação dos munícipes com este ícone religioso é algo que merece destaque, sendo usada como símbolo de identificação e de promoção da administração municipal para festas e eventos diversos.

Segundo Figueira e Miranda (2012), os lugares de memória devem fazer com que se identifique e se revise elementos que os diferenciem, tornando alguns grupos únicos. Em outras palavras, a proposta de educação patrimonial tem por objetivo contar e recontar a história local aos olhos da própria comunidade, inserindo assim os relatos e as peculiaridades de cada ambiente. Neste sentido, as autoras afirmam que:

A proposta da educação patrimonial envolve o trabalho com a noção de lugares de memória: deve-se estimular o aluno a perceber como esses lugares vão sendo recorrentemente construídos na família, na escola, na comunidade local e nos mais diversos segmentos sociais, ao longo da temporalidade da história (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 75).

Ao fazer uso da metodologia sugerida pelo IPHAN sobre a educação patrimonial, foi possível notar o envolvimento que os alunos tiveram ao levantar informações e analisar diversas fontes de pesquisa. O que até então era puramente teoria dentro dos estudos da história, passou a ser algo prático, maleável e com possibilidade real de reconstrução ou de contagem de uma versão histórica. No início do projeto, os próprios educandos ficaram surpresos com a possibilidade de estarem reconstruindo a trajetória de vários grupos, incluindo muitos de seus familiares e antepassados. Apesar de hoje a comunidade ter uma dúzia de associados ativos, ela já teve números mais expressivos, pois foi dela que se desmembraram as comunidades de Linha Tiradentes e Linha 37 da Boa Vista. Isso ocorreu por uma série de fatores, inclusive a questão de locomoção e a praticidade para frequentar missas e festas.

No que se refere às atividades econômicas da comunidade, podemos notar que ainda se mantém uma produção agrícola primária, não havendo nenhum tipo de fábrica ou

beneficiamento de produtos. A igreja da comunidade foi construída em 1902, sendo que é uma das mais antigas do município. Era conhecida, primeiramente, como São Crucifixo e pertencia a paróquia de Garibaldi. Próximo a igreja estavam localizados o cemitério, a Escola Júlio de Castilhos e uma fonte de água cristalina, que ainda é mantida.

Figura 6 – Igreja da Comunidade de Santa Helena



Fonte: Inventários Participativos de Boa Vista do Sul.

Segundo relatos de Maria Rissi Zuchi (71 anos) e Balduíno Zuchi (75 anos), moradores locais e uma das famílias mais antigas da comunidade, sobre as origens da comunidade, antes da construção da atual igreja.

O nome era São Crucifixo. Quando a minha mãe ficou 30 dias em Bento, no hospital, lá tinha um padre, era o Dom Cosma Fiorini, a mãe é Fiorini, e aquele padre era bem velhinho e agora até, ele foi enterrado em Coronel Pilar e as enfermeiras disseram para ele que tinha uma Fiorini no Hospital, então ele foi no quarto com a falecida mãe. Ela contou que ela era de Santa Helena e ela contou umas coisas e ele disse que aquela comunidade não era Santa Helena, era igreja de São Crucifixo que os padres de Bento Gonçalves eles vinham rezar missa aqui. (Inventário Participativo)

O relato da professora aposentada Helena Rissi Caliarri vem corroborar as afirmações feitas por Balduíno e Maria:

A nossa aqui (imagem) é de Nossa Senhora de Caravaggio, depois de Caravaggio de Farroupilha foi construído esse. A primeira filial da Nossa Senhora de Caravaggio é aqui, por isso ela é de madeira, aqui tem muitos santos de madeira, a gente nem sabe o valor que tem ali dentro. Antigamente, dizem que tinham uma igreja de madeira aqui no canto do cemitério, tanto é que ainda existe escritura na paróquia de Daltro Filho, que tem uma escritura para o cemitério e outra para esse lugar onde estava construída a igreja de madeira. (Inventário Participativo)

É possível identificar, nas falas dos entrevistados, um cuidado para evocar as memórias que expliquem as origens da igreja da comunidade. Eles falam em uma antiga igreja de madeira que foi construída perto do atual cemitério da comunidade, e que mais tarde, após receber a doação de um terreno do associado Francisco Zuchi, a igreja foi construída em 1902. Os retalhos de pedra para a construção das paredes da igreja foram doação do também associado João Rama, no mesmo ano.

Helena ainda relata sobre a questão da localização da nova igreja que foi construída, tendo sido escolhido o local mais alto possível, para que os sinos pudessem ser audíveis de longa distância. Inclusive, os moradores de Linha Berlim (que pertence ao município de Westfália desde 1996) pediam encarecidamente para que os sinos fossem tocados sempre, para orientá-los em relação aos horários de trabalhar na lavoura e de almoçar.

Zuchi ainda destaca outro elemento de grande valia para entendermos a questão da manutenção e preservação da igreja. Segundo ele, os padres não ajudavam os fiéis a reformarem as igrejas das comunidades, cabendo aos associados arrecadar fundos para reformas e manutenção. É por isso que as festas comunitárias de padroeiros adquirem grande importância no contexto das reformas. Todo o dinheiro que era necessário para as reformas provinha destes eventos promovidos pela comunidade. Só mais tarde é que a Mitra começou a interferir e também auxiliar financeiramente, porém sempre com bastante burocracia, muitas exigências e bastante morosidade.

Balduino e Maria continuam os seus relatos, contando um pouco sobre como eram feitas as festas da comunidade:

Sim, fazia festa de Nossa Senhora de Caravaggio lá embaixo no potreiro, eles tinham a cova lá com o tijolo, eles cozinhavam toda carne lá. Ah, mas às vezes dava chuva de sábado de noite ou domingo de manhã não tinha galpão nenhum, tocava levar tudo para cima e não tinha caminho, era tudo com carroça. E os bois. Tocava levar para cima, aqui já tinha um salãozinho e um galpão para assar a carne. (Inventários Participativos).

Os relatos ainda dão conta de que havia duas ou três imagens nesta igreja, uma de São Roque outra de Nossa Senhora das Lágrimas⁵ e ainda uma outra de São Luís Gonzaga, além da tradicional imagem de Nossa Senhora de Caravaggio. Seguindo a mesma lógica dos relatos sobre a igreja de madeira e a construção da igreja em pedras, os três entrevistados foram enfáticos ao afirmar sobre o capitel em homenagem à santa padroeira: foi a segunda imagem e ou padroeira a ser identificada após aquela que está no Santuário do município de Farroupilha.

Confirmado por estes relatos orais, a história da comunidade pode ser ainda mais antiga do que consta a construção da igreja, sendo que a edificação do capitel data de 1915, o mesmo ano em que foi construído o capitel da Linha 15 da Boa Vista.

Além das missas serem realizadas apenas de seis em seis meses, os padres que vinham celebrá-las eram de Bento Gonçalves, da organização CONDE-DEUS. O motivo pelo qual as missas eram realizadas com pouca frequência deve-se ao fato do meio de transporte dos padres serem cavalos. É importante destacar que os padres eram acolhidos nas casas das famílias da comunidade, onde faziam as refeições e repousavam durante a noite.

Devido à precariedade da igreja de madeira e o desejo dos moradores de construí-la no alto de uma colina, a fim de ficarem “mais próximos do céu”, o senhor Francisco Zuchi cedeu certo pedaço de terra e o senhor João Rama doou os materiais de pedra branca de cascalho para a construção da igreja com paredes medindo 50cm de espessura. A comunidade passou a pertencer a paróquia de Daltro Filho em 1940, que era mantida pelos freis franciscanos. Em 20 de setembro 1927 foram adquiridas e benzidas duas estátuas, que foram colocadas nos altares da igreja. Uma destas estátuas é de Santa Helena.

Em 1973, um grupo de associados pensou em reformar a casa da comunidade que sempre servia aos professores da comunidade. No dia 03 de janeiro de 1973, alguém colocou fogo na casa. Por coincidência ou não um associado se matou com um tiro na cabeça, no dia 13 do mesmo mês. Houve uma grande confusão e uma grande instabilidade nas relações sociais. Então o bispo Benedito Zorzi foi chamado pelo vigário Frei Gervásio, para celebrar a missa de sétimo dia. O bispo pregou para se viver em paz com os vizinhos, retomando várias outras falas referentes à vida em comunidade, advertindo a respeito da necessidade de conscientização para a vivência em grupos, como narraram o casal Zuchi. O fato é que vários associados saíram da Comunidade.

Atualmente a igreja destaca-se pelo enorme sino, que era tocado todos os dias ao meio dia, para que as pessoas pudessem se organizar nas tarefas diárias. Além dos sinos, há uma

⁵ Invocações marianas atribuídas a Virgem Maria que no ano de 1929 teria aparecido a Irmã Amália de Jesus Flagelado em um convento na cidade de Campinas-SP.

quantidade enorme de objetos sacros, quadros e livros que estão nas dependências da igreja. A comunidade era formada pelas famílias que hoje constituem as capelas de Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição. Santa Helena ajudou as duas comunidades a construir as suas capelas.

Tanto os relatos que foram colhidos dos antigos moradores, como os registros escritos que foram possíveis encontrar dão conta da importância histórica que a comunidade de Santa Helena possui não só a nível local, como também municipal. Todas as fontes que foram possíveis de ser analisadas passaram basicamente por registros ou do Círculo Trentino de Garibaldi ou por escritos ligados a alguma história geral das comunidades da antiga paróquia do Município de Garibaldi e de Bento Gonçalves.

Mas como o trabalho de educação patrimonial foi desenvolvido de maneira a englobar diversos tipos de fontes históricas, a tradição da oralidade foi indispensável para que o trabalho tivesse continuidade. Como afirmam Figueira e Miranda (2012),

Para tentar encaminhar e equacionar essas questões é preciso discutir alguns aspectos essenciais ligados às relações entre memória e história. Em primeiro lugar, faz-se necessário sublinhar o fato de que a palavra **memória**, (sic) entendida como a capacidade de conservar e de preservar dados, refere-se a um conjunto de funções cerebrais que não permite reter informações adquiridas e impressões vividas. Os campos do saber ligados a essa concepção mais biológica de memória seriam os da psicologia, da neurologia, da neurofisiologia, da psiquiatria e, mais recentemente, da pedagogia cognitiva (FIGUEIRA E MIRANDA, 2012, p. 47).

Ao buscar informações com algumas pessoas da comunidade, encontramos dois perfis distintos de entrevistados: o da ex-professora Helena Rissi Caliari e de Maria e Balduino Zuchi. No primeiro caso, podemos perceber uma memória que provinha de seus antepassados, mas que essencialmente estava ligada aos registros escritos, pois ela é uma pessoa letrada, que teve acesso a diversos documentos da comunidade. De imediato, podemos supor que ela congrega estas duas faculdades de memória. Do outro lado, temos o casal Zuchi, que basicamente sabem escrever o próprio nome, mas que possuem uma memória oral invejável. Relataram datas precisas e detalhes de construções, tais como da igreja, do capitel, do cemitério, da antiga igreja de madeira. Também cabe mencionar as informações fornecidas por eles em torno das reformas, informações essas que provavelmente foram transmitidas oralmente pelos seus pais e avós.

4.3.4 Comunidade da Linha 15 da Boa Vista

Outro local no município que proporcionou importante material de pesquisa tanto na questão material, quanto imaterial foi a comunidade da Linha 15 da Boa Vista. Uma das primeiras comunidades a se formar na região, ela manteve a tradição da colonização italiana, se organizando em torno de questões relacionadas à forte religiosidade e aos vínculos comunitários e familiares. Como afirma Lucian (2003),

A organização dos moradores em comunidades foi marcante. Logo que conseguiram assentar as famílias, passaram a organizar as comunidades. A construção de igrejas e capitéis em homenagem a um santo padroeiro é a prova concreta da organização comunitária e do espírito religioso que trouxeram consigo da Itália. Como exemplos, podemos citar a Igreja Santo Antônio, da localidade de 15 da Boa Vista, construída no ano de 1891; Igreja São Roque, construída em 1906, e o Campanário, ambos da localidade de São Roque de Azevedo Castro; o Capitel São Pedro, em São Luís de Azevedo Castro; o Capitel São Roque, do 15 da Boa Vista. (LUCIAN, 2003, p.40)

A história desta igreja inicia no dia 6 de junho de 1888, data em que sua construção foi autorizada pelo então bispo do estado do Rio Grande do Sul, Dom Sebastião, sendo que a construção iniciou um ano mais tarde. Esta, por sua vez, foi realizada com o auxílio dos moradores locais, conforme relatos dos entrevistados. Tal como citado no livro *Perto das Estrelas*, que buscou fazer uma abordagem com uma breve história das comunidades de Conde d'Eu, ao fazer referências à comunidade de Santo Antônio,

D. Sebastião Dias Laranjeiras por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de São Pedro do Sul, Prelado assistente ao Sólido Pontifício, do Conselho S. M. o Imperador etc. e aos que a presente virem saúde e bem. Fazemos saber que atendendo o que nos requereu a Comissão das obras da Capela de Santo Antônio da Boa Vista, na Freguesia de São Pedro de Conde D'Eu; havemos por bem de lhe conceder licença para que possa edificar a referida capela com a mesma invoção, a qual deverá ser construída com toda a solidez e proporções para acomodar grande número de fiéis [...] dada e passada na Câmara Leel. Do Bispado, sob sinal e zelo das nossas armas. Aos 06 de junho de 1888, eu o Cônego Francisco Antônio Pereira D'Oliveira, Secretário do Bispado subscrevi. (TONET; TONET, 2013, p. 238).

Esta igreja possui objetos, tais como o sino e a imagem de Santo Antônio, que são extremamente importantes para a comunidade, tendo em vista que representam parte da memória deste local e identificam marcas históricas de grande valia para a comunidade. A imagem de Santo Antônio data de 1892, sendo que a inscrição consta na base da imagem, que foi esculpida toda em madeira. Alguns membros da comunidade acreditam que esta imagem teria sido trazida da Itália pelos primeiros imigrantes que ocuparam estes lotes.

Figura 7 – Igreja da Comunidade do 15 da Boa Vista



Fonte: Inventários Participativos de Boa Vista do Sul.

Além da imagem do santo padroeiro, o campanário que está localizado imediatamente ao lado da igreja merece destaque, apesar de ter a sua data de construção mais tardia. Segundo relatos de Valdemar Frübel (73 anos), o campanário foi construído por volta de 1914, era todo em madeira, seguindo o modelo arquitetônico do campanário da comunidade de São Roque de Castro. No ano de 1956, ele teria participado da reforma do antigo campanário, afirmando, inclusive, ter feito o molde para a cruz que está no alto do local.

Outra similaridade que pudemos identificar e que também foram confirmados pelos entrevistados tanto da Comunidade de Santa Helena, quanto do 15 da Boa Vista foram os altares. Possuem três altares, um principal e dois laterais, todos talhados em madeira, e que teriam sido feitos pelo mesmo grupo, que era autorizado a fazer estes tipos de trabalhos nas comunidades do interior.

Além disso, Valdemar nos contou também que, segundo contavam os seus pais e pessoas da comunidade, a igreja foi construída por dois (talvez três) pedreiros que faziam todo o processo, ajudados por alguns membros da comunidade. Os moldes para fazer os tijolos das paredes eram todos produzidos ali mesmo, deixados secar e já alinhados nas paredes. Toda a matéria-prima necessária para a construção provinha de locais vizinhos, e era transportada em carroças ou nas “Zlite”, uma armação de madeira que deslizava no chão e que era puxada por bois.

Outro importante saber que foi identificado na comunidade do 15 da Boa Vista refere-se à medicina natural ou homeopática que é praticada pela moradora Lídia Lazzari. Fazendo

uso de ervas e chás naturais, bem como de própolis, ela realiza as mais diversas receitas, para vários tipos de enfermidades.

Após a cirurgia de retirada de seu útero, a senhora Lídia Lazzari começa a sentir dores e então inicia a procura por tratamentos tradicionais, o que não surte efeitos imediatos de cura ou de alívio de dores. Depois de deslocar-se de uma clínica médica para outra, Lídia escuta que havia um padre que curava certas doenças/dores com remédios naturais, ela então entra em contato com ele. Quando o religioso Antenor Vigor realiza sua primeira missa na comunidade do 15 da Boa Vista, a senhora Lídia lhe conta o seu caso. Ela relata que o padre sugeriu que ela deveria encontrar uma planta denominada de taiuiá, ferver as raízes em água, e fazer a ingestão por seis dias consecutivos. Lídia ainda relatou que realizou o tratamento proposto pelo padre, teve uma série de efeitos colaterais, como vômitos intensos e dores pelo corpo, mas que ao fim do sexto dia se sentia renovada e com muita disposição.

Após o resultado, Lídia recebe um convite de Antenor Vigor para um curso sobre medicina natural que ocorreu na Paróquia de Arco Verde, em Carlos Barbosa-RS. O curso foi ministrado por outra religiosa, a Irmã Zatta. A partir de então ela inicia uma série de cursos e aperfeiçoamentos que incluíam a homeopatia e a produção caseira de chás e pomadas. Algumas receitas ela conta ter herdado de sua mãe, mas afirma que agora ela tinha um suporte mais consistente para desenvolver toda a cadeia de remédios.

O saber aprendido por dona Lídia foi aperfeiçoado com o passar dos anos, fazendo dela uma das pessoas mais requisitadas na região para tratamentos alternativos das mais diversas enfermidades e males. Como são tratamentos à base de plantas medicinais, não há contraindicações para o uso, além do que muitas destas receitas já eram utilizadas pelos antepassados italianos e por outras culturas indígenas no Brasil. O aprendizado da homeopatia só confirma uma tendência que busca na natureza algumas formas de tratar certos sintomas e doenças que são de fácil resolução. Cabe ressaltar que a própria Dona Lídia afirmou em sua entrevista que quando percebe que o tratamento não é tão eficiente, ou que a doença não tem chances de ser curada com as suas receitas, a pessoa é orientada a procurar um profissional da saúde, para fazer um estudo e tratamento adequado ao seu problema.

Xaropes para tratamento de sinusite, pulmão, ouvidos e uma infinidade de outras receitas são citados por dona Lídia. Ela ainda afirma existirem mais de 140 tipos de bálsamos pelos quais extratos que são benéficos à saúde humana podem ser obtidos.

A descrença e até o descrédito que a maioria das pessoas tem em relação à homeopatia pode ser um elemento que dificulte a transmissão e a permanência deste saber. Quando interpelada sobre a continuidade ou não da prática, Lídia e seu esposo Arnaldo Lazzari foram

pessimistas, afirmando não ter qualquer expectativa de que esta prática continue após as suas mortes.

O destaque deste bem cultural imaterial em questão está justamente no fato de que todos os elementos que são usados para a produção das pomadas e chás são encontrados facilmente na natureza. Como não poderia ser diferente, a maioria das plantas e ervas são cultivadas na horta de dona Lídia. Ela detém da posse de diversos livros de edições bastante antigas, que orientam a prática da homeopatia, salientando seu comprometimento com a saúde das pessoas.

A questão é que por mais que se tenha em mãos o roteiro e as orientações de como deve ser produzido, por mais que se disponha de todo o material necessário para que o produto final seja feito, ainda assim é preciso ter conhecimento das doses, de como se procede para fazer as misturas, o tempo de fervura ou de preparo, assim como o tempo de descanso. Estes ensinamentos não constam nos livros e receituários, ele necessita ser passado de uma pessoa para outra oralmente. Este fato fundamenta alguns aspectos da pesquisa em torno da imaterialidade deste bem cultural.

Outro relato que tomamos foi o de Lurdes Acadrolli Pagliarini, residente na comunidade de Linha Trípoli, Boa Vista do Sul. A prática de Dona Lurdes tem mais ligação com a prática das rezadeiras, pois mistura elementos de práticas cotidianas, autossugestão e também o uso de forte religiosidade popular em sua manifestação mais clara. Entender esta prática talvez tenha sido uma das maiores dificuldades que enfrentamos neste processo de construção e de nomenclatura do saber, pois não há um encaixe específico em nenhuma das formas. Inclusive, ela teria sugerido que não usássemos o termo “benzedeira”, pois não seria a classificação correta para o trabalho que ela realiza.

Brandão (1980) faz uma importante afirmação quando se refere à cultura popular e à ligação que esta possui com a religiosidade. Sugere-se que esta seja uma das formas de tentar entender melhor a proposição que este bem cultural traz à tona.

Talvez a melhor maneira de se compreender a cultura popular seja estudar a religião. Ali ela aparece viva e multiforme e, mais do que em outros setores de produção de modos sociais da vida e dos seus símbolos, ela existe em franco estado de luta, acesa, ora por sobrevivência, ora por autonomia, em meio a enfrentamentos profanos e sagrados entre o domínio erudito dos dominantes e o domínio popular dos subalternos. (BRANDÃO, 1980, p.15).

A cultura popular não é algo estático, assim como temos exemplos na língua e também em outras práticas e manifestações culturais, como a música e a dança. Dependendo da situação

e do local em que está inserida, ela se adapta as demandas ou as preferências das pessoas que buscam estas ligações com o sagrado.

A resolução de problemas de maneira mais rápida, o consolo por decepções amorosas, a reza por causa de doenças ou mesmo entes queridos em situação de riscos são algumas das ocorrências mais comuns atendidas por Dona Lurdes. Inserida em um ambiente rural, a prática cultural em questão é uma referência para o município de Boa Vista do Sul, pois, como afirmou a nossa colaboradora, é um saber que não foi passado por outras pessoas, mas que se manifestou para ela, sendo que não há qualquer possibilidade de que este saber seja levado adiante, uma vez que o dom que ela possui é uma manifestação divina, logo não pode ser transmitido.

A quantidade de pessoas que afluem ao encontro de dona Lurdes é algo que merece um destaque especial. Nestes mais de 30 anos de práticas, rezas e aconselhamentos, a sua fama se espalhou na mesma proporção em que a resolução dos problemas dos que vão ao seu encontro. Filas de automóveis se formam na entrada de sua casa, que se localiza em um local de difícil acesso, por assim dizer, em uma das comunidades mais distantes da sede administrativa do município.

Além de todas as informações que a colaboradora mencionou, cabe destacar o elo que ela possui com os padres que atendem a comunidade, sendo eles também fomentadores da prática. Logo, as afirmações iniciais de dona Lurdes de que não se encaixa nos paradigmas tradicionais de benzedeiras ou curandeiras ganha importância, uma vez que claramente não há qualquer ponto de contrariedade entre a fé católica e as rezas feitas por ela. Elucidar este ponto de encontro entre este saber popular e a sua congruência com as práticas religiosas foi uma das principais preocupações dela ao nos receber.

Em alguns lugares, as mulheres que rezam são conhecidas como “benzedeiras”, em outros como “curandeiras”, e noutros como “rezadeiras”, como é o caso de Cruzeta/RN. Sendo assim, optou-se pelo uso desta última, tendo em vista ser o termo mais usado tanto pelas pessoas dessas comunidades, como pelas próprias rezadeiras - uma vez que elas se definem dessa forma. Geralmente, o conhecimento particular e especializado de uma rezadeira é transmitido através de parentes próximos que dominavam ou dominam os saberes das rezas - em geral, avós, mães e tias. No entanto, existem aquelas que dizem ter adquirido o conhecimento através do “dom que Deus lhe deu”. (SANTOS, 2009, p. 15).

Revelar a origem desta prática que já está enraizada na cultura popular de Boa Vista do Sul está sendo um grande desafio, já que não há uma cronologia exata das fontes, ou uma clareza de explicação por parte da colaboradora. Os fatos mencionados na entrevista deram uma visão um pouco rabiscada dos fenômenos ali manifestados, sendo então entendidos como uma manifestação sobrenatural no seu início, diferenciando-se das benzedeiras que adquirem o

saber, praticam e conseguem fazer com que este saber seja levado adiante, sendo passado de geração em geração.

O papel preponderante que as mulheres exercem nestas práticas, tanto na questão de produção de chás, pomadas homeopáticas, como nos rituais das rezadeiras e benzedadeiras é outro ponto que merece destaque. Como este tema já foi estudado em outros locais, tais como Portugal e a região Norte e Nordeste (Cruzeta-RN, por exemplo), é possível afirmar que é uma prática quase que exclusivamente feminina, estando ligada a antigas práticas do período Colonial brasileiro, onde a escassez de atendimentos médico-hospitalares era muito grande, levando as populações mais isoladas a recorrerem a estas práticas sincréticas.

Em síntese, fica difícil sistematizar o saber das rezas numa “receita”, e simplesmente repassar o “como fazer” às outras pessoas. Há como premissa uma série de elementos, podendo-se destacar alguns como a religiosidade, o senso de solidariedade, o saber ouvir os outros e dar um direcionamento às pessoas para lidarem com os infortúnios da vida cotidiana, além das implicações acima relatadas. (SANTOS, 2009, p. 31).

Nas últimas décadas, o IPHAN tem se destacado no registro e no reconhecimento de diversos bens imateriais pelo Brasil. Diversos artigos, dissertações e teses têm buscado sincronizar os estudos nestas linhas de pesquisas, visando a preservação destes saberes, ou pelo menos catalogar estes eventos de forma mais sistemática. O próprio IPHAN sugere que

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (PATRIMÔNIOIMATERIAL.Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em 29 de agosto de 2018, 14:30).

Buscando evidenciar estes estudos que aludem ao ofício das benzedadeiras e, ao mesmo tempo, relacioná-los com as propostas geradoras do IPHAN em torno do tema, estamos reafirmando a importância que esta prática/saber imaterial tem para a comunidade boavistense, não só como sinônimo de cura ou conforto espiritual, mas também como uma prática simbólica de representação e de manutenção destes aprendizados.

4.3.5 Comunidade de São Luiz De Castro

A comunidade de São Luiz de Azevedo e Castro é outro local que merece destaque por abrigar a Escola Estadual de Ensino Médio Marcelino Champagnat. Com uma área de terra de 40.000 metros quadrados, que foram doados pelos moradores Fidele Salvi e Luis Gregoletto no

ano de 1957, conforme consta na escritura de bens que se encontra nas dependências da própria escola.

Figura 8 – Escola Marcelino Champagnat



Fonte: Inventários Participativos de Boa Vista do Sul.

Tendo como objetivo a erradicação do analfabetismo entre as crianças dos 7 aos 14 anos de idade, ao assumir o governo do estado do Rio Grande do Sul em 1959, o então governador Leonel Brizola buscou reestruturar a antiga Secretaria da Cultura com o lema “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. Desta forma, ocorreu a construção de escolas padronizadas em todo o estado. Neste período, o governo abriu 688.209 novas matrículas e admitiu 42.153 novos professores.

O padrão de construção que foi definido pelo poder público estadual era em madeira que era fixada na horizontal, com revestimento interno também em madeira, pregada na vertical. O modelo utilizado para fazer as obras era de baixo valor para o governo e, ao mesmo tempo, solucionava uma lacuna na infraestrutura do sistema educacional local.

A escola foi criada através do decreto nº 9.055 de 28 de junho de 1958, publicado no Diário Oficial de 03 de julho de 1958, onde era criada a Escola Rural Isolada em São Luiz de Castro, Boa Vista do Sul, pelo então governador do Estado Sr. Ildo Meneghetti. Ter uma área mínima de 4 hectares era uma exigência a ser cumprida. A comunidade de São Luiz conseguiu o terreno, mas o que ficou pendente foi o pagamento, realizado muitos anos mais tarde pelo bispado diocesano.

Em 30 de dezembro de 1975, o Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento da 7ª e 8ª séries, mas foi negado em seguida o funcionamento da 7ª série por falta de infraestrutura. Somente em 1979 foi possível o seu funcionamento. No mesmo ano, a escola passou a ser chamada de Escola Estadual de 1º Grau Marcelino Champagnat. Em 1990, depois de um acordo entre o CPM da escola e o governo do Estado, as obras para a ampliação do espaço foram autorizadas. No ano de 2002 foi realizada a primeira aula do novo ensino médio alternativo, resultado de anos de luta no âmbito municipal e estadual para atender aos alunos que o município de Garibaldi não tinha mais condições de atender. No ano de 2005 foram inaugurados mais dois espaços, um deles para fins de biblioteca e outro para sala de multimídia. O prédio de alvenaria foi construído atrás do atual conjunto de 3 edificações que faziam parte do patrimônio escolar.

Ao refletir sobre a problemática dos lugares de memória e as suas utilidades, novamente citamos Nora (1993) que afirma que:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 07).

Identificar a escola como sendo um local de preservação da memória e da história da comunidade de Boa Vista do Sul é um dos tantos desafios a que este trabalho se propôs, pois nela passaram inúmeras gerações de estudantes que hoje residem no município, além dos que fixaram residência em outros locais, mas que mantêm a lembrança do seu passado como membro do corpo escolar.

Conhecer é o primeiro passo para que um local seja considerado uma referência cultural ou um lugar de memória e, automaticamente, se torne possível pensar na questão da preservação. Neste sentido, propor uma situação que permita sensibilizar para atingir este fim é indispensável. Cabe citar que:

Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica. (INRC, 2000, p. 14).

Como já foi sugerido nas fichas de Inventários Participativos, principalmente a “brizoleta”⁶ possui uma trajetória histórica única na região, pois guarda em suas paredes todo um projeto de governo, os anseios de uma comunidade rural em busca de mais acesso à educação e também um exemplo de preservação do bem público, dado as atuais condições da edificação.

Despertar na comunidade a noção de que o seu patrimônio precisa ser preservado é um passo importante e significativo nas atividades desenvolvidas pela Educação Patrimonial. A prova desta necessidade está relacionada, por exemplo, na restauração da “brizoleta” que foi realizada no ano de 2011, com recursos advindos do Governo Estadual. Na ocasião, foram trocados os forros e o telhado. No entanto, o Conselho de Pais e Mestres (CPM) da escola proporcionou condições para que a pintura interna da edificação fosse realizada, conforme atesta o relato da atual diretora da escola, disponível em caderno de campo.

A equipe responsável por fazer o levantamento de dados e elaborar as fichas de inventários da escola atentou para o detalhe da conservação e da manutenção do local. Foi possível identificar nos registros que esta é uma preocupação dos alunos e que os primeiros sentimentos relacionados à identificação dos problemas e à necessidade da preservação dos seus patrimônios já podem ser considerados uma realidade, mesmo que ainda em fase de construção.

4.3.6 Boa Vista do Sul-Sede Administrativa

Por volta de 1875, uma leva de imigrantes italianos povoou a região que hoje abrange a maior parte do município. Algumas das atuais comunidades tiveram a definição dos lotes para um posterior povoamento, enquanto outras tiveram um povoamento aleatório, onde também receberam os títulos de propriedade após o pagamento dos lotes. Antes de se tornar um município independente, Boa Vista do Sul pertencia a Garibaldi e a Barão. A cidade conseguiu se emancipar em 22 de outubro de 1995, após um grupo de moradores abraçar a ideia de tornar o território autônomo.

Figura 9 – Casa Zuchi

⁶ Escolinhas construídas em madeira pelo governo de Leonel Brizola entre os anos de 1959 e 1963, como parte do programa educacional “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”.



Fonte: Inventários participativos de Boa Vista do Sul.

Entre os importantes patrimônios que foram destacados pela equipe responsável por fazer a pesquisa está a Casa Zuchi, de propriedade de Aurélio Zuchi, assim como as benzeduras praticadas por Ládís Foppa Loss.

Construída no ano de 1944, por Carlos e Fiorina Nicolau, a casa merece destaque por sua arquitetura robusta e bastante rústica. A parte inferior (base) foi toda construída por pedras talhadas de 60 cm de comprimento por 40 cm de altura. Segundo relatos dos atuais proprietários que constam nas fichas de inventários, todo o porão da casa foi edificado apenas com pedras de encaixe, sem a utilização de qualquer tipo de argamassa. A alvenaria, o telhado e toda a madeira utilizada na construção ainda mantêm as suas características originais de conservação.

As únicas modificações que ficam mais evidentes, ao serem comparadas com a original, foram as cores da pintura externa que foram modificadas após a reforma no ano de 2011 e um anexo que foi construído para fazer ligação entre dois ambientes que anteriormente eram separados.

A casa não apresenta, aparentemente, qualquer indício de que esteja em situação de risco ou que apresente qualquer dano ao patrimônio. Podemos salientar também o espanto dos proprietários ao saberem que a sua residência viria a fazer parte de um inventário participativo. A primeira fase do contato que fizemos com a família foi para explicar do que se tratava o trabalho e de que ele nada iria interferir nos projetos futuros da arquitetura da residência. Em um segundo momento de nossa conversa, procuramos explicar o que era um patrimônio e os motivos que levaram a equipe de alunos a selecionar aquele ambiente.

Seguindo as orientações dos autores Alberti (2005), bem como Meihy e Ribeiro (2011), buscamos estabelecer contato prévio para fazer a entrevista, além de estudar alguns conceitos para fazer a conversa apresentar mais produtividade. Foi neste momento em que houve a definição pela História Oral Temática⁷, onde se buscou embasar as informações da ficha de inventário quase que exclusivamente nos relatos dos familiares, por opção do grupo e também pela carência de outros documentos que pudessem contribuir com mais elementos.

A conscientização sobre a necessidade de entender o patrimônio e também a sua preservação mantendo o máximo possível das suas características originais pode ser considerada como resultado imediato do trabalho de inventários. Acreditamos que este tenha sido um importante passo para que o local passe a ser visto com outros olhos, tanto pelos proprietários, como pela comunidade, pois ele também guarda uma série de objetos e móveis que remontam à sua construção, nos anos de 1940.

Como relataram os alunos em seu caderno de campo, por ocasião da visita técnica à casa da família Zuchi:

O que sentimos no momento em que chegamos à Igreja de Boa Vista do Sul não nos revelou muita coisa, pois não podíamos identificar se as obras e peças da mesma eram antigos ou já modernos. Mas, no entanto, na próxima casa sentimos uma atmosfera de antiguidade apesar de que a casa já ter sido restaurada, mas o dono da mesma nos contou um pouco de como era antes. (CADERNO DE CAMPO, p. 02).

O ato de preservar implica também reconhecer que ali reside um patrimônio histórico da comunidade. Tendo como ponto de partida a conscientização e a definição do que é um bem cultural, podemos aferir que em algum momento o cuidado com a manutenção e a preservação pode aparecer. É neste momento que todo o trabalho realizado começa a obter algum significado concreto.

A pretensão que se teve em buscar reaver alguns aspectos da memória dos munícipes de Boa Vista do Sul passa também pela discussão em que se colocou frente a frente vários aspectos da História documental, com registros históricos oficiais, e a História Oral, fazendo uso de relatos de indivíduos que estão intimamente ligados com os bens patrimoniais identificados.

Uma das grandes dificuldades pelas quais os educandos passaram foi a de compreender que um patrimônio não se reduz apenas a objetos ou edificações materiais, mas que pode ser

⁷ Os autores Meihy e Ribeiro (2011, p. 88) definem que “quase sempre em história oral temática, equipara-se o uso da documentação oral ao das fontes escritas. A subjetividade perde parte da sua consistência, nesses casos. A história oral temática é, quase sempre, usada como técnica, pois articula, na maioria das vezes, diálogo com outros documentos”.

mais amplo do que isso. A introdução para apreciação dos conceitos de patrimônio imaterial causou certo desconforto, por ser ainda algo novo dentro das perspectivas e expectativas de trabalho. Desta forma, para fazer a pesquisa que buscou registrar o ofício de uma benzedeira, primeiro foi feito o estudo de como este trabalho poderia ser considerado um patrimônio para os habitantes e depois foi realizado o contato para ver se havia a possibilidade de fazer os apontamentos. A este respeito, o IPHAN propõe que

A investigação se limite a aspectos da vida social que sejam imediatamente reconhecíveis pelos atores e que se proponha a registrar os dados que sejam mais imediatamente apreensíveis por meio de roteiros e formulários padronizados. Refiro-me a domínios reconhecíveis da vida social como as festas, as artes e os ofícios, os lugares de importância diferenciada. [...] o objeto do INRC são as atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social (IPHAN, 2000, p. 30).

Ladis Fopp Loss pratica o ofício de benzedeira há cerca de 30 anos, em Boa Vista do Sul, ou Boa Vista 27, como era chamada antes da emancipação. Tradicionalmente esta é uma prática na qual se tem bastante segredo quanto aos rituais e aos instrumentos utilizados, para que se obtenha o resultado esperado.

Embora a benzedura seja uma prática bastante comum entre as mulheres, foi possível identificar que duas das práticas que Ladis utiliza foram transmitidas por homens: João Sabini e Pedro Carminatti. Como ela nos explicou, ela herdou este saber dos antecessores, pois este tipo de benzedura só tem efeito se for com “transmissão cruzada”, ou seja, de posse deste saber, os homens só poderiam transmitir para mulheres. Assim como se algum dia ela vier a transmitir este saber para alguém, terá que ser para um homem.

Cabe ressaltar que há diferenças importantes no que concerne aos saberes adquiridos, no caso de Lourdes Pagliarini-mencionada na comunidade do 15 da Boa Vista- e Ládis Loss. No caso de Ládis, o processo é “imitativo”, ou seja, ele é transmitido oralmente de uma pessoa para outra, não tendo limites de transmissão, ou seja, é adquirido. No caso de Lourdes, podemos considerar como uma aprendizagem “sobrenatural” ou adquirida, mesmo nos dois casos tendo forte ligação com a religiosidade católica.

Santos (2009) exemplifica esta prática e a sua nomenclatura:

As *rezadeiras* ou *benzedadeiras* são mulheres que realizam a *benzeduras*, termo que abrange um repertório material e simbólico que pode ser bastante abrangente. Para executar esta prática, elas acionam conhecimentos do catolicismo popular, como “súplicas” e “rezas”, com o objetivo de restabelecer equilíbrio material ou físico e espiritual das pessoas que buscam a sua ajuda. Para compor este ritual de *cura*, as rezadeiras podem utilizar vários elementos acessórios, dentre eles: ramos verdes, gestos em cruz feitos com a mão direita, agulha, linha e pano, além do conjunto de

rezas. Estas podem ser executadas na presença do *cliente*, ou à distância. Em seu ofício, de amplo reconhecimento, essas mulheres “rezam” os males de pessoas, animais ou objetos, bastando apenas que alguém diga os seus nomes e onde moram. (SANTOS, 2009, p. 12).

No caso do ofício de Ládís, ela realiza as benzeduras para três males específicos: a benzedura para “nervos”, a benzedura para garganta e a benzedura para “bicheiras”. Esta última está relacionada a um parasita que acarreta cães, ovinos e bovinos, em especial. As benzeduras se caracterizam por um ritual único em que se utilizam instrumentos e produtos diversos. No caso dos “nervos” é utilizada uma xícara com gordura (banha) de porco, enquanto que no da garganta é feito uso de um lápis e no das “bicheiras” se usa uma porção de grama fresca.

Para cada benzedura é feito o ritual que conta com rezas de Pai-Nosso, Ave-Maria e invocações a São Braz (Santo católico ligado à cura da garganta). Em dado momento são feitas várias invocações em dialeto italiano (possivelmente o vêneto). Ela não revelou quais são as invocações por motivos de sigilo e eficácia de seu ofício. Ela ainda reforça que a cura depende muito do grau de fé que o praticante tem, mas que é importante que a pessoa que a procura já venha com a predisposição de acreditar na cura, proporcionando uma maior efetividade no processo.

No caso da transmissão do saber é uma questão um pouco mais delicada, pois não é para qualquer pessoa que o saber pode ser transmitido, devendo haver uma sintonia entre a transmissão e o recebimento do saber. Outra questão que deve ser levada em conta é que pode ser transmitido apenas para uma pessoa, sempre com características de sigilo.

Quando inserimos o conceito de oralidade em nossos estudos devemos atentar para as seguintes questões:

Como um sistema que a tudo unifica e dá sentido próprio, original: o modo de vida camponês que estrutura formas de sentir, pensar, de representar o mundo, a vida e a ordem social, de trocar entre as pessoas bens, serviços e símbolos, de criar e fazer segundo as regras da sabedoria tradicional e os costumes que as pessoas seguem com raras dúvidas. Situações, relações, representações e objetos atuais e, no entanto, vindos de uma tradição perdida no tempo. Quem sabe, um tempo anterior ainda ao “tempo dos antigos”, que a memória dos velhos não quer esquecer? Um tempo em que havia “fartura” e “respeito” e de onde se crê em Santo Antônio dos Olhos d’Água que vieram todas as coisas boas do mundo. (BRANDÃO, 1982, p. 21).

As práticas imateriais relacionadas às benzedoras ou curandeiras podem ser analisadas sob a ótica da representação (Chartier, 1991), que vê nesta situação uma construção social derivada das inúmeras experiências anteriores. Fazer a apropriação destes elementos para identificar um determinado grupo é fundamental para a construção de uma identidade coletiva

(POLLAK, 1989), onde o indivíduo faz parte dos acontecimentos, ou “viveu por tabela”, como cita o autor, mas que estes fatos fazem parte do seu imaginário e da construção da memória.

Para se ter o reconhecimento de um trabalho ou de uma situação que são únicas em um espaço temporal é preciso também estar atento aos signos que envolvem tais fatos, que podem passar despercebidos aos mais desavisados. Desta forma, o IPHAN novamente orienta que,

Nem sempre, porém, as pessoas “falam” tão claramente para as outras sobre a sua identidade. Não porque tenham vergonha ou não se sintam identificadas com os aspectos da sua cultura. É que para elas tudo é vivido de forma tão natural, no dia a dia, que, a não ser que precisem se defender contra o preconceito, ou se afirmar entre pessoas que ainda não as conhecem, não sentem necessidade de anunciar suas características particulares, suas marcas de distinção, o que as diferencia de outros grupos sociais, de outras comunidades. O que torna uns diferentes dos outros, às vezes, pode ser reconhecido nas coisas mais simples, como as várias maneiras de fazer farinha, os diferentes modos de construir barcos, de tecer redes, de fazer renda, de contar uma história. (IPHAN, 2012, p.08).

Buscando entender estes fenômenos sociais, tendo como suporte estes conceitos significativos, concebe-se a ideia de que a identificação do que é patrimônio em um determinado grupo não é uma tarefa simples. Conhecer as manifestações, neste caso identificar os bens imateriais (benzedoras), é um trabalho que carece de investigação e sensibilidade entre os interlocutores, pois buscamos entender porque motivos algumas pessoas se diferenciam das outras por terem conhecimentos específicos e que são significativos para a comunidade onde se inserem.

Neste caso específico da benzedora Ladis, nem todas as pessoas da comunidade sabem que ela pratica este ofício, pois para ela é algo cotidiano e que não parece ser motivo de exposição pública. O conhecimento sobre as suas benzeduras estão, quase que exclusivamente, dentro do seu círculo familiar ou da vizinhança. Por causa disso, é necessário reconhecer e registrar esta manifestação imaterial como sendo um patrimônio de toda uma comunidade.

4.3.7 Comunidade de Linha Carolina Alta/David Canabarro

Por volta de 1965, o coordenador da comunidade na época, Valdemar Bagatini, realizava festas perto da antiga escola. Elas eram realizadas ao ar livre e contavam com celebrações de missa. Após almoço, ocorria vendas de bebidas em um antigo galpão de madeira. Os fundos arrecadados nestas festas contribuíram para a construção da atual igreja, sendo que toda comunidade ajudou para a construção dela. Com o novo local inaugurado, não houve mais necessidade da antiga igreja de madeira, que foi então desmanchada. Ela estava localizada na

proximidade do atual cemitério da comunidade. Com o passar dos anos, a Igreja passou por diversas reformas, novas pintura, lavagens, troca de lustres e outras melhorias, para que sua conservação não tivesse qualquer tipo de comprometimento.

Figura 10 – Comunidade de Linha Carolina Alta



Fonte: Fichas de inventários participativos de Boa Vista do Sul.

A igreja de Linha Carolina Alta é também chamada de “igreja mãe”, por servir de modelo / inspiração para outras igrejas que contam com arquitetura mais moderna e estão localizadas nas redondezas da comunidade. É um templo vistoso e moderno que carrega um importante significado de trabalho em comunidade, já que foi através da organização dos membros comunitários que foi possível construir a sua sede própria, ainda nos anos 60. Como material de construção foi utilizado pedras e cimento. Outro elemento que circunda a comunidade e que merece destaque é o cemitério centenário da comunidade. Sendo composto por duas áreas, a parte mais recente que possui túmulos mais robustos conservados, e a parte mais antiga onde é possível identificar túmulos com datas do início do século XX.

Como é possível identificar na maior parte dos cemitérios do município, as identificações dos túmulos são apenas feitas por cruzeiros que são fixadas ao chão com um monte de terra, para que não seja sobreposto por outro defunto. A maior parte dos locais está sem identificação, ou com ela já apagada.

Não muito distante da igreja comunitária de Linha Carolina Alta reside dona Antônia Folle, natural do município de Liberato Salzano-RS. Dona Antônia detém o saber de fazer

pomadas à base de ervas naturais, bem como realizar orações e bênçãos para familiares e para a comunidade em geral.

O saber relacionado às bênçãos e às rezas começou a ser praticado aos 7 anos de idade, seguindo a tradição da mãe, que utilizava os saberes tradicionais e práticas naturais para dar conta de alguns males que acarretavam a família e o vizinho. Como ela mesma relatou, o local em que morava (Liberato Salzano) era de difícil acesso a qualquer tipo de atendimento médico-hospitalar, o que praticamente induzia a maioria das pessoas a buscar ajuda entre aqueles que possuíam algum conhecimento prático.

A produção de pomadas começou a ser feita no ano de 2005, por ocasião da mudança de Antônia e seus familiares para Boa Vista do Sul. No entanto, este é um saber que também foi herdado da sua mãe, que ela preservou de maneira espontânea, oral, sem ter qualquer tipo de registro escrito.

A transmissão destes saberes é mais específica, sendo apenas perpassado dentro da própria família. Com base em seu relato, estas práticas estão na sua família há pelo menos três gerações. Antes dela tinha sua mãe e sua avó que realizavam os mesmos procedimentos, com os mesmos produtos e as mesmas invocações religiosas. Ela salienta que continua fazendo do mesmo modo que sua mãe lhe ensinou até os dias atuais.

Este saber tem por significado “a cura” não apenas física, mas em alguns casos emocionais, já que pode ser usado para resolver problemas “difíceis” de encarar no dia a dia. Ela ressalta que não adianta a benção sem a pessoa ter fé. Além do mais, as pomadas são requisitadas por serem naturais e não possuírem contraindicações.

No caso das bênçãos/ orações, basta o interessado estar presente no local, repetindo o ritual por três vezes, ou até obter o efeito desejado. No caso das pomadas caseiras, elas possuem um período de preparo, que vai desde a coleta das ervas corretas, passando pelo cozimento, o preparo, bem como um período em que elas permanecem em “descanso”, para somente então serem distribuídas. Todo o processo é realizado por Antônia, que além de ervas tradicionais como babosa, tansagem, manjerona, malva, etc., utiliza a manteiga caseira e o mel em seus preparados.

Antônia tem como especialidades a benzedura de “cobreiros”⁸, machucados e alergias, onde ela utiliza as pomadas frias à base de ervas, e a benzedura de vermes, onde faz uso de

⁸ O *cobreiro*, assim com as outras doenças descritas acima, também tem suas formas de cura através das *rezas* e *benzeduras*. Primeiro, o *cobreiro* está relacionado especificamente ao corpo, ou seja, não é como o *olhado* que se manifesta, tanto na esfera material, quanto na parte espiritual. Segundo, pela sintomatologia que o quadro clínico apresenta: aparecimento de bolhas, vermelhidão, inflamação cutânea, “purido”, etc. De acordo com as

galhos de arruda e água benta. É importante destacar que, diferentemente de dona Lídia (da comunidade da Linha 15 da Boa Vista) e dona Lurdes (da comunidade de Linha Trípoli), que tinham apenas uma especialidade em suas práticas, dona Antônia congrega diversas opções de benzeduras ou de tratamentos homeopáticos ou fitoterápicos. Como afirma Santos (2009) sobre essas práticas:

Ainda que certas concepções biomédicas, já difundidas no senso comum, não sejam capazes de reconhecer nesse conjunto de práticas e saberes sua especificidade e eficácia, as rezadeiras têm papel significativo no tratamento de diversas doenças, sendo muito comum a ocorrência de pacientes que buscam tanto o médico, como essas mulheres. Nesse contexto, elas agem de modo complementar às práticas exercidas pelos profissionais da biomedicina no tratamento de enfermidades e aflições corporais e psicológicas. As rezadeiras são vistas pelos seus clientes não só como agentes religiosas, mas também terapêuticas, compartilhando com estes o mesmo universo social. (SANTOS, 2009, p. 15).

Outro fator que merece ser reconhecido neste processo é que a praticante do ofício é um membro ativo da comunidade, estabelecendo relações sociais e culturais importantes com os seus “clientes”, participando do modo de vida e das aspirações da maioria deles.

Cabe ressaltar também que os bens e ofícios inventariados e registrados pelo IPHAN, na maioria dos casos pode “eleger” um detentor do saber que pode transmitir a outro (s) indivíduo (s). No caso das rezadeiras ou benzedadeiras, o processo pode ser um pouco mais diferenciado, uma vez que não há certeza da transmissão ou mesmo se a prática vai ter continuidade, por exigir o “dom da cura” para quem for o detentor do saber. Esta é uma diferença importante que deve ser levada em conta quando falamos da transmissão do saber nestes casos que envolvem a sabedoria popular.

Outra prática que está presente nesta comunidade de Linha Carolina é o uso do dialeto italiano Bergamasco por grande parte de seus membros. Sendo uma forma de expressão alóctone, trazida pelas imigrantes italianos que vieram da região da Lombardia Ocidental, se diferencia bastante dos demais dialetos tanto pela sua grafia, quanto pela sua pronúncia. Chegou à região de Boa Vista do Sul por volta de 1875, nas primeiras levas de imigrantes.

Como relatou a moradora da comunidade Fabiana Bonassi, o dialeto Bergamasco ainda é praticado bastante no local, porém hoje ele está mais reduzido às conversas familiares. Ela conta que possui lembranças de celebrações que eram feitas neste dialeto, cantos e danças, tudo com as indumentárias típicas. Além disso, relembra que praticamente todas as pessoas falavam o dialeto, e as crianças só aprendiam o português quando passavam a frequentar a escola.

interpretações fornecidas pelas rezadeiras, o *cobreiro* é causado por alguns animais e insetos peçonhentos. Isso acontece quando estes, em contato com as roupas das pessoas, deixam nelas seus venenos. (SANTOS, 2009, p.26)

Algumas expressões foram registradas, podendo ter algumas grafias diferentes do original, até porque houve muita mudança ao longo do tempo, e a língua é uma das que mais sofrem com estas alterações. No caso dos dialetos que permaneceram, o Bergamasco é um dos que menos teve políticas de preservação, por parte do poder público ou mesmo dos meios acadêmicos.

Reconhecer e registrar a incidência destas manifestações linguísticas-culturais é também uma das propostas do IPHAN, que oferece material de orientação para que estes bens sejam identificados. No caso específico da comunidade de Linha Carolina, foi construído um pequeno dicionário do dialeto Bergamasco falado na comunidade, com a tradução em português, que está incluso na ficha de inventários.

4.3.8 Cemitério de Terra Preta/ David Canabarro

Figura 11 – Cemitério de “Terra Preta”



Fonte: Inventários participativos de Boa Vista do Sul.

Conforme relatos de pessoas que vieram morar na região há cerca de 60 anos atrás, disponíveis nas fichas de inventários da comunidade de Linha Carolina Alta, o cemitério de “Terra Preta” já existia há muito tempo. Os entrevistados contam que nele eram enterradas pessoas que não tinham condições de serem sócias em comunidades próximas, e também pessoas sem famílias que chegavam de outras regiões e logo depois vinham a falecer.

Atualmente o terreno é mantido pela família Flores, que é dona das terras que circundam o local em questão. Não conseguimos uma data exata da fundação do cemitério, mas pelas informações levantadas com as entrevistas e pelas datas que estão registradas em alguns túmulos é possível dizer que o cemitério possui mais de 100 anos de idade.

A tradição das famílias que moram no município, assim como em outros grupos rurais da região, é sempre enterrar seus entes queridos nos cemitérios das comunidades. Neste caso específico, a criação deste cemitério deve ter ocorrido para resolver a questão das migrações à região de outros grupos não praticantes da religião católica ou que não desejaram fazer parte efetiva de alguma agremiação. Conforme Radünz (2008),

Nas comunidades, via de regra, não se concebia um enterro não realizado por um religioso (com exceção do suicídio), ou uma criança não batizada. A confirmação era encarada com um rito, quando a criança era apresentada socialmente ao *poder dançar*. Nesse contexto, o próprio casamento, para ser aceito socialmente, precisava do aval religioso. Essa elaboração religiosa, fruto de uma religiosidade própria, fez das comunidades espaços sociais necessários no processo de adequação dos imigrantes à nova pátria. (RADÜNZ, 2008, p. 58).

A aproximação das comunidades de origem alemã, praticantes do luteranismo, com as comunidades de imigração italiana, praticantes do catolicismo, indica que elas são muito próximas, especialmente no que diz respeito aos ritos comunitários, no que concerne à questão da morte.

No caso do cemitério de “Terra Preta”, existem pessoas dos mais diversos credos, enterrados pelos mais variados motivos. Nos relatos orais que obtidos, há a menção às pessoas que cometiam suicídio e que a comunidade não admitia que fossem enterradas junto aos outros associados já falecidos. O mesmo se dá com as crianças não batizadas, seguindo-se o mesmo critério, separando os espaços dentro do próprio cemitério ou buscando outro local para fazer o sepultamento.

Segundo o relato oral do proprietário do local, Rodinei Flores, que corrobora as falas da outra entrevistada, Osmilda Trevisol, a maioria das pessoas que foram enterradas neste cemitério tiveram mortes trágicas, tais como enforcamento, afogamento, mortes por frio e assim por diante.

Ele ainda reforça que a antiga sede da comunidade de David Canabarro era próxima ao cemitério, informação que ele teria recebido de seu pai, que faleceu no ano de 2012. Além disso, o acesso ao local é liberado para todos, apesar de ter cercas e portões que cercam a propriedade. Há também uma antiga estrada, que atualmente está em desuso e que leva até o cemitério.

Este local é uma importante memória do povo boa-vistense, pois congrega nele uma importante parte de sua história, talvez uma que foi esquecida ou suprimida ao longo do tempo. É possível notar esse fenômeno do esquecimento ou do desconhecimento do local ao conversar com pessoas do município que sequer sabiam da existência dele, ou para qual finalidade ele se destinava e ainda se destina.

Tendo em vista que aí está contida uma infinidade de histórias de vida que ainda podem ser descobertas, através das quais podemos entender um pouco mais do funcionamento das comunidades da região e como eram seus costumes e práticas, no caso específico, os rituais de enterros. Como afirma Nora (1984),

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1984, p. 13).

Talvez a história seja a grande responsável por manter viva a memória de comunidades, justamente por criar espaços em que estes locais possam ser identificados e cuidados, em uma esperança de que ele se perpetue no tempo e no espaço. É justamente em Nora que buscamos o aporte teórico para justificar a criação e a preservação de espaços ou locais de memória.

O chamado para fortalecer os vínculos pessoais e comunitários através de uma identificação com as origens é uma das nossas proposições ao elencarmos estes espaços como sendo o registro histórico vivo de um grupo. Mais do que registrar esses locais, é importante que a comunidade, como um todo, se una para que estes patrimônios locais sejam conservados. Também é necessário que outras pessoas se envolvam na busca por mais informações, e que o poder público faça sua parte na preservação destes lugares.

Quantas histórias podemos contar ao visitar estes espaços, ou quantas outras pessoas podem descobrir que ali pode residir um vínculo familiar ou identitário. Mais do que inventariar estes espaços, é importante que a comunidade, como um todo, assuma para si a proteção destes lugares, para que em um futuro próximo possam contar a sua história e da sua comunidade com um pouco mais de bases históricas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que foi proposto em torno da história de Boa Vista do Sul, sendo contada e recontada através das mais variadas fontes disponíveis, pode ser sopesado dentro das novas perspectivas da História e os novos caminhos que a Educação Patrimonial vem trazendo ao longo dos anos.

A tentativa de aproximar a História e os seus interlocutores, descentralizar as informações e promover um envolvimento mais significativo da comunidade com o seu passado faz da Educação Patrimonial um dos caminhos para que as fontes de pesquisa e tudo que possa envolver o conhecimento local fiquem, de certa forma, registrados para as gerações posteriores.

Um dos maiores desafios que surgiu ao longo de todo o projeto de pesquisa foi a carência das fontes. Em alguns casos, como os das comunidades de Santa Helena e São Roque de Castro, havia uma documentação mais robusta, dada a importância como referência histórico-cultural que já havia sido dada pela própria comunidade, através de registros escritos, em especial.

A questão das fontes foi em partes resolvida graças à aproximação significativa que se buscou ter com a História Oral, fazendo uso exaustivo das entrevistas, a fim de corroborar informações que já se tinham disponíveis em registros escritos, ou mesmo para revelar novas informações que viriam a ser essenciais para o preenchimento das fichas de inventários participativos. Para tal, foi necessário um estudo aprofundado dos métodos em História Oral, fazendo uso dos estudos de autores como Meihy e Ribeiro (2011) e Alberti (2012) que forneceram o suporte teórico e técnico para que diversas ações pudessem ser desenvolvidas neste âmbito.

Em virtude dos fatos mencionados, podemos dizer que várias formas de ensinar são possíveis, sendo que diversificar as formas de ensinar é necessário. O ensino da História nas redes de ensino é um problema que precisa ser pensado, diagnosticado as suas falhas e, com alternativas como a educação patrimonial, realizar intervenções que sejam verdadeiramente significativas aos alunos e para a comunidade.

Toda a produção acadêmica que vem sendo realizada em torno do tema Educação Patrimonial tem por objetivo fazer com que as comunidades se percebam como parte integrante de um todo, e que os indivíduos percebam que as histórias pessoais possuem relevância significativa, já que permitem compreender as pessoas como um ser social, com um lugar de destaque no mundo.

Uma das apostas deste trabalho é a conscientização para a preservação dos diversos tipos de patrimônios que envolvem a comunidade. É imprescindível relatar que muitos

empecilhos podem dificultar o encontro com estes espaços de memória e de preservação, e que o papel da sociedade é estabelecer um canal de registros e manutenção de seus bens que envolva também o poder público, que deve ser capaz de zelar por estas riquezas.

Manter estas referências culturais sempre vivas pressupõe comunicação, relação, sentidos. Não existe comunicação sem base sensorial, por isso que o envolvimento da comunidade, através dos alunos, foi de grande valia, pois neste momento abriu-se a possibilidade para que eles mesmos conseguissem visualizar e relatar o que era mais significativo como memória histórica e que deveria ser registrado.

É possível observar os importantes avanços ocorridos nas questões relacionadas à preservação da cultura local e dos bens imateriais promovidos principalmente pelo IPHAN nas últimas décadas. O fomento a estes registros pode ser observado quando nos deparamos com a quantidade de estudos de pós-graduação que tem como temática a Educação Patrimonial, ou mesmo situações de estudo de casos que envolvam de igual maneira a ideia de Patrimônio.

Nesta perspectiva, o trabalho de desenvolver no seio da comunidade a conscientização para preservar as suas memórias vai ao encontro dos objetivos deste trabalho em reaver os conceitos relacionados à tradição material e imaterial. Somado a isso, podemos introduzir a sugestão de um trabalho contínuo, tanto da escola, quanto do poder público, para que mantenham estas recordações preservadas a ponto de atingirem as próximas gerações.

O objetivo principal da Educação Patrimonial é educar o olhar e promover uma nova forma de ver o patrimônio cultural local, nacional e global. Este novo olhar deve despertar nos alunos o interesse e a curiosidade para conhecer a diversidade dos bens culturais. Ao usar da metodologia das fichas de inventários propostas pelo IPHAN, promovendo, desta forma, o debate e o encontro entre o aluno/pesquisador e a fonte histórica, foi possível observar a complexidade das relações que ali se estabeleceram. De um lado, estavam os educandos em uma experiência única e talvez inesquecível, produzindo a história da sua própria comunidade, e indiretamente contando um pouco da sua própria trajetória histórica. Do outro, estavam pessoas comuns, com histórias pessoais que não fogem à normalidade, que se dispuseram a compartilhar as suas memórias, para enriquecer o trabalho de recontar partes da história da comunidade.

A riqueza patrimonial está relacionada a todas as áreas do conhecimento, e possibilita ao aluno perceber que o patrimônio cultural faz parte da sua própria história. Esta nova percepção lhe proporciona conhecer e vivenciar costumes e a cultura local, construindo laços de afetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde vive. Talvez este seja o principal legado que este trabalho pretende deixar para a comunidade, isto é, promover o reconhecimento

dos indivíduos como um ser social e histórico, independente das suas crenças, aspirações políticas ou grau de instrução.

O trabalho com Educação Patrimonial possibilita aos estudantes valorizar as manifestações culturais de seu entorno, e com isso, construir sua identidade pessoal e coletiva, desenvolvendo o sentimento de pertencimento, essencial para a compreensão do conceito de preservação, assim como para a concepção do patrimônio como algo vivo, presente em sua vida, por trazer elementos culturais de sua história e da história de seu lugar.

É importante e fundamental que a área de História desenvolva nas escolas propostas interdisciplinares e ações pedagógicas que favoreçam a construção de um conceito de patrimônio cultural. A História, enquanto disciplina escolar, deve estimular que o aluno questione qual a função do patrimônio, para que serve, qual a sua importância para a comunidade na qual ele está inserido e também avaliar qual o seu significado.

Somente por meio de um processo de ensino-aprendizagem sensível às questões referentes à identidade cultural, às múltiplas memórias coletivas e ao conhecimento sobre memória nacional é possível estimular nos estudantes o gosto e a necessidade de conhecer sua trajetória como membro da comunidade e ainda os levar à prática da reflexão histórica. Nesse sentido, ações pedagógicas interdisciplinares voltadas às temáticas relacionadas ao nosso patrimônio cultural são importantes para se atingir a compreensão dessas questões.

Para que ocorra a educação patrimonial não basta proteger e preservar o que foi considerado um bem cultural de nosso patrimônio. Faz-se necessário internalizar o sentimento de valorização de seu conjunto. É preciso compreender nosso patrimônio cultural para valorizá-lo. Daí a importância cada vez mais urgente de realizar ações propositivas na comunidade. Ações que possam preencher as lacunas deixadas pela falta de registros nos municípios. A importância em fazer um primeiro movimento de conscientização junto à comunidade se explica pela necessidade do registro escrito destes bens culturais. Contudo, podemos galgar outros degraus importantes, como fazer um trabalho junto às escolas municipais ou propor ao poder público para que abracem a causa preservacionista e que se disponha a dar continuidade ao que já está iniciado.

Um empecilho das sugestões propostas acima talvez resida na falta de comunicação entre a escola de Ensino Médio e as escolas de Ensino Fundamental, por terem mantenedoras diferentes- Estado e município-, que não dialogam interdisciplinarmente. Talvez esta seja uma proposta que careça de mais tempo e de mais envolvimento de ambas as partes, em um projeto que denote participação ampla e responsável de todos os envolvidos.

Outra constatação que pode ser feita é sobre o propósito que as fichas de inventários deverão ter a partir da sua conclusão. Como sendo um trabalho desenvolvido de e para a comunidade de Boa Vista do Sul, é imprescindível que ele permaneça como um legado para a atual e para as futuras gerações, como sendo um elemento de identidade e de reconhecimento de seus bens. A forma como se pretende deixar estes registros para a comunidade ainda depende da disposição da Prefeitura Municipal em ceder um espaço, tanto físico, quanto virtual para que seja feita a entrega.

Uma vez que fazemos menção às referências culturais locais, também buscamos entender como se deu este diálogo desde o apontamento feito pelos alunos sobre o que era possível ser registrado como um bem, até a questão do reconhecimento como um bem por parte da comunidade na qual ele está inserido. É importante destacar que vários dos bens que foram elencados para o trabalho de pesquisa já tinham grande importância como referência não só para a comunidade local, mas também para o município. Talvez esta tenha sido uma situação que foi pouco explorada ao longo do texto, justamente por não termos a dimensão exata da abrangência destes sentimentos de pertencimento e de preservação que já estavam presentes nos habitantes.

Novamente citando os PCNS,

A pesquisa histórica esforça-se atualmente por situar as articulações entre a micro e a macro-história, buscando nas singularidades dos acontecimentos as generalizações necessárias para a compreensão do processo histórico. Na articulação do singular e do geral recuperam-se as formas diversas de registro e ações humanas tanto nos espaços considerados tradicionalmente os de poder, como o do Estado e das instituições oficiais, quanto nos espaços privados das fábricas e oficinas, das casas e das ruas, das festas e sublevações, das guerras entre as nações e dos conflitos diários para a sobrevivência, das mentalidades em suas permanências de valores e crenças e das transformações advindas com a modernidade da vida urbana em seu aparato tecnológico. (PCNEM, 1999, p. 300).

Com alguma noção da possível abrangência histórica que estas pesquisas podem ter, torna-se importante situar e problematizar estes eventos como sendo parte integrante de um processo mais amplo. É nesse sentido que o trabalho pedagógico em torno da Educação Patrimonial adquire um sentido prático, possibilitando a compreensão das inúmeras relações pessoais e impessoais que estão a sua volta, e as similaridades culturais que podem existir entre grupos, principalmente quando possuem as mesmas referências culturais como base.

Como os próprios PCNS sugerem, hoje, os estudos e o reconhecimento de grupos sociais tendem a buscar novas fontes de pesquisa, o que provavelmente seja a questão das referências culturais locais, uma vez que os estudos por parentesco estão cada vez mais difíceis, dado ao

novo panorama socioeconômico do século XXI. Desta forma, podemos afirmar que os estudos em torno do tema Patrimônio requerem um olhar mais atento, pois não fazem referência a apenas uma dimensão social, mas procuram identificar todos os aspectos da vida das pessoas, desde as manifestações religiosas, aspectos socioeconômicos e o uso simbólico de objetos e ritos em seu dia a dia.

Buscando fazer uma análise sobre o movimento de registro e de preservação do patrimônio no município de Boa Vista do Sul, podemos supor que existem apenas duas formas de fazer isso. A primeira poderia ser o uso contínuo das práticas que o IPAHN sugere por meio das fichas de inventários e atividades pedagógicas em torno da Educação Patrimonial. Enquanto que a segunda seria criar uma lei municipal que pudesse zelar por estes bens e que buscasse a sua preservação ou mesmo a sua continuidade. Neste segundo caso, seria necessário um projeto de lei do legislativo municipal, já que não há menção específica sobre o que preservar e como preservar na legislação atual.

Buscando relacionar os conceitos de memória, identidade e pertencimento que foram discutidos durante grande parte do texto, é possível visualizar a importância de manter vivas dentro das comunidades as suas peculiaridades. Em um primeiro momento, podemos destacar a importância dos entrevistados, que foram pessoas que possuem alguma afinidade ou conhecimento dos bens pesquisados ou por serem portadoras de memórias significativas para o registro, ou mesmo praticantes de algum ofício que mereceu destaque especial. Também é necessário afirmar que toda a produção escrita que envolveu os trabalhos de pesquisa de campo foi de importante aprendizado, pois colocou frente a frente gerações diferentes de pessoas. Aquela em que o armazenamento de informações se dá por meios digitais, e a outra, em que a memória pessoal ainda é o local de armazenagem principal. Não podemos nos esquecer dos casos de entrevistados que não dominavam a leitura e a escrita, mas que impressionaram os interlocutores pela qualidade e precisão das memórias vividas há 30 ou 40 anos antes.

A valorização do passado deve ser entendida como a manutenção de uma trajetória histórica que envolva grupos distintos, e que merecem ser preservados igualmente. Reconhecer nas práticas imateriais e nos distintos lugares de memória pedaços do seu passado é o primeiro passo para a conscientização de que é urgente preservar e manter vivos os modos de fazer e os seus resultados, para que a história não se perca, ou que fique retida apenas em registros escondidos em um canto de alguma biblioteca.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir, Contar Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Sentir para Agir: avaliando uma proposta de Educação Patrimonial**. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013.
- BOA VISTA DO SUL. **Lei orgânica municipal**. Boa Vista do Sul, 1997. Disponível em: <https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/lei/municipal/lor_boavistasul_1997.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BOURDIN, Alan. **A questão local**. Tradução Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**. São Paulo: S.A, 1980.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 mai. 2018.
- _____. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**. Brasília: Ministério da Cultura, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2018.
- _____. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+)**. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2006.
- _____. **Programa Mais Educação**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseduacao.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988. 244 p.
- COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras. Itaú cultural, 2008.
- CUCHE, D.A. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação Patrimonial no ensino de História nos anos finais do ensino fundamental**: conceitos e práticas. São Paulo: SM, 2012.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: **Manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

KARNAL, L. A. História moderna e a sala de aula. In: KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 23. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 8-14.

LEDUR, Flávia Albertina Pacheco. **A Educação Patrimonial Formal Como Elemento Reconhecedor Do Patrimônio Cultural Em São Mateus Do Sul-PR**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Unicamp, 1990.

LUCIAN, Mauro. **Boa Vista do Sul na ponta do lápis**. 1. ed. Porto Alegre: Est, 2003.

MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: com fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2017.

MEQUITA, Gustavo. **Gilberto Freyre e o Estado novo**: Região, nação e modernidade. 1 edição. São Paulo: Global, 2018.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**. Jus Navigandi, 2008. Disponível em: Acesso: em ago. 2018.

MORAES, C. C. P. et al. O Ensino de História e a Educação Patrimonial: Uma Experiência de Estágio Supervisionado. **Revista da UFG**, v. 7, n. 2, p. 70-73, dez. 2005. Disponível em: <www.proec.ufg.br>. Acesso em: 20 set. 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1993.

PELEGRINI, S. C. A; FUNARI, P. P. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFENER, Fernando. História, leitura e escrita no Ensino Médio. In: PEREIRA, Nilton Mullet et al. **Ler e escrever: compromisso no Ensino Médio**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 165-178.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 02, n. 03. p. 3-15, 1989.

RADÜNZ, Roberto. **A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX**. Caxias do Sul: Edunisc, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1989)**. Porto Alegre, 1989. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=9pX_3esaNg%3D&tabid=3683&mid=5358>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Decreto nº 31.049, de 12 de janeiro de 1983**. Porto Alegre, 1983. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTTO&Hid_TodasNormas=2394&hTexto=&Hid_IDNorma=23934>. Acesso em: 20 set. 2018.

SALA, Dalton. **Mario de Andrade e o anteprojeto do serviço do patrimônio artístico nacional**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1. ed. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i31>> p. 19-26.

SANABRIA, Isabela Soraia Backx. Paulo Duarte e a Construção do Patrimônio Plural: a Inclusão de Outras Memórias no Conceito de Patrimônio Brasileiro. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Francimário Vito. O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. **Revista CPC**, São Paulo, n. 8, p. 6-35, mai./out. 2009 2009.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria B. **História Oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHNEID, Carla Rejane Barz Redmer. **Educação Patrimonial: Projetos de ensino por meio de bens patrimoniais do Município de São Lourenço do Sul (RS)**. 140 f. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

TONET, Charles; TONET, Tânia. **Perto das Estrelas**. Caxias do Sul: Belas-Letras Projetos Especiais, 2013.

ANEXO 01 – CADERNOS DE CAMPO

Comunidade de Linha Santa Helena

No mês de maio o professor Reginaldo Rossetto nos apresentou a ideologia do projeto de inventariar os bens culturais de Boa Vista do Sul, tendo por objetivo introduzir estes locais nas rotas turísticas, além de elencar os conhecimentos da população das respectivas comunidades para sabermos como eram as vivências, os costumes e os bens culturais pesquisados. Os grupos foram escolhidos por proximidades, sendo que se escolheu somente sete comunidades devido a existência de bens culturais relevantes a serem pesquisados. Ficamos responsável pela comunidade de Santa Helena com os seguintes componentes: Carina Furquin Camargo, Giliane Mansoni, Mateus Maggioni, Tatiana de Lima Machado.

➤ Saída a campo

No dia dezanove de junho de dois mil e dezessete, fizemos a nossa saída a campo, com o objetivo de adquirir informações relevantes sobre o trabalho em questão. Primeiramente, fomos entrevistar Balduino Zuchi, Maria Rissi Zuchi e Helena Rissi Caliani, onde os mesmos explanaram sobre o que sabem em relação à comunidade em geral. Logo após fomos ao Cemitério, à Igreja e ao Capitel coletar dados. Apesar do trabalho ser extenso e complexo, até o referido momento foi interessante, pois aprendemos e descobrimos como era a antiga Santa Helena.

➤ Encontros para elaborar o trabalho

Devido à falta de tempo para finalizarmos o trabalho, decidimos realizar encontros nos finais de semana na casa de cada integrante do grupo. Sendo que o primeiro encontro, realizado no dia primeiro de julho de dois mil e dezessete, foi na residência da Tatiana Machado.

No sábado seguinte, dia oito de julho de dois mil e dezessete, nos reunimos na casa de Mateus Maggioni para dar continuidade ao trabalho. Devido ao fato de não termos concluído o trabalho, nos reunimos no dia dezanove de julho na casa da Giliane Mansoni e após, no dia vinte e quatro nos reunimos na casa de Carina Furquin Camargo. Devido a amplitude do trabalho o professor cedeu-nos aulas tanto nos meses de outubro também em novembro.

Comunidade de linha São Luís de Castro

O primeiro encontro que tivemos com a ideia do trabalho que participaríamos foi no ano de 2017. Ficamos bastante entusiasmados por fazer parte deste momento importante, pois acreditamos que estamos contribuindo um pouquinho com a escrita da história do nosso município. Os primeiros atos que fizemos foi estudar um pouco sobre as orientações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e como a Educação Patrimonial vem adquirindo espaços significativos no currículo escolar ao longo dos anos. Depois estudamos sobre os manuais de aplicação do IPHAN e sobre como realizar as entrevistas, e aí iniciamos os trabalhos de coleta de dados, de organização do material e a disposição do tempo para otimizar o tempo.

Para finalizar realizamos entrevistas com algumas pessoas da comunidade para obter informações, realizamos medições na escola e fizemos diversos registros fotográficos. Para finalizar começamos a preencher as fichas de patrimônio. Tivemos muito trabalho, discussões e aprendizados que levaremos para o resto de nossas vidas, já que avaliamos ser uma experiência única participar de algo que realmente nos envolveu neste ano. Podemos ainda complementar dizendo que fizemos nossa parte para que fique um pedacinho da história do município nós ajudamos a construir.

Comunidade Boa Vista- Sede

O que sentimos no momento em que chegamos à Igreja de Boa Vista do Sul não nos revelou muita coisa, pois não podíamos identificar se as obras e peças da mesma eram antigos ou já modernos. Mas, no entanto, na próxima casa sentimos uma atmosfera de antiguidade apesar de que a casa já ter sido restaurada, mas o dono da mesma nos contou um pouco de como era antes.

Em seguida fomos em uma senhora dita como benzedeira que nos contou como era usado o dom que herdou de outra senhora e que esse dom era e é usado ainda para curar doenças e também cortar encantos que diziam existir uma vez. Após, fomos a outra residência antiga, mas o senhor de idade não se sentiu confortável em falar da casa e do passado. Tiramos de tudo isso que apesar da modernidade de hoje, ainda podemos encontrar história mais próximo do que imaginamos.

Alan, Carlos, Daniel, Érica e Willian- 300T

Comunidade de linha 37

Diário de Bordo

Nós nos sentimos em outra época, em outro lugar, num tempo em que nós não sabemos o que acontecia naqueles lugares fantásticos que visitamos. Conhecemos antigos tempos e antigas ideias, conhecendo coisas que nem podíamos imaginar que existiam, tempos em que as tecnologias não importavam para a convivência entre as pessoas.

Às vezes pensamos que já sabemos o suficiente do que está a nossa volta, mas sem procurarmos muito, encontramos um mundo totalmente diferente e muito interessante, nos dando novas experiências e mais intensidade de conhecimento.

Sentimos que nossa geração está evoluindo rápido demais em certos sentidos, mas regredindo muito em outros. Achariam desimportante fazer esses trabalhos, mas é uma forma de preservar e mostrar que ainda existem belezas e raridades para conhecermos.

Visitamos lugares simples, mas que passam muitas coisas para todos nós, todos ajudaram e se interessaram pelo que foi passado a nós. Fomos até a casa de Delvino Pozzebon, onde conhecemos a casa de pedra que lá existe, ouvimos histórias e suposições sobre ela, que nos interessou muito. Fomos até o cemitério, visitando o túmulo mais antigo que lá está.

Após isso, vimos a forma de fazer cachaça, grappa e vassouras, e tomamos um copo de 'guarapo' (suco de cana), o que intensificou as nossas experiências. Isso tudo nos mostrou como nos tempos antigos os afazeres eram complexos, mas ainda assim eram muito bem feitos.

Voltaremos a visitar todos esses lugares, e comentaremos sobre eles com muitas pessoas, pois todos deveriam conhecer as maravilhas que existiram antes dessa geração ofuscada por dinheiro e tecnologia, pois a forma antiga de mostrar o mundo transmite muito mais que a atual.

Daniel Possebon, Gabriele Birkheuer, Leila Mattos, Vanessa Rossoni.

Comunidade de São Roque de Castro

DIA 1

No dia dez de abril de dois mil e dezessete, foi designada a tarefa e foram escolhidos os locais de pesquisa, o professor propôs o município de Boa Vista do Sul e suas respectivas comunidades. Ocorreu a designação de grupos, e de objetos de estudo.

DIA 2

No dia dezessete de abril, ocorreu a primeira reunião do grupo, para identificar os locais e objetos de estudo, bem como disponibilidade de tempo. Ficaram designadas as tarefas e foi feita a avaliação do professor sobre os locais e o que se sabia sobre eles sem estudo. Dando início as pesquisas, uma das integrantes do grupo entrou em contato com os donos de uma das localidades estudadas, juntando informações necessárias para iniciar o projeto.

DIA 3

Ao dia dezoito de abril, alguns integrantes da equipe se dirigiram até a localidade para reconhecimento da área e dos locais em si.

DIA 4

No dia oito de maio, à meia tarde, os alunos integrantes do grupo, juntamente com o professor orientador, fizeram a primeira saída a campo. Visitando de princípio, as localidades que se encontravam na comunidade de São Roque de Azevedo Castro. A primeira parada se deu na igreja local, onde foram feitos registros fotográficos e audiovisuais. O prédio centenário foi analisado e foram adquiridas as informações necessárias do local. Partindo deste local para o campanário, que sofreu o mesmo processo e em seguida seguiu-se para a gruta que existe na localidade. Denominada “Gruta de Nossa Senhora de Lourdes”, a gruta transmitia uma sensação de tranquilidade, já que se encontra totalmente envolta em mata. O próximo passo, foi visitar, na mesma comunidade, o centro religioso que agrega as religiões do Candomblé, Umbanda e Quimbanda. Na localidade que exalava um mix de sensações, que iam desde o medo extremo até a curiosidade mais ávida, ninguém recebeu a equipe. O território foi examinado com certo receio e, na falta de um acompanhante no local, o espaço não foi totalmente explorado.

DIA 5

No decorrer do dia vinte e dois de maio, novamente dois dos integrantes da equipe voltaram a localidade, dessa vez para conversar com um morador da localidade. Foram esclarecidas dúvidas a respeito da igreja e do campanário e foi coletada a informação necessária para contato com um dos integrantes do centro religioso, com quem foram esclarecidas algumas poucas dúvidas sobre o local.

Comunidade de linha 15 da Boa Vista

Boa Vista do Sul, 05 de junho de 2017

Diário de Bordo do Inventário Realizado sobre a Comunidade do Quinze da Boa Vista – Boa Vista do Sul.

Ao decorrer do final do mês de abril, na Escola Estadual de Ensino Médio Marcelino Champagnat, fora destinada a tarefa de recolhimento e análise de dados sobre as comunidades do município de Boa Vista do Sul à turma do terceiro ano do ensino médio. Esta atividade, por sua vez, constituirá parte dos estudos realizados na disciplina de HISTÓRIA.

Para tal, foram criadas equipes, cuja finalidade era o aprimoramento do que seria realizado. No entanto, este feito não foram tão simples, devido à existência de certa “resistência” presente entre os alunos, que desejavam formar os grupos de acordo com suas afinidades. A nossa equipe compôs-se de alunos que até então não possuíam um grupo ou que não faziam parte de nenhum destes.

O passo seguinte fora à determinação do que irá fazer parte do nosso projeto, bem como, a criação deste diário e a anotação neste de tudo o que fizemos até então. A cada saída a campo, uma nova comunidade é pesquisada. Enquanto isto ocorre, em sala são desenvolvidas atividades relacionadas ao conteúdo que originalmente estudamos, sendo que estas são programadas pelo professor.

No dia cinco de junho de 2017, ocorreu a saída a campo de nosso grupo, na qual, fomos até a comunidade do Quinze da Boa Vista. Partimos por volta de 14h50min, momento este em que não chovia.

Após a chegada de todos os integrantes – Êmili, Franciele, Milena e William-iniciamos a pesquisa, na igreja da mesma localidade. Ante o feito, o senhor Valdemar Frübel, de setenta e três anos de idade, nos contou um pouco sobre a história envolta a construção.

Seguimos após até a casa da senhora Lídia Beleboni Lazzari, para entrevista-la, pois esta é dotada de um nobre saber: a elaboração de medicamentos a partir de ervas medicinais. Voltamos por volta de 17h45min aproximadamente, e infelizmente não fora possível a pesquisa completa de tudo aquilo que havíamos programado, antes da partida.

Êmili, Franciele, Milena e William.

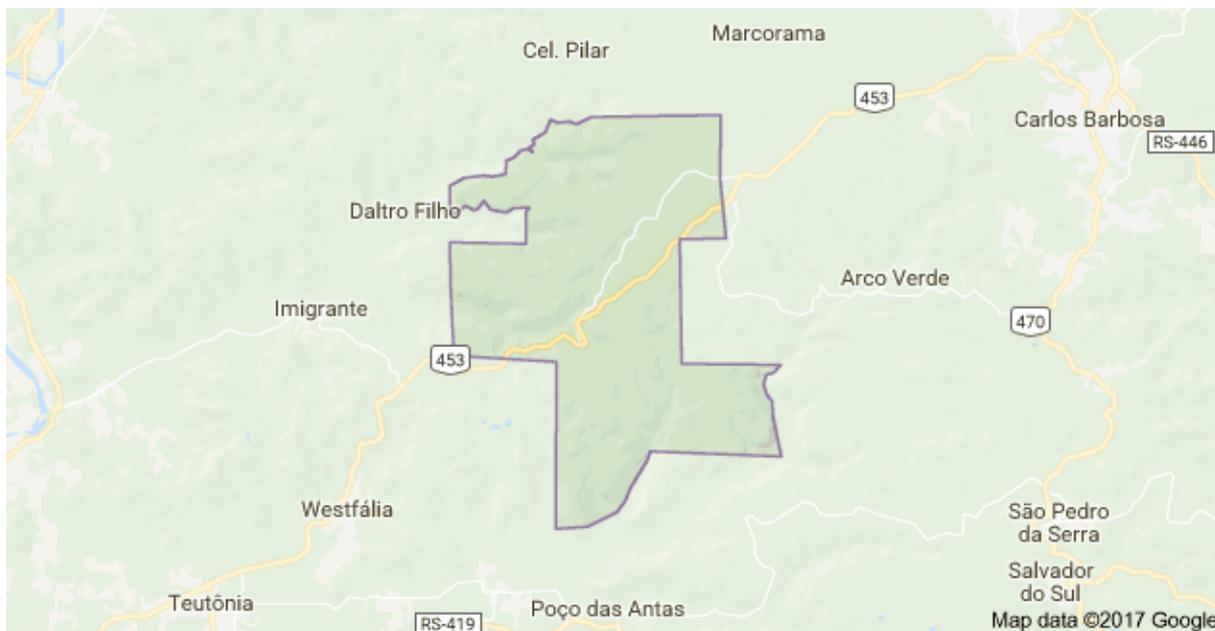
Madeira Irmãos Rissi Ltda.

No dia 20 de junho de 2018, nas dependências da Escola Estadual de Ensino Médio Marcelino Champagnat de Boa Vista de Boa Vista do Sul, tivemos uma conversa com o aluno Gabriel Rissi, filho de um dos proprietários da madeira Irmãos Rissi Ltda.

Gabriel nos relatou um pouco do funcionamento da empresa, e como ela atua no mercado atualmente. Buscando matéria prima em toda a região, mas com preferência pelo próprio município por causa da logística, a empresa hoje produz cadeiras, que são comercializadas a nível local, uma vez que há bastante demanda por parte dos salões de comunidades. O restante é vendido também em toda a região, geralmente buscando fazer os produtos sob encomenda.

A empresa não possui muitos funcionários, cabendo aos proprietários e seus familiares a maior parte da linha de produção, que funciona de maneira semi-artesanal.

ANEXO 02 – MAPA DE BOA VISTA DO SUL



Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Boa+Vista+do+Sul+-+RS/data=!4m2!3m1!1s0x951c14b15bc4813d:0xdfef349fe82f91ad?sa=X&ved=0ahUKEwiY-7Tb7qfVAhWHIpAKHQiXAV8Q8gEIJTAA>>. Acesso em: dez. 2018.

ANEXO 03 – EMANCIPAÇÃO DE BOA VISTA DO SUL

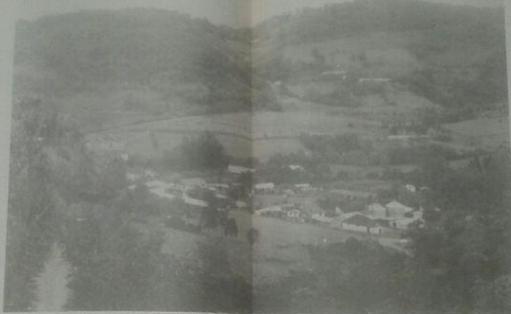
Comunidade de Boa Vista 27 acredita que emancipação trará progresso

Avicultura será a base econômica do desenvolvimento do novo município

Uma comissão de moradores da Boa Vista 27, formada por produtores rurais e comerciantes locais, acredita que a emancipação política da comunidade trará progresso econômico e social para a região. Segundo os integrantes da comissão, a avicultura será a base econômica do desenvolvimento do novo município.

Com o crescimento da comunidade, os moradores exigem melhorias na infraestrutura, como pavimentação das ruas e instalação de iluminação pública. Além disso, há a necessidade de serviços de saúde e educação de qualidade para os moradores.

Os membros da comissão afirmam que a emancipação permitirá a criação de políticas públicas específicas para a comunidade, melhorando a qualidade de vida dos moradores.



Boa Vista do Sul: "Exatidão possível graças ao trabalho de técnicos do município de emancipando-se de Curitiba".

Um dos pontos principais da proposta é a criação de um distrito novo, o Distrito de Boa Vista 27, que será formado por uma parte da área do município de Curitiba. A proposta prevê a criação de um novo município, o Município de Boa Vista 27, com sede na comunidade.

Os membros da comissão afirmam que a emancipação permitirá a criação de políticas públicas específicas para a comunidade, melhorando a qualidade de vida dos moradores.



Odivalton de Souza Matos, 70 anos, é o diretor da Boa Vista 27. Ele afirma que a emancipação trará progresso econômico e social para a região.



Rosimar Zan, 45 anos, é uma produtora rural. Ela acredita que a emancipação trará melhorias na infraestrutura e serviços públicos.



A professora de português, Maria Carolina, 35 anos, afirma que a emancipação trará melhorias na educação e saúde para os moradores.



A emancipação é bom para todos. Ela afirma que a emancipação trará melhorias na infraestrutura e serviços públicos.



A telefonista Beatriz, 40 anos, afirma que a emancipação trará melhorias na infraestrutura e serviços públicos.



Adriana de Souza, 35 anos, afirma que a emancipação trará melhorias na infraestrutura e serviços públicos.



A comunidade Boa Vista acredita que a emancipação trará progresso econômico e social para a região.



A emancipação emancipará a comunidade. Ela afirma que a emancipação trará melhorias na infraestrutura e serviços públicos.

Trabalhar **Indo** **Carreiros**

**ANEXO 04 – FICHAS DE INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS DE BOA VISTA DO
SUL**